

Augusto Casimiro

---

Sidónio Pais

LISBOA

771

Sidónio Pais

Siobhán Pais

321.6 (469) "19/7/18"

CAS

AUGUSTO CASIMIRO

IR

# Sidónio Pais

(ALGUMAS NOTAS SOBRE A INTERVENÇÃO  
DE PORTUGAL NA GRANDE GUERRA)

12189

26269



PORTO  
LIVRARIA CHARDRON,  
DE LÉLO & IRMÃO, L.<sup>da</sup>, EDITORES  
RUA DAS CARMELITAS, 144

1919

329.6 (469) "1919/18"  
355/359 (469) "1916/18"  
94 (100) "1914/18"

M

LIBRARY OF THE  
UNIVERSITY OF PORTO

UNIVERSITY OF PORTO

# Biografia

ALVARO ALVES GOMES & ASSOCIADOS  
EDITORES



1888



---

PORTO — IMPRENSA MODERNA

## I

### **Pelo princípio**

Para, mais largamente, o fixarmos num próximo livro em elaboração, — deixem-me esboçar apenas, aqui, a atmosfera em que nos encontrou e evoluiu dolorosamente, ao depois, a nossa política de guerra.

Primeiro distinguirei, separando-as, na grande massa nacional, duas camadas diferentes em categoria e número:

— O povo, como um colosso ausente da vida política, na sua maioria, ou manobrado parcialmente pelos aparentes chefes, o povo dos campos e das cidades, a grande força irregular e mais pura.

— A multidão mais ilustrada que vai das oficinas às cátedras, dos liceus às uni-

versidades, das praças públicas às repartições, aos parlamentos e às cadeiras do poder. Grande multidão prenehe de desorientações, desprovida de um sentido comum, fora dessa corrente patriótica que, para lá de acidentais diferenciações, nas horas de crise nacional ou comuns deveres, — lhe daria unidade, uma vontade, uma consciência comuns. Nesta multidão se recrutam os partidos e uma minoria perpetra os crimes das revoluções infamantes ou dos silêncios e inércias que condenam. Nela medram a venenosa flora negativa dos pessimismos desintegradores e a fúria sectária que vai da calúnia às violências, do insulto ao assassinato, da indiferença ao apatriotismo e à traição. E se realiza no entanto, embora difícil e incompleta, a obra que alimenta a economia e a vitalidade nacionais. Avantajada, tumultuosa demais para sentir o influxo bom, e deixar-se levar pelas directivas da reduzida *élite* disseminada, esquecida e ignorada no seu seio, é ela essencialmente o campo de reacções e fermentações, a vida activa sem

finalidade, ou a vida inerte, que caracterizam a aparente existência nacional.

E uma dualidade existe nesta multidão diversa. Em final somatório algébrico das suas fôrças diferentes, ficam só duas categorias em duelo, duas fôrças hostís e opostas.

As fôrças conservadoras irritadas dum extrêmo esquerdismo reacionário e violento.

E as fôrças liberais em que uma outra extrema esquerda marca também o excesso impolítico contrário e igual, embora mais generoso e lógico, daquela primeira.

O temperamento nosso, o excessivo espírito de crítica, a violência sentimental que nos leva a exacerbar as nossas lutas com pessoalismos lastimáveis, — a ausência absoluta, repito, dum sentido patriótico comum que minorasse a violência das diferenciações, acomodando num campo único, superior aos partidos, nas horas de destinos, as hostes que se contrariam, — a impossibilidade quási orgânica, provocada por uma longa acção educativa hábil e

pertinaz, — de determinadas camadas se adaptarem a novas fórmulas melhores, a rigidez das suas fórmulas de passado, a intolerância violenta dos ultra-conservadores, — a ausência de fôrças disciplinadoras e corajosas que no govêrno curassem de aproximar os dois campos, transigindo e impondo, combinando e polindo as arestas comuns dos dois organismos, — fazem dêstes arraiais de tumulto pavorosos lazaretos de insânia em certas horas mais graves e necessárias.

A intolerância duns e doutros, o desconhecimento e a nula prática da liberdade, a falta de coragem para sanções, o desinteresse patriótico e um miserando fundo ancestral que nos subordina a crêdos, a cultos, a idolatrias miseráveis, eis, com outras, as taras mais evidentes dessa desvaiada multidão.

Ao meio dela se desenvolve, a custo, a produtividade nacional. E, sufocados sob seus impuros nevoeiros jazem, abandonados, o património de riqueza que as qualidades inaproveitadas da raça não explo-

ram, os tesouros do solo e do nosso império colonial.

De se negarem uns aos outros, os diversos bandos, no exclusivo interesse de cada seita, a impossibilidade vem duma tarefa comum necessária à abastança da grei.

E da falta de pão na grande casa tumultuosa, o recrudesimento do tumulto, o abaixamento moral e a descrença.

É neste cáos contraditório que teem de evoluir, sofrendo os ataques das mais diversas fôrças, — interesses de baixa política, ódios sectários, faltas de fé e coragem, — as grandes ideias, os grandes programas, as iniciativas grandes.

E os homens fortes, os valores verdadeiros, as fôrças criadoras da nossa indústria, do nosso comércio, da nossa Arte e as raras da política, tem nêles seus doridos, torturados calvários.

\*

É essa torva atmosfera que em Portugal tolda a visão clara das horas suprêmas e serve, feita de baixos interesses, os inte-

resses inferiores de que morrem, decompondo-se, os organismos de certas pátrias. É ela que limita ou impossibilita, por campanhas de calúnia, defectismo, ódios e incapacidade, — os milagres e os heróis, dando, no seu cego ilogismo, muitas vezes, aparências lógicas à traição. Desgostosos, afasta da arena os elementos puros, e, na própria impotência criadora, encontra as razões para se aturdir e congestionar de falsos argumentos de negação.

Ora em todos os povos existe, mais ou menos vivo, proporcionalmente à sua cultura cívica, êste conflito doloroso.

Para salvar-se das suas conseqüências daninhas e aviltantes, para não descer de todo o pendor degradante que êle em si comporta, — as pátrias vivas recorrem à sua estrutura essencial, ao ancestral patrimônio, que, pela disciplina viril, violenta e capaz de tôdas as sanções necessárias, garante às *élites* duma raça a realização dos programas fortes, defendendo-os dos interessados ataques dos bandos que os não podem compreender.

Em Portugal sofre-se, nos meios ditos cultos, de uma grande crise de ideal. As fôrças môças, impetuosas e generosas, estancaram nas veias da maioria môça contemporânea, ou deformaram-nas as fórmulas políticas sem maleabilidade compatível com os tempos modernos.

Dir-se-ia que uma lenta, hábilmente dirigida cirurgia moral (perdoem a expressão) tendeu, para assegurar-se a posse do país, à supressão da individualidade, do espírito de livre exame e liberdade, nas gerações dos últimos tempos...

Resta-nos a grande massa indiferente, em aparência, do povo inculto e abandonado, rico de instinto pátrio, puro de entoxicações que deprimem.

À mercê de tôdas as sugestões heróicas ou miseráveis... E nêle o fundo ancestral, essencial à raça, que nas horas graves da nacionalidade nunca atraçou a terra.

Nem à sombra dos Hermínios, com Viriato, nem em 1383 com Nun'Álvares, nem em Alcântara com o Prior do Crato ou, por Portugal além, nas horas miserandas

em que os navios apressados e trânsfugas de D. João VI faziam a prôa ao Brasil...

Com êsse substracto nobremente maleável, capaz de todos os esforços belos, contaram sempre os Homens de Portugal em tôdas as horas de destinos.

Indemne quási da acção dissolvente que desvirilizou as outras camadas do país, o povo é a única camada, embora sofrendo as desorientadas oscilações do momento, — sôbre que se pôde alicerçar uma obra de futuro importando à nação.

Dela há-de vir, ao iniciar-se a hábil, forte e corajosa política que Portugal espera, — a renovação do país e o bom senso que integrará na República aquelas gentes de bem hoje ainda indiferentes, estranhas ou hostís ao estado republicano.

E não me iludo nem esqueço os seus defeitos. Confronto, releio a história, ponho em análise o passado e o presente, vejo-o como o único campo generoso e cheio de possibilidades que espera apenas a vontade forte, a fé indominável e os gestos resolutos dum sementeiro.

Não que eu negue às outras classes de Portugal uma capacidade qualquer de patriotismo e fôrça aproveitável, útil aos novos destinos do país.

Mas tam fundamente as laboraram os desvaríos, os ódios, os abandonos, as insciências do passado recente, que elas são por enquanto sáfaros terrenos, azedos de retaliações e tumulto, campos de negação. Pecaram em demazia. E as multidões arrependem-se lentamente...

\*

A consciência dum destino português não existe. Portugal não tem a visão nítida dos seus objectivos. Entre os seus chefes possíveis e a grande massa não existe a continuidade hierárquica necessária. Portugal não vive como Pátria. Doutra fôrma não teríamos assistido às falsas soluções transitórias dos últimos tempos.

Os homens inteligentes de tôdas as facções já teriam sido surprêsos das razões sem fôrça que os separam. Sobreviriam

entendimentos, na impossibilidade de insanáveis ódios, permitindo a colaboração de todos na grande tarefa que chama por nós.

Faltam em Portugal, sob o ponto de vista colectivo, as fôrças equilibradoras de todos os excessos, erros, más visões, que separam os filhos de Portugal.

O sentido dum destino português não orienta ou acõmoda as turbas tumultuosas de Portugal. No povo manifesta-se por expectativas maleáveis com que homens de coração forte poderiam esculpturar maravilhas.

Nas horas de perigo iminente, de traição interna ou estranhas ameaças, afirma-se em rebates indisciplinados, violentos mas justos, criando atmosferas nobres que a mediocridade dos políticos ainda não soube aproveitar.

Mas Portugal não é um cadáver. Apenas as reacções de vida que o agitam não se comunicam no tempo e ao seu organismo total. A vida dum povo é feita de esforços que se ligam e se continuam.

Em Portugal sofre-se a ânsia da liber-

dade. Está o mar próximo e nas almas anda a largueza dos vastíssimos horizontes. Mas desconhece-se a prática da liberdade. As almas sofrem duma excedência criadora inaproveitada e duma incapacidade aparente, na vida colectiva, para as lutas da vida moderna.

Portugal-maioria desconhece o mundo.

Vive no exílio de si mesmo.

Sem inferiores sermos a qualquer povo, quem viveu em terra estranha sabe como pecamos dos nossos hábitos, mal servimos os próprios interesses, andamos afastados da vida e das tarefas necessárias.

Fóra de Portugal, onde o vicioso organismo oficial e as emanações do pântano não cheguem, no Brasil, em todo o mundo, os colonos portugueses vão entre os primeiros. O seu patriotismo domina as falsas, superficiais divergências políticas, a sua inteligente actividade cria-nos fontes de riqueza e largos cabedais de orgulho.

Aqui a indisciplina, o tumulto, a amoralidade cívica, contrariam as fôrças individuais e as isoladas tentativas criadoras.

A grande obra nacional demanda um acôrdo mais íntimo através de gerações inteiras. Não há continuidade num país em que os políticos vivem de se negar mutuamente.

Desprovidos dum sentido nacional e comum, duma comum finalidade, os partidos portuguezes viverão apenas da morte lenta da nação. E os interesses inferiores de cada um dêles, na visão sectária e apatriótica, medrarão à sombra dos atentados contra a honra e o interesse comum.

\*

Assim nos veio surpreender a grande Guerra.

Em 3 de Agosto, em Londres, junto de Sir Eduardo Grey, em 5 num conselho de ministros em Lisboa e, a 7, no Congresso da República, Portugal afirmou a sua decisão de seguir, sem hesitação alguma, a sorte dos aliados. «Em paz com todos os países, Portugal não traírá em caso algum os seus deveres de vêlho aliado de Inglaterra.» O

exército esperava, resolutos, a guerra, a nossa guerra. Contava-se com ela.

As manifestações das ruas e do Parlamento ecoaram no estrangeiro, levaram, naquelas horas angustiosas, à França e à Inglaterra, o confôrto moral duma solidariedade única e cavalheiresca. Em Londres e Paris chega a supôr-se um facto o nosso estado de guerra com os impérios centrais.

Gabriel Hannotaux, tam ousada lhe parece e tam nobre a nossa attitude, que a supõe o resultado de violentas, inaceitáveis imposições alemãs.

Qual devia ser a immediata acção do Governo Português?

O problema da política interna não estava resolvido e a guerra não parecia ter chamado à razão certas fontes de tumulto. No entanto, quanto a política internacional, as divergências dos partidos pareciam nulas.

A Inglaterra manifesta-nos o seu desejo de que nos não precipitemos, provocando a guerra à Alemanha ou declarando-a.

Oferece ao país e o país aceita, sem dôr ou protesto por de mais visível, uma situação única nos códigos do direito internacional.

Não lhe convêm declaremos a guerra ou a provoquemos. Pede-nos não façamos uma declaração de neutralidade.

Portugal, país independente e livre, parece não existir na hora em que os seus representantes, de lábios mudos e braços cruzados, — ouvem os representantes de todos os países do mundo, em cada côrte, declarar a guerra ou a sua neutralidade no conflito mundial.

O ataque inimigo através da Bélgica e da França tem o alôr indomável dum alúde tremendo.

Os homens de coração fraco tremem, hesitam, em consequência.

Em Portugal, no govêrno, começa a pensar-se com menos optimismo.

As dificuldades da situação financeira avultam hora a hora. E os horrores da guerra começam a abalar a serena, resoluta expectativa dos primeiros dias. Co-

meça a lenta, oculta organização das forças negativas do país. Mas as forças impetuosas e generosas velam, tumultuam, reclamam.

Entretanto, Portugal neutral abre os seus portos de África e Europa aos navios aliados, permite-lhes se abasteçam de carvão e se demorem, nêles, mais de 24 horas.

Depois os actos de ajuda sucedem-se. Mas a sensibilidade patriótica de Portugal começa a magoar-se demais.

A França deseja canhões e munições nossas. No govêrno, nos Estrangeiros, está Freire de Andrade, alta capacidade de trabalho, excessivamente ponderado, scépticamente hesitante, mas inteligente.

Na presidência Bernardino Machado, porventura sem o ímpeto que lança, de cabeça, os homens fortes às empresas maiores.

Na guerra, com o seu *panache* e sua honra de soldado sem mácula, rude e nítido, intransigente e forte, o general Pereira d'Eça.

Que se passava pelas Chancelarias?

No govêrno inglês predominavam os homens a quem era grata a vèlha ideia dum *Portugal sob a suzerania inglesa. Portugal under British suzeranity...*

Talvez alguns dos que, em Julho de 1914, três meses antes, conforme conta Lichnowski nas suas Memórias, combinavam com a Alemanha a partilha do nosso império colonial.

Homens que não representavam já a nova atitude política do povo inglês, mas receosos de aceitar compromissos connosco suficientes para os obrigar à defesa ulterior dos nossos interesses.

Homens a quem a incerteza da guerra impunha a hábil política de nos evitar, para possíveis arranjos futuros, — uma atitude por demais consentânea com os nossos direitos e própria e capaz de nos defender a fazenda. A moral dos estados é assim.

A colaboração portuguesa na grande guerra ao lado da *Entente*, podia ser preciosa, valiosíssima. Hábil seria aproveitá-la até onde a nossa individualidade de

estado nos grangeasse fóros e garantias por demais incómodas a possíveis realizações futuras.

A Alemanha podia ser vitoriosa.

A África do Sul sofria, no seu flanco, a ferida febril dum Lourenço Marques português.

Lá fóra pensa-se um pouco e admite-se a aparente verdade dum Portugal decompondo-se roído de lutas intestinas. E se os mais novos políticos ingleses e o democrático povo inglês nos querem vêr fortes, valorizados, melhorados, na fidelidade igual à vélha aliança, — nem êstes se cansarão para nos levar às atitudes que, engrandecendo-nos, só a nós compete decidir.

Quis a França em Setembro de 1914 o nosso concurso militar?

Se apenas material, que attitude nobre foi a do govêrno Português então?

Ouso supôr que uma viva figura de soldado se impôs na altura.

Pereira d'Eça, certamente, chefe do exército e altivo soldado, não deixaria sair de Portugal mais um canhão sem um arti-

lheiro, um só artilheiro sem um infante seguindo-o.

A opinião patriótica de Portugal percebêra a vergonha da nossa situação deprimente.

Da rua ao govêrno ia um impulso digno de reparo.

Talvez até Freire de Andrade o houvesse notado, ponderando-o.

E as almas vivas lembravam o assalto alemão ao posto de Maziua, no Rovuma, o assassinio do seu comandante, sargento Eduardo Rodrigues da Costa.

O coração do povo adivinhava as próximas ofensas. Sentia, nítidamente, em sua intuição sincera, — como a vitória da Alemanha seria a nossa morte, e a vitória aliada, a não tomarmos, de fôrça mesmo, um lugar no combate, — a nossa diminuição...

Haviam partido, no meio dum fremente entusiasmo, as expedições para Angola e Moçambique.

As mudas companhas defectistas mal eram aparentes, então.

Lord Grey, suponho — deve ter vivido nos últimos dias de Setembro e primeiros dias de Outubro, momentos contrariados.

As suas sugestões de aliado aconselhavam-nos a luta em África e talvez a prevenção contra a Espanha, inútil dada a aliadófila lialdade do seu Rei.

Mas as gentes vivas e inquietas de Portugal sabiam, adivinhavam como a nossa acção em África, de todos os modos, e em campos onde a supremacia da acção militar Sul-Africana nos reduzia, — podia ser, tinha de ser entravada, diminuída, limitada, e obscurecida; e esquecida, na hora perigosa das grandes decisões.

A luta pelo direito, os grandes princípios proclamados, não serenavam de mais as legítimas apreensões dos portugueses.

E era em nós por demais viva e alta, irrequieta, fremente, a ansiedade nossa de solvermos as dívidas que a solidariedade da civilização e da raça nos impunham.

Pioneiros de tóda idade nova, iniciado-

res de civilizações, nós devíamos também arder na labareda que traria o grande renôvo.

A França desejava a nossa cooperação. Mas o govêrno português e, no govêrno, o general Eça, não daria um canhão sem um artilheiro, um artilheiro sem um infante.

A França insistia.

Lord Grey cedeu. Contrariado?

Em 10 de Outubro de 1914, num memorandum histórico, a Inglaterra fez-nos o pedido formal para intervirmos militarmente na Europa enviando para os campos de batalha artilharia nossa a que se seguiriam outros contingentes doutras armas.

Ganháramos. Mas definitivamente?

\*

Portugal não podia aproveitar, não saberia explorar o momento admirável.

A política alheia contra a nossa intervenção não desarmára. E fortes razões ti-

nha a motivá-la para assim se pôr de lado a valentia provada de soldados como os nossos na hora trágica em que a Inglaterra lutava com um *deficit* pavoroso aos seus efectivos e à livre opinião inglesa repugnava tanto, ainda, o serviço militar obrigatório.

Grandes razões para, de forma tam insólita, dia a dia, ela se modificar, contrariando-se, negando-se...

Quando poderá Portugal declarar a guerra à Alemanha?

Quando os canhões portugueses chegarem à França?

E os canhões portugueses chegam à França.

Quando, (já agravada era a nossa situação originalíssima e deprimente, com êste concurso público, —) quando poderá Portugal declarar a guerra à Alemanha?

Os serviços humilhantes para o nosso orgulho, consagratórios da nossa dependência e da tutela inglesa, prosseguem, prosseguem, ocultos, envergonhados...

Eram os altos interesses dos aliados o

comum interesse de Portugal e dos aliados que assim o impunham...

E quando, rude e brutalíssimamente porventura, houve a coragem de dizer uma razão mais nítida, deixam-nos sòzinhos, fixam a atitude que nos não permitirá, a *bem talvez dos interêsses aliados*, contar como em 10 de Outubro havíamos sido convidados a colaborar ao lado dos aliados na frente de França.

Um dedo de ferro sôbre os nossos lábios! E uma ameaça pendente! Portugal, se declarasse guerra à Alemanha, ficaria sòzinho. Não lhe assistiria o direito de invocar os deveres da Aliança. Mas voltemos alguns dias atrás.

O memorandum de 10 de Outubro...

A legação de Paris, irrequieta do patriotismo dorido do seu ministro, incansável em protestos que invocavam a cada hora a nossa dignidade diminuída pela situação deprimente do país perante o mundo, — aquietou-se talvez, serenou seu patriótico protesto.

Uma missão de oficiais portugueses

partiu para a Inglaterra. — *O exército inglês e a opinião pública, Lord Kitchener e o povo inglês, recebêram-na de braços abertos.*

O que se passará depois?

Em Portugal mobiliza-se uma divisão reforçada. Fazem-se contractos para fornecimentos. Age-se.

Freire de Andrade, homem enérgico, trabalha, já convencido talvez e vendo claro.

Lord Grey? Que pensará Lord Grey?

O Govêrno Português segue logicamente as imposições da hora.

E como já sente o ardor da ferida em seu orgulho, protesta indirectamente contra a nossa nunca vista situação internacional. Quer arrogar-se o direito de dispôr dos destinos do seu país.

Quer declarar a guerra à Alemanha. Demais, em 2 de Outubro, a pedido estranho, Portugal impede o fornecimento de carvão, nos portos dos Açores, a navios *não aliados*. Já se pensa em ceder o contra-torpedeiro «Liz» à Inglaterra.

Em 31 de Outubro fornecemos, a pedido da mesma nação, 20:000 espingardas, 12 milhões de cartuchos. No mesmo dia, no Sul de Angola, a guarnição alemã do forte do Kuringo Kuro atravessa o Cubango, ataca o posto do Kuangar, entra-o à traição, tortura o tenente Henrique Machado, mata-o e ao capitão Ferreira Durão com 7 praças europeias, três indígenas e uma criança de 10 anos. Incendeiam o posto e retiram levando consigo a nossa artilharia, as munições e o gado das povoações ao redor.

Em 6, 7, 12 e 16 de Novembro tropas alemãs atacam o posto de Massaca e tomam os postos de Bunja, Sambio, Dirico e Mucusso.

O governo pensa, obedecendo ao impulso da dignidade nacional ferida, declarar a guerra à Alemanha.

Porque o não faz? O *Livro Branco* dirá, finalmente, se não subsistem já razões ponderáveis capazes de nos obrigar a calar documentos que nos redimem da vergonhosa, deprimente situação de até

Março de 1916, — o *Livro Branco* dirá os motivos tristes que nos obrigaram ao silêncio, calando, aos próprios portugueses, as razões que, a serem conhecidas, apenas não determinariam à guerra os miseráveis e os traidores.

Em 27 de Novembro o governo declarava, com o unânime aplauso do Congresso, que o país estava pronto a intervir militarmente, ao lado da Inglaterra e dos aliados, quando e como êle julgasse oportuno e correspondendo ao pedido de 10 de Outubro.

Que soluções tristes, inesperadas ou de violência, se nos depararam então?

Quantas vezes tentou o govêrno do sr. Dr. Bernardino Machado remover as dificuldades opostas à simples afirmação da nossa soberania?

Quantas respostas dilatórias lhe teria comunicado o Ministro de Inglaterra em Lisboa até àquela que impossibilitou porventura daí em diante, novas tentativas, impondo o silêncio que cerrou os lábios dos nossos governos em matéria de política internacional?

Que respostas terão sido as dadas às nossas repetidas queixas e protestos contra a situação inqualificável do nosso país na guerra?

Em 18 de Dezembro as tropas do Major Franck, travam combate, em Naulila, com as tropas da expedição portuguesa.

Possivelmente, nessa altura, à nação livre e soberana de Portugal, com sugestões dilatórias apenas consentido era respondêssemos aos assaltos germânicos, actos de bandoleirismo, como bandoleiros, sem declaração de guerra, sem mais.

Que se a declarássemos, se ouvíssemos os gritos da nossa honra ofendida, teríamos que contar connosco apenas, e com mais ninguém.

A Inglaterra foge à aceitação de qualquer serviço que a obrigue perante nós, parece. Foram acaso aceites as centenas de soldados indígenas solicitados então pelo Governador da Niassalândia ao Governador de Moçambique?

A nossa situação exterior era vergonhosa. Colónia inglesa diziam inimigos...

Falsa neutralidade... Diminuidos perante os aliados, desprezados pelos impérios centrais!

E, a pouco e pouco, como um cadáver se corrompe e desfaz em miasmas, — as forças deletérias do país, até ali ocultas e aparentemente inactivas, começam suas tarefas de miséria.

Uma campanha a que a mão da Alemanha não era indiferente e a covardia, a indecisão, o reduzido patriotismo e o tumulto político favoreciam, — começou, alastrou...

O grito da revolta de Mafra teve, aqui e além, ressonâncias...

Para quê a guerra? Portugal podia conservar-se afastado da grande fornalha. Que se desse tudo, que se fornecesse tudo dos nossos arsenais, dos nossos campos e das nossas posses, se os aliados quisessem, já que assim tinha de ser.

Mas...

A Alemanha ia ser vitoriosa. Todos o diziam, os factos clamavam-no.

Era preciso que vencesse a Alemanha,

gritavam os reaccionários. A Alemanha, a ordem, a fôrça disciplinada, mediéval, indemne, supunham, do vírus democrático que perdia o mundo!

Para quê a guerra, o luto, talvez a fêlência, a morte do país?

Se ainda fôssemos pela Alemanha, dizia-me um jornalista monárquico!...

Que fôrças poderia opôr a *élite* do país, que fortes diques, à onda que extravasava, alastrando e manchando?

O exército? O jornalismo? A massa culta da nação?

Começava a não existir um exército. Havia apenas alguns cavaleiros. A guerra era longe, a intriga política demaziada, a paz donde vínhamos longa de mais. A guerra tentou algumas almas de condestáveis. Outras esperavam ordens. Alguns conspiraram mesmo, perdida a noção do próprio prestígio nas brumas tôrpes das maquinações políticas.

Na imprensa ergueram-se algumas tribunas. Na massa culta da nação ergueram-se e calaram-se logo, ignoradas ou insul-

tadas, algumas vozes solitárias.

Uma forte disciplina, um forte sentido nacional, salvaria o país da vergonha crescente, da abdicação miseranda. Mas não existiam. Não existiam! Uma forte disciplina, nos tempos de hoje, só é possível num povo que livremente se submete aos valores verdadeiros e os aceita e serve, puro de miseráveis cizânias, temperado no grande sentido comum duma finalidade nacional.

As gentes cultas descrêem quasi sem excepção. E as que admitem ou toleram tiranias, olham demais para o passado, para impossíveis tiranias.

E a reacção alastrou. O exército, parte do exército, não hesitou perante um gesto que o expunha a críticas que lhe levavam tôda a autoridade.

A onda subiu até aos governos.

Brito Camacho que dissera dever ser a obrigação dum grande estadista, à altura do momento, levar-nos à guerra por qualquer forma, através de todos os obstáculos, — Brito Camacho hesitava e cedendo ao

seu temperamento recebeu, comungou o melhor dessa onda no seu coração...

Os partidos intervencionistas eram os dois partidos fortes da República.

Para quê a guerra? Crime! Crime! Combater a guerra é combater a República. Servir a guerra é consagrar as instituições republicanas. E ferir o país, — chega a dizer-se,

Uns vêem só o interesse das suas afinidades supostas com a Alemanha.

Outros ouvem apenas as sugestões da sua covardia.

Uns vêem sómente a República. Outros apenas a Monarquia. O senhor Brito Camacho fala a lógica pavorosa dos indecisos, dá, sem o vêr, fóros de mérito à covardia, pergaminhos à mais pavorosa abdicação da nossa história política.

O povo não entende. Sabe que os alemães nos mataram soldados. Odeia a Alemanha. Não sabe nada. Não precisa de saber mais.

Os outros esperavam, para entrar na guerra, as ordens da vélha aliada.

E do desamor à República, da veneração e do culto às altas qualidades germânicas, do consôlo do perigo por então afastado, de intriga e baixa propaganda, de inércia patriótica e de abandôno, no desinteresse do futuro nosso, se tentou a ilusão de viver.

\*

A situação internacional única em que o govêrno Bernardino Machado deixa o poder, agrava-se dia a dia como veremos.

Agravam-nos a política interna com a imposição dum silêncio perigoso e contrário à bôa orientação do nosso público na causa da guerra.

A situação peôra para nós, reforça-se da parte contrária com a menor actividade diplomática do govêrno Azevedo Coutinho, onde Cerveira de Albuquerque, na guerra, é uma pobre fôrça hesitante.

Peôra ainda com os movimentos de Janeiro, com o desastroso efeito, lá fóra, do chamado *golpe das espadas*, e com a polí-

tica Pimenta de Castro, nítida e confessadamente não intervencionista.

A revolução de 14 de Maio é feita contra a formidável colisão de tôdas essas forças negativas.

Vence. Portugal não é um cadáver. Portugal existe.

A atmosfera internacional é que é diferente. Seis meses de abdicação tinham-nos humilhado, diminuído, condenado quási sem remissão.

Já nos dizem que não pensemos em aventuras guerreiras. Que Portugal já nem para as aventuras guerrilheiras de África, contra os alemães, tem capacidade.

Portugal não quer. Portugal não pode. Não tem exército. Não tem soldados.

Que estejamos quietos. Que sigamos o exemplo da Espanha.

Declarar a guerra à Alemanha?

Com o rodar dos meses a imposição e a ameaça deviam formular-se com mais pormenores, e mesmo abrandar, por alturas de 1917, a ser verdadeiro o que o bolchevismo diplomático dum miserável articu-

lista repetiu, em muitos e cansados artigos, na *Época*.

Reconheceu-se, por fim, como plenamente fundamentado, o direito que a Portugal assistia de, no caso de ser forçado em seu próprio interesse a proceder contra a Alemanha, por a isso a Alemanha o constranger, — o direito de assim proceder sem objecções ou oposições da parte do governo inglês.

«O governo português terá cuidado que ela se dê (a declaração de guerra) sôbre questão exclusivamente entre Portugal e Alemanha e provocada no próprio interesse de Portugal e não imposta em virtude de obrigação para com a Inglaterra».

Assegura-se porêm ao governo português que, uma vez em estado de guerra com a Alemanha, o governo inglês se encarregará, garantindo-a, da defesa das costas de Portugal e Colónias em conformidade com as disposições dos antigos tratados de Aliança.

A atitude inglesa tornava-se mais favorável. Era em 1915, Agosto. Os esfor-

ços do govêrno, a sua política aliadófila e as bem dirigidas manobras diplomáticas de Augusto Soares e Teixeira Gomes chegavam a êste resultado, não satisfatório no entanto ainda.

Porque o govêrno inglês pondera a seguir a impossibilidade da assistência financeira e agita diante dos nossos olhos a ameaça das imaginárias ou possíveis complicações com a Espanha.

Não baixára ainda, não fizera baixar a guerra submarina, duma fórmula imprevisita, a tonelagem inglesa. E, afastada então a urgência da necessidade, para a Inglaterra, da requisição dos barcos alemães surtos nas nossas águas, — o govêrno inglês compromete-se para o futuro fazendo francamente a afirmação de que a assistência financeira para a nossa intervenção só poderia ser feita por meio de afretamento ou compra dos navios alemães.

Esta afirmação era uma arma para os nossos diplomatas na defesa do interesse português. Mas não a utilizaram, suponho.

O govêrno portuguez esperou. Bastava-lhe esperar. O resultado obtido então marcava um avanço. O resto viria por si.

Em fins de 1915 a Inglaterra começa a constatar, surprêsa, o desiquilíbrio crescente entre a cifra decrescente da sua tonelagem mercante e as aumentadas necessidades de transportes.

Portugal negára-se até ali, prudentemente, o direito e a iniciativa de, nos termos jurídicos, requisitar, para seu uso, os barcos alemães acolhidos nos seus portos. Fazê-lo sem o acôrdo da Alemanha era provocar a guerra. Não lho consentiriam as sugestões inglesas. O cuidado com que o govêrno inglêz — na hora em que a sua heróica mocidade purpurizava, do seu generoso sangue, as planícies da Flandres e os mares do mundo, — velava paternalmente pelo nosso sossêgo, levando o seu altruísmo até nos poupar às mortes e horrores da tragédia, quando nos sabia dispostos a fazer a guerra se tal êle desejasse, — afastára de nós a possibilidade de querermos tocar nos navios alemães.

Mas pelos primeiros de 1916 a Inglaterra vê-se obrigada a pensar nêles enfim.

O sr. Augusto Soares, supponho, deve ter vivido desde essa data horas bem mais seguras. Mas tam fiel se quis de-certo mostrar ao sentido das sugestões de Agosto de 1915, às anteriores e às que porventura se seguiram àquelas, — tam prudente e receoso, que de-certo respondeu às interrogações inglesas sôbre o assunto afirmando a determinação lógica do nosso govêrno em servir a sua vêlha aliada nos termos da aliança e enquanto ela julgasse necessário.

Podia o nosso Ministro, juvenilmente, e cedendo a um entuziasmo idealista menos político e ao precipitado, ansioso desejo de servir melhor o seu partido com perigo para a Pátria, podia o sr. Augusto Soares, para satisfazer o pedido inglêz de requisitarmos os barcos alemães tam necessários à nossa aliada, fazê-lo levianamente, esquecendo justos interesses de Portugal. Mas certo deve ser, supponho, — que o govêrno portuguez se resolveu à requisição dese-

jada pela vélha aliada só depois desta a haver pedido invocando a não menos vélha aliança.

Depois, poderia ainda o nosso illustre ministro, para que a sua política não merecêsse as infames críticas que desqualificados hoje lhe lançam, — proceder à requisição adoptando uma fórmula que, desaprovada pelo govêrno inglês, o habilitaria a possíveis atitudes menos agradáveis e convenientes ao interesse portuguez.

Não teria ponderado o sr. Augusto Soares a conveniência de, para evitar a declaração de guerra a Portugal pela Alemanha, se fazer a requisição nos termos do direito, propondo ou aceitando propostas dos proprietários dos navios? Se assim fôsse, se tais propostas se fizessem, seguissem seus termos, seu curso e aceites fôsem pelos governos de Berlim e Lisboa, — teríamos nós a violenta declaração de guerra, humilhante e insultuosa para o nosso prestígio?

Documentos isoladamente oferecidos na imprensa deixam supôr que não.

Porque não se procedeu à requisição dos navios nesses termos?

Conviria tal ao govêrno inglês?

De forma alguma. E, de acôrdo com os seus interesses, a Inglaterra deve-nos ter lialmente dito que requisitássemos, pura e violentamente, os navios alemães.

Era a guerra. A guerra fatal.

\*

Ora um miserável escreveu, na *Época* de 4 de Setembro de 1918, a infâmia seguinte, deturpando a verdade à mercê da sua estupidez, da sua traição ou dos seus ódios:

.....  
6.º A Inglaterra, além de não incitar o govêrno Português a declarar a guerra à Alemanha, muito pelo contrário dêle solicitára prudência!

Perceberá agora o leitor, perceberá agora o país, como é que se chegou ao apresamento dos navios alemães, à conseqüente beligerância com a Alemanha?

Foi porque, nos termos da nota britânica de 5 de agosto de 1915, era êsse o único

meio de alcançar a assistência financeira da Inglaterra!

A Inglaterra, nos termos daquela nota, só nos forneceria assistência financeira por meio de afretamento ou compra de navios mercantes alemães que sejam apreendidos em águas portuguesas. E o que era preciso era assistência financeira...

Muita assistência financeira... quanto mais assistência financeira, melhor!

Passava-se isto em 5 de agosto de 1915.

Teria a Inglaterra modificado posteriormente o seu ponto de vista?

Tanto modificou que, em 6 de fevereiro de 1917 o sr. Teixeira Gomes, conforme telegrama de 7, dizia a Afonso Costa, relatando uma conversação com Balfour:

«Portugal aceitou *gostosamente* essa situação (*a beligerancia com a Alemanha*) porque lhe abriu **auspicioso futuro político**, e **satisfazia seus ardentes desejos cooperar com uma aliada e pugnar ideais da liberdade e justiça que lhe são caros**, contava que a Inglaterra lhe assistisse largamente em tudo quanto era essencial a tornar-se efectiva essa cooperação, **sem aumentar**

**os sérios embaraços financeiros em que se encontrava. . . »**

.....

E o miserável deixa supôr, mentindo, calando a verdade, que o govêrno português chegou à requisição dos navios alemães, e a conseguiu, para se garantir... a assistênça financeira, não necessária à efectivação da nossa guerra, mas ao interesse criminoso dos homens que à sombra dela se queriam locupletar roubando a nação!...

\*

Bem facilitada se antolhava então a nossa política de guerra.

De resto, desde Junho de 1915, o govêrno não perdera, dentro do país, as suas horas. Se a propaganda da guerra não foi devidamente feita, se não houve a coragem de semear dinheiro para calar, como convinha, a bôca venal de muitos, — se nos segredos dos arquivos razões havia para obrigar ao silêncio, face à opinião pública,

os governos de então, — não se passou um dia sem um acto, uma conquista, um passo, progredindo.

A divisão de Tancos obedeceu ao pensamento político de provar ao estrangeiro como em Portugal um govêrno podia mobilizar homens, formar uma divisão e agitar a ideia da guerra sem disso morrer às mãos da revolta. Todos sabem o que se dizia então.

Portugal viu o milagre de Tancos.

A política tendente a excluír-nos, como nação independente, da grande contenda, limitando-nos a uma tutela cheia, para nós, de ameaças futuras e presentes vergonhas, — perdera todos os seus argumentos.

*Os incessantes esforços do govêrno português estavam à beira da sua coroação pela aceitação inglesa dos nossos oferecimentos.*

O govêrno inglês começava a harmonizar o seu critério político exterior a nosso respeito, resistindo melhor a considerandos e a sugestões alheias que o povo inglês ansioso de nos ver ao seu lado e o

nobre exército britânico não compartilharam jâmais.

A voluntariosa, activa e altiva política nossa estava prestes a ser vencedora.

A amargura, os esforços dolorosos, as lutas em que a sensibilidade sangra e a dignidade mal reprime os doridos protestos, viveram-nos êsses homens.

Desacompanhados do país, caluniados, combatidos e impossibilitados de dizer a verdade à Nação!

Não será tempo de se lhes fazer justiça, senhores, perdoando à República o *crime* de ter servido o interesse nacional mesmo contra a consciência desencaminhada e iludida do país?

\*

Em Julho de 1916 Afonso Costa e Augusto Soares partem para Londres. Trazem de lá o pedido formal para os portugueses tomarem parte activa nas operações militares, ao lado dos aliados na Europa.

Mas o memorandum aqui entregue pelo Ministro de Inglaterra falará em *any fur-*

*ther military cooperation*, levando a sua cortesia até não impôr condições que limitem a independência dos nossos actos.

Logo tristes gentes doidas de Portugal, entoxicadas até à medula, esforçadamente tentaram, interpretando-o, reduzir-lhe o sentido para nós dignificante até ao que mais convinha ao seu apatriotismo, à sua inércia ou à sua covardia...

Daí vem o... mais *further* ou menos *further* das criaturas para quem a Pátria não existe e o Ideal não tem imposições.

\*

Como procurou, patrióticamente, como tentou o governo português velar e justificar com os interesses nossos as amigas imposições ou sugestões inglesas que, pela requisição violenta dos navios alemães, nos fizeram sofrer a declaração de guerra de 1916?

As justificações que, com data de 17 de Janeiro de 1917, aparecem no Relatório àcerca da Participação de Portugal na

guerra europeia, o dirão melhor que eu, afirmando verdades que não admitem discussão.

Assim as razões expostas no referido relatório, justificando o gesto que nos lançou na guerra, concordam com as afirmações feitas pelo Sr. Afonso Costa em 29 de Maio de 1917.

Afonso Costa limitára-se, no relatório, a acrescentar, às imposições ou sugestões inglesas impondo a requisição violenta dos navios alemães, as razões nacionais que por nossa vontade e interesse a tal nos deveriam levar. (1)

\*

Mas como pôde manter-se a dúvida e organizar-se uma campanha sôbre a política da nossa guerra, se já o imparcial exame dos documentos indevidamente publicados pelo desvairado articulista da

---

(1) Depois disso leia-se, sôbre o assunto, o desvairado artigo da *Época*, com data de 11 de Setembro dêste ano do Senhor...

*Época* serve e impõe a consagração da referida política?

Vimos atrás até onde e como os ódios e os estreitos antagonismos políticos, eclipsaram o sentido nacional, a consciência do dever perante a pátria e as mais claras imposições da lógica.

Mas seria tal suficiente para manter aquela dúvida, alimentar essa campanha?

Poderá haver aparentes contradições em alguns documentos portuguezes referentes à guerra. Lacunas, silêncios, omissões que o melindre dos assuntos e as conveniências do nosso prestígio político aconselhavam e impunham...

Há uma má colocação do problema, fatal desde que o govêrno não podia referir-se a assuntos cuja publicidade estava interdita.

Devia ter-se clamado: — Vamos para a guerra, temos de ir à guerra, porque tal nos impõe a determinada vontade hostil interessada, alheia e tenaz, a essa decisão!

E não se falou assim, claro demais. E não se pôde ou quis dizer isso ao país.

Mas, para um povo com consciência patriótica, livre de entoxicações sectárias, senhor da sua individualidade política, — seria preciso cometer essa *gafe*, usar uma linguagem assim?

A colónia portuguesa do Brasil e de todo o mundo, com raras excepções, — os intellectuais portugueses de todos os partidos, tôdas as almas fortes, todos os espíritos isentos de Portugal compreenderam o seus dever, através mesmo das possíveis omissões e lacunas, dispensando a propaganda e melhores exposições do que era por demais intuitivo e evidente.

Os soldados compreenderam e abalaram para a África como para a Flandres. Tôda a gente que o quis, compreendeu.

\*

Resta justificar, e essa pode ser obra de cada consciência imparcial e serena, de cada patriota e de cada raciocínio, declarada a guerra a Portugal pela Alemanha, em 9 de Março de 1916, e fixado o in-

teresse pertinaz de alheios em nos afastar da luta, — até que ponto poderíamos deixar de enviar tropas à França.

O discutir êsse facto é quasi ridículo. E os esforços porventura feitos pelo governo inglês desde Agosto de 1914 e ainda de Março a Julho de 1916, a fim de manter Portugal na anterior situação internacional, devem bastar para convencimento de qualquer.

A mim me basta, ao futuro bastará, termos remido as vergonhas anteriores e garantido o que, a procedermos doutra forma, sem remissão alguma, fatalmente havíamos perdido a esta hora.

...Por muito que dôa aos inimigos internos e externos dos interesses de Portugal.

E quanto ao intuito, às razões que me trouxeram, de coração puro e sem o mínimo compromisso político, a esta faina, — numa hora dolorosa do meu lar, hão-de dizê-las, quantos, livres e emancipados dos crêdos partidários, compreenderem como, a um soldado que vem de bater-se pela Pá-

tria, autorizam a solidariedade da gente honrada da sua terra, a independência indomável do seu espírito, a tolerância política de que deu sempre provas e a sua inquebrantável, infinita fé nos destinos de Portugal!

## II

1918...

Através das linhas imparciais e sinceras, que são o capítulo anterior, — se viu como aparecido haviam, e se desenvolveram e tomaram corpo, tôdas as fôrças indisciplinadas e apatrióticas que contrariaram a nossa política de guerra.

Todos se lembram do que foi o 13 de Dezembro. Os jornais, certos jornais estão cheios de documentos por êles próprios produzidos. A nação conhece-lhe os frutos vergonhosos, envenenados ou sangrentos, suficientemente bem.

Um dia essas fôrças tiveram a sua Vitória. A revolução de 5 de Dezembro de 1918, levou-as ao poder.

Sempre surgiu tremenda, na História, a responsabilidade dos homens de estado que, para seu engrandecimento e o da sua política, nas horas graves em que as suas Pátrias necessitavam de todo o esforço, de todo o sacrifício dos seus filhos, e de toda a sua capacidade construtiva, — aproveitaram, escutaram, levaram consigo ao Capitólio, os elementos negativos, as forças egoístas e inferiores do seu país.

Mas não haveria razões, embora bastantes, para justificar o crime de uma revolução em tempo de guerra, capazes de diminuir as tremendas responsabilidades dos culpados de 5 de Dezembro?

Eu não ignoro que a maior força, a única força sincera, isolada, a justificar superficialmente um tal acto revolucionário, vinha do desejo de se fixar a todos, por uma política de concórdia, o direito, que a todos os portugueses honrados assiste, de cooperar, para lá das suas diferenças partidárias, na obra nacional e comum.

Será, mesmo essa força, como as que resultam, em Portugal, da nítida visão,

imparcial, do nosso problema interno e do nosso problema internacional, que há-de permitir, provocar o advento do governo forte, ousado e liberto de condenáveis solidariedades capaz de voluntariamente assumir o encargo poderoso e difícil da nossa reconstituição nacional.

Mas até que ponto ouviu a situação levada ao poder pela revolta de 5 de Dezembro essa fôrça sincera, e até que ponto lhe obedeceu e lhe sofreu o impulso?

\*

A seguir ao pobre triunfo doloroso do Parque Eduardo VII, quando sem um plano político, uma ideia, um programa de governo, o pobre chefe exausto das noites perdidas interroga o sr. Brito Camacho e este lhe responde à interrogação aflita: — «Dormir, primeiro, depois governar!»; — quando mais tarde Guerra Junqueiro procura o mesmo chefe já perturbado pela ideia nascente, pela crescente sugestão de império, de megalomania e mando com que

as multidões idólatras, escravas, culpadas do país, lhe preparam o aparente Capitólio e a Rocha Tarpeia;

— Quando Junqueiro tenta sugerir-lhe as possíveis atitudes que evitarão talvez as consequências dos erros praticados e permitirão soluções mais consentâneas com o interesse do país, e o presidente morto enjeita as serenas sugestões do Grande Poeta, em rápidas, possessas de cegueira e orgulho, desordenadas palavras, dizendo a certeza que tem de resolver, em oito dias, o problema da política interna; — quando a turba, a demagogia, fardada, enluvada ou em farrapos, violentou as habitações dos proscritos, roubando e destroçando, poluindo os lares e nem poupando a inocência das virgens ou a religiosa intimidade dos cultos;

— Quando em Portugal se iniciou a mais furiosa *jacquerie* que Portugal tem visto, — a honra dos proscritos a saque, violados os seus cofres, a sua honra, o seu

nome, encarcerada a sua liberdade, tolhida a sua defesa, apregoada, no mundo official, no estrangeiro, a culpabilidade dos que vinham de governar, face ao mundo, impondo-se à simpatia dos aliados, e agora eram, num pregão de infâmia, acusados de crimes de direito comum; quando se cometeu o êrro pavoroso e nunca visto de negar tôda a autoridade, de arrastar na lama de todos os ódios, de ferir com tôdas as armas infames os homens que lá fóra haviam sido os porta-bandeiras da nobre política que nos levou à guerra;

— Quando, ao meio do formidando amontoar de faltas, de imprevisões, ódios e crimes, sem um acto construtivo, sem uma attitude, um gesto de activa colaboração guerreira, — as cedências, as abdições humilhantes, as concessões que desonram enchiam de desdêm e desprezo o coração altivo dos estrangeiros que as viam, com asco, futurando nas diminuições nossas de hoje as possíveis colheitas suas de amanhã; quando, sob a liberda-

de, se davam direitos de cidadão e honras de cargos cívicos a traidores expulsos, acusados pela polícia internacional e pelos ministros da Entente em Lisboa, mais tarde, por imposição alheia, expulsos apesar de tudo;

— Quando, no receio dum Jonnart que à Entente não se tornava urgente, e duma intervenção que a nossa situação e a nossa duplicidade não exigiam, — os governos se limitavam às públicas afirmações platónicas de lialdade aos nossos aliados, e só em Londres, desmentindo a orientação da reclamada política exterior dezembrista, o nosso ministro Augusto de Vasconcelos continuava, coroava, com as suas ofertas e proposições no Foreign Office a inteligente e patriótica política de Augusto Soares;

— Quando, amordaçados e assaltados os jornais e os centros políticos sob a protecção policial, se enchiam as masmorras;

— Quando não houve um único gesto

de transigência, de pública transigência com os perseguidos, e a fúria da perseguição e do ódio chegou à violência do assassinato de presos em plena rua, — como foi ouvida, até onde, como a fortaleceram, como lhe seguiram as sugestões sensatas, essa fôrça ordeira e conciliadora com que o dezembrismo, continuando honrada e decisivamente a política da guerra e purificando a atmosfera nacional, — poderia ter inteiramente resolvido ou eficazmente contribuído para a solução e para o descongestionamento do gravíssimo problema político interno do país?

Eu sei, eu sei como Sidónio Pais foi vítima dos crimes, dos interesses infames, dos egoísmos miseráveis, dos desvairamentos sem culpa, das correntes negativas, das cobiças inconfessáveis, das incapacidades tumultuosas do país.

O sr. Egas Moniz contou já como os aplausos da multidão lhe desequilibraram a serena, mas justa visão das suas possibilidades. A história contará como a insinceridade de muitos, forte face à bôa fé

de alguns que dêle esperaram e confiaram nêle a solução tranqüila do problema português a dentro da República, — a história contará como tantos que o desvairaram exaltando-o, o faziam no infame interesse dos seus planos e para destruição da República, agravando-lhe a situação perante as fôrças republicanas, incompatibilizando-o mais e mais com elas, impossibilitando, com a sugestão de actos de violência, a realização da plataforma de entendimento com os partidos que êle, por fim, ardentemente e em vão, desejou.

O futuro dirá até que ponto êle foi a vítima expiadora de tenebrosos planos, pretexto por trás do qual o grande ataque à República foi conduzido com arte e pertinácia por aqueles que prevendo e amontoando as razões fatais que o aniquilariam, com êle arrasariam os últimos fundamentos do edifício republicano em Portugal.

Um fidalgo espírito que fez, sem menoscabo para o seu brilho, parte dum ministério dezembrista, me contava como, nas imediações da aclamação do Presidente,

gentes não republicanas lhe disseram a segura esperança, a certeza segura da próxima derrocada sidonista.

«E depois ficaremos nós, só nós!»

Ah! a desvairada ingenuidade daquele homem voluntarioso e enérgico que aos seus conjurados, com uma frase viva, num minuto de desânimo, impunha fôrça!

A infantil receptividade do seu espírito ambicioso que as aclamações messiânicas das turbas afagadas perderam!

A imprevisão quási amoral, impolítica e aterradora, com que, no seu oportunismo político, se deixou subjugar, — com o seu país e o seu exército empenhados numa luta face ao mundo, — pela conivência com as correntes germanófilas e não intervencionistas, apáticas ou apatrióticas do país!

Que não fez êle como alguns dos moços alferes do Parque Eduardo VII fizeram na hora em que, sem lhe diminuirem ainda a simpatia e o culto, o abandonaram e ao país miserável, seguindo para a guerra depois de longamente ter esperado a honra que lhes negavam de ir resgatar as culpas

de 5 de Dezembro nas lutas, mais da Pátria e de Deus, da África ou da Flandres!

\*

Num conselho de ministros, um dia, quando a revolta ia ateadada e alta e eram os cárceres cheios e os porões partiam com degredados políticos, demandando a África, — quando talvez o vento da Vitória, como um inesperado ciclone, desequilibrava, num tumulto surprêso, as convicções até ali inabaláveis de muita gente, — num conselho de ministros que o presidente morto presidia, A. de M., creio, lançou a afirmação de que a revolução era inevitável e a não dar-se, fatal como uma válvula a abrir numa caldeira opressa, — viria o atentado pessoal e a morte do Presidente.

Ergueu-se então êle, num rompante exaltado a que os seus próximos eram familiares, os olhos fulgurando, o punho ferindo a mesa do Conselho.

Uma formosa pistola que tinha ao seu lado, teve um sobressalto, disseram.

E, os olhos fixos, como se compreendesse tudo e se fizesse justiça, a sós com Deus e com a sua alma, com os seus pecados e a sua incapacidade, como se falasse para a História, perante um juiz supremo, penitenciando-se, humilhando-se, já de além mundo, quási espectral, senhor das suas fraquezas, dominando seus erros, gritou, murmurou, num desespêro e num alívio:

— «*Senhores! Em Portugal ninguém deseja, ninguém anseia mais a minha morte, a Morte, do que eu!*»

\*

E foi de adivinhar-lhe esta atitude que eu tive lágrimas ao sabê-lo caído com a sua illusória autoridade e falsa fôrça, mas livre de mais triste exílio e de mais pobre fim.

E foi de mais tarde um dos seus amigos me haver repetido comovidamente essas palavras, que eu lhe esqueci os crimes ou os erros.

E foi de saber a attitude patriótica na Escola de Guerra e em Monsanto, dum alferes Sidónio Pais, que me jurei não lhe violar o túmulo e defendê-lo dos insultos, das explorações políticas dos que o deixaram ir, dos que o induziram e acompanharam nos caminhos maus de que a Pátria sofreu os espinhos e a nossa honra e o nosso corpo as ofensas. E vim até êstes campos inglórios. Talvez sómente magoado e triste dos aplausos sectários ou das séctárias insinuações de quantos não sabem como apenas quero servir o interesse de Portugal.

Pois quem era, donde vinha, com que direitos ao seu mandato póstumo, — com que intenções patrióticas, com que isenções e prestígios, o mercenário violador de túmulos, que em 27 de Julho, na *Época*, escreveu o miserável artigo «*Sidónio Pais?*»

Que altas razões o impeliam, levavam a manobrar, a explorar, a manchar, a perturbar o silêncio, a aura remanescente, as possíveis boas intenções irrealizadas do pobre morto que repousava emfim?

Donde vinha êle?

De tôdas as vagabundagens políticas, pobre barca maluca perdida ao sabor dos ventos doidos da sua vaidade e dos seus irrequietos ódios...

Das sanções desprezíveis minoradas, em seu implacável significado, pelas manhas do hábil histrião sem vergonha que ao país sabia dar, com provas de uma capacidade oratória e jurídica notáveis, o espectáculo das suas desavergonhadas transformações políticas e do seu histriãoismo divertido e hilariante...

Pobre cérebro de claras visões momentâneas eclipsadas, negadas, diminuídas, pela indescritível volubilidade, deficiência, anemia do seu civismo...

Incapaz dum longo esforço puritano e desinteressado ao serviço duma ideia ou duma Pátria...

Suficiente para, numa hora de eloquência, encantar, repetindo-se, — e levar até às lágrimas, uma turba desprecavida ou um júri sentimental...

Inveja e ódio, incompetência e vulpi-

nismo, *condotiéri* sem espada e sem bravura, feitor da sua aura aparente e da sua nulidade moral.

Um homem esperto. Uma alma sem feitiço. Uma pobre coisa que o primeiro gesto honrado esmaga e varre.

Uma pobre coisa perante Deus e os homens de honra.

Que intenção era a sua?

Um júri de homens bons melhor podia precisá-la depois dos amigos puros de Sidónio Pais varrido haverem a afronta por êle feita à memória do morto.

Que nem surprêsa comportaria a constatação, não do falso mandato póstumo que criminosamente êle arrancou ao silêncio indefeso e inerme dum túmulo, mas doutro mandato mais consentâneo com o seu mercenário profissionalismo.

Que bem podia, um homem de bôa fé e honra, estranhar a defesa, desastradamente feita, de interesses inimigos da minha pátria quando, numa inconsciência pasmosa, êle grita, à beira da campa do homem cujo patriotismo quiere defender, — a ne-

cessidade urgente de se ratificar o tratado da Paz.

Tam precipitado e ligeiro que, sabendo como a continuação da venda dos bens alemães, possível apenas até à ratificação do tratado ou sua entrada em vigor, nos aumentava o montante das indemnizações a receber da Alemanha, não hesita, inocente ou culpado, em quebrar lanças pela suspensão na venda dos mesmos bens.

Que autoridade podiam trazer as palavras dêste homem? Que outro interesse e outra fôrça além da pobre fôrça e desvairado interesse dos que, nos primeiros momentos, antes de haver tudo compreendido, se deixariam levar na torrente cega do seu sectarismo, dos seus ódios, ou das suas incompatibilidades políticas?

Quem, senão aqueles cuja diminuta visão, não lhes permitindo vêr a afronta à Pátria, ao exército, aos mortos, às nossas qualidades criadoras, — podia tolerar ou aplaudir as palavras que, em nome dum ódio, ou como se faz um frete, êle vinha gritar, na ilusão de derrubar alguns homens

que odeia, — pisando aos pés, cuspidando o património moral dos esforços feitos, das conquistas e das afirmações realizadas, dos frutos pela Pátria colhidos e a colhêr?

Onde e como um tal homem, sem um acto de sacrifício na sua vida, podia arrojar-se o ultrajante direito de receber um mandato e defender quem no seu posto morrera, expiando na morte seus erros e suas insuficiências, bem pequenos comparados às insuficiências e aos erros das multidões que o endeusaram?

\*

Em Portugal, na lastimável turvação política que vai nos espíritos, tudo é possível.

Mas porque ao futuro e ao interesse moral de muitos importava varrer a suspeita de qualquer solidariedade com a pavorosa afronta à Pátria feita, — vozes se ergueram, protestando.

Eu fui uma delas. Soldado, tomei o meu

posto. Bati-me, desci a bater-me com tamanho miserável.

Até que ponto servi o interesse da minha Pátria e o da minha honra, o da minha farda e a dos meus companheiros de guerra, o dos vivos e o dos mortos, o da dignidade humana e o da dignidade nacional?



### III

## Sidónio Pais <sup>(1)</sup>

Acabo de ler, na *Época* de hoje, uma longa carta sôbre Sidónio Pais. Eu promettera-me silêncio sôbre o morto que em seu posto caíra, atraído por si próprio ou dominado pela miséria dos que o aplaudiam negando a Pátria.

Tenho o meu orgulho de portuguezs e o amor à minha terra altos de mais, sinto-os demasiado altos e puros, para os diminuir em vãs contendidas ou terçar armas com estrangeiros ao meu sonho e à minha fé.

Mas os calvários da Flandres gritam

---

(1) Em *A Vitória*, 29 de Julho de 1919.

alto de mais em mim. Aquela carta vergasta a face da minha Pátria e da minha alma. Um homem, perturbando o sono dum morto, vem envenenar as horas da minha terra, defendendo mal ou negando o que, acima de todos os valores, importa ao futuro do meu país.

Em nome da minha fé ardente mal invocada e mal compreendida, em nome das minhas jornadas dolorosas de soldado que não desmentiu o seu sonho nem negou um momento a sua Pátria, aqui estou!

Diante do túmulo de Sidónio me descubro, como diante de tóda a morte. Calo tóda a sombra de voz que lhe perturbe o sono. Prometi-o há muito a mim mesmo e desde o primeiro dia em que vi a vanidade da sua figura, isolada de tóda a atitude eterna e essencial, em combate contra a corrente única de realizações que interessavam a vida do País.



O sr. Cunha e Costa afirma que Sidónio Pais não fez política germanófila. Clama que o Presidente morto era aliadófilo e patriota.

Eu quero começar por admitir o mesmo, fixando apenas a categoria do seu sentido aliadófilo e do seu patriotismo.

As palavras de culto e devoção que tentam ennobrecer a tarefa de consagrar a mais apatriótica, impotente e vencida política internacional portuguesa na Guerra grande, — quero fixá-las aqui, aqui deixá-las:

«Sidónio Pais no capítulo relativo à nossa intervenção na guerra está limpo de tôda a suspeição.»



O sr. Cunha e Costa foi intervencionista. O sr. Cunha e Costa afirmou-se aliadófilo. O sr. Cunha e Costa afirma-se neste artigo contra a nossa política de intervenção. Esquece-se de dizer porque e

como podíamos ser ou deixar de ser intervencionistas. O sr. Cunha e Costa de quem devo, nesta hora, esquecer as homenagens por demais generosas à minha fé, ao meu patriotismo ou ao meu livro, — esqueceu-se sobretudo de ser português.

E é essa afronta que veio consumir face ao túmulo de Sidónio Pais.

...Limpo de qualquer suspeição...

Sidónio Pais era aliadófilo. Mas acreditou na Vitória da Alemanha até às últimas horas. Não traiçou, foi fraco. Receou, hesitou.

Sidónio Pais sabia, ao organizar o movimento revolucionário que teve o seu fúnebre desfecho em 5 de Dezembro, que o preparavam alimentando e explorando a hostilidade de certas massas contra a nossa intervenção? Sabia que a maior fôrça que o apoiava era germanófila e contra a guerra?

Se o não sabia, começava afirmando, ao lado da sua voluntariosa energia, a mais deplorável falta de visão. Deixou-se levar na onda vil de quantos, apesar da nossa

estada já em plenos campos da Flandres, — combatiam o sentido longínquo ou evidente, hostil para êles, da nossa intervenção.

Sidónio Pais soube de todos os atentados contra os homens que haviam sido os factores essenciaes da nossa política da guerra? Onde e quando os evitou ou condenou?

Limpo de qualquer suspeição...

Menos a da sua inferioridade política, a da sua insuficiência que não soube encontrar processos fortes permitindo a imposição do nosso interesse às dificuldades e aos obstáculos estranhos.

Que Sidónio Pais não saíu da madre ubérrima e sacratíssima dum Povo. Mas de uma vasta multidão em que a negação era um crédo.

Limpo de qualquer suspeição...

Menos a da sua fácil subserviência a estrangeiros, inimigos lógicos dos interesses nossos que a política negra de muitos repudiou e negou.

Menos a do seu pecado, já expiado na

morte, que contribuiu, com uma revolução inoportuna, para tornar invencíveis as dificuldades que Afonso Costa, Norton de Matos e Augusto Soares haviam conseguido dominar.

Menos a da sua falta precipitada que permitiu ao estrangeiro realizar o que a defesa estrénuo, altiva e lusíada dos outros, num grande sentido patriótico, até ali jãmais havia permitido.

\*

Os 47 artigos da carta «Sidónio Pais!»

A que intenção reservada obedecem, êstes artigos em que se alastram as vastas lacunas de amoralidade patriótica e negação que devem ter magoado na campa o repouso austero e repêso de Sidónio Pais?

Passando em revista os artigos não subsiste uma acusação sómente. O sr. Cunha e Costa ignora o pedido formal de 10 de Outubro, quando a Inglaterra, a braços com uma grande crise de efectivo, nos pe-

diu franca e abertamente a cooperação.

Desconhece o efeito produzido lá fóra pelo movimento que precedeu o ministério Pimenta de Castro e os argumentos que esta ditadura forneceu, contra nós, aos inimigos da nossa fazenda, permitindo uma modificação na atitude inglesa a nosso respeito.

O sr. Cunha e Costa não quis saber da atmosfera internacional cheia de ameaças em Maio e Junho e meses seguintes de 1915 e 1916 até às manobras de Tancos cujo efeito político e internacional ignora.

Ao sr. Cunha e Costa bastava-lhe uma pátria submissa aos interesses estrangeiros, subjugada por aparentes incapacidades e desinteressada dos seus grandes destinos possíveis.

O sr. Cunha e Costa compraz-se em obedecer à vélha aliada. Nós somos dos que, na mais sincera amizade pela Inglaterra e pela vélha honra britânica, pensamos devermo-nos impôr ao seu respeito e ao seu amor pela digna, altiva e soberana realização dos nossos interesses de acôrdo

com os nobres interesses do democrático povo inglês.

O sr. Cunha e Costa perde-se em detalhes. Esquece o que há de grande, de lusitano, de afirmativo, de criador na nossa política intervencionista. Demora-se porêm na análise negativa dos pequenos erros. Falta-lhe a fé e a nobre visão alteada até ombrear com o nosso destino.

Que nos traz de novo o *dossier* de que fala solenemente o autor do artigo? Mas nós conheciamo-lo de há muito, de há muito nêlê tínhamos colhido as armas generosas e fortes do nosso combate. Como é que o sr. Cunha e Costa conseguiu lê-lo ao invés?

Que importa à Pátria portuguesa saber do que pensavam os estrangeiros, do que lhes convinha ou do que planeavam impôr-nos em vista da nossa atitude na grande guerra?

A homens livres e puros, num estado soberano, convêm apenas saber como os interesses eternos que devem guardar lhes impõem as atitudes fortes, criadoras e salva-

doras, capazes de garantir o futuro e não atraíçoar os destinos.

As gentes de que o sr. Cunha e Costa é arauto andam afastadas de Portugal, perdidas nas brumas dos seus interesses sectários.

As dificuldades a que se refere o artigo 11 — existiram e eram contra o interesse português. — Vencê-las era garantir Portugal.

Tudo quanto referem os artigos 12, 13, 14, 15 e 16, em nada diminue, antes precisa os altos serviços prestados ao país pelos promotores da nossa intervenção, que, apesar e através de todos os obstáculos, conseguiram, ao contrário do Dezembrismo, valorizar o nosso esforço dentro do claro critério de que a quantidade e qualidade do nosso sacrifício pela causa dos aliados nos seriam levadas em conta na hora, para o nosso património perigosa, da conferência da paz.

As faltas havidas e apontadas não são da responsabilidade do ministro Norton de Matos, mas sim de quantos com a sua inér-

cia, isolando a acção e o esfôrço do illustre homem de Estado, contrariando-a e negando-a, agravaram as precipitações que o alto interesse do país exigia, face à conspiração de tôdas as fôrças egoístas ou negativas do país.

As deficiências havidas breve teriam seu remédio. E repetidas conferências, realizadas entre sir Douglas Haig e o sr. Norton de Matos, precisavam o modo de as remediar immediatamente por uma intervenção mais directa e eficaz de Norton de Matos na vida interna do Corpo Expedicionário Português, e que o 5 de Dezembro não permitiu realizar.

Tudo quanto se diga sôbre a sua preparação militar do C. E. P., e sobretudo o que se assemelhar às afirmações constantes dos artigos 22, 23, 24 e 25, além de altamente ofensivo para as capacidades de improvisação dos nossos officiais, é duma audaciosa falta de justa visão e duma interessada injustiça. A nossa preparação foi feita como a dos primeiros contingentes americanos à retaguarda do *front* e, em No-

vembro de 1917, já o sr. Norton de Matos resolvera e organizára um processo diverso que permitiria, aproveitando os quadros de instrutores regressados do *front*, a preparação dos novos contingentes em Portugal.

O sr. Cunha e Costa ignora que as nossas tropas não foram directamente para as trincheiras e que três meses de instrução eram em demasia longos para a perfeita instrução, a ser bem orientada e séria, dos quadros e efectivos portugueses. Dos defeitos apontados pelos ingleses conhecemos nós melhor que o sr. Cunha e Costa, e ouvimo-los referir a nobres companheiros de armas ingleses, orgulhosos da cooperação nossa, acusadores das correntes germanófilas ou contra a nossa intervenção manifestadas, no sentido dos argumentos do sr. Cunha e Costa, à retaguarda das linhas de fogo por indivíduos desorientados de Portugal. E nenhum desses defeitos tocava ou imputava responsabilidades aos promotores da nossa intervenção na guerra.

Em Janeiro e Fevereiro de 1918 no C. E. P. não se sofria de falta de instrução nem preparação militar. As nossas tropas tinham dado já as mais bastantes provas da sua eficiência guerreira. E a sua diminuição como elementos de combate começou precisamente a manifestar-se, em fins de Fevereiro e Março, com a ausência de reforços e o abandôno a que Portugal, triunfantemente, mais que nunca nos votava, acusando-nos, nas cartas e à bôca cheia, no mais doloroso e miserável apatriotismo, de termos cedido, como carneiros, à ordem que nos mobilizou e nos fez partir.

O C. E. P. sofreu inicialmente dos males morais que daqui lhe levaram. A falta de sanções, os chefes incompetentes, os erros internos, não eram mal essencial. Em Novembro de 1917 já o chefe do exército tomara dêles consciência e ia remediá-los de acôrdo com o Comando Inglês.

O C. E. P. em Março ainda se bateu com brilho. Em 9 de Abril, depois de realizado, dois dias depois de realizado o prescrito na convenção de 21 de janeiro, em

*que Sidónio Pais cedeu à vontade inglesa,* como nunca o fizera nêsse ponto Norton de Matos, e a seguir ao longo depauperamento das tropas privadas de todo o refôrço ou repouso, — se a densidade da ocupação nas nossas primeiras linhas e à retaguarda fôsse a dos meses anteriores, os resultados teriam sido diferentes.

Possível será ter sido para os ingleses um impecilho o nosso C. E. P.

Não o era para os nossos interesses e só uma indesculpável precipitação pode permitir ao sr. Cunha e Costa tal afirmação.

Nos artigos 28 e 29, o sr. Cunha e Costa acusa os que pretende defender e deixa de contar, para desculpar os que tam mal defende, ao menos a tenção, que em fins de Maio de 1918, o govêrno portugûês teve de liquidar o nosso esfôrço militar na Flandres. Essa tenção diminuiria ao menos a responsabilidade do ministro da guerra e Presidente Sidónio Pais, abandonando sem reforços um Corpo Expedicionário, à mercê de tôdas as desintegrações, que o mesmo era que condená-lo à morte, na expressão

indignada dum Chefe de Estado Maior do C. E. P., que pedia, em repetidos telegramas, sem resposta muitos dêles, reforços, reforços, de acôrdo com os chefes militares ingleses da Flandres.

No artigo 30 volta o sr. Cunha e Costa a fingir que não comprehende. E faz o absoluto elogio do tenaz patriotismo de Norton de Matos. A Inglaterra tinha razão. Mas o sr. Norton de Matos também a tinha. Recusando a sugestão britânica, o sr. Norton de Matos não diminuiu na consideração inglesa. A Inglaterra não ama os que abdicam. É um país nobre e livre.

No artigo 31 esquece-se o sr. Cunha e Costa que a maior parte das negociações do sr. general Rosado, em Londres, decorreram, na sua maior parte, em Julho e Agosto, com uma atmosfera internacional diferente e que o próprio ex.<sup>mo</sup> general ignorava, em fins de Agosto, se o Govêrno Português queria, com efeito, liquidar ou continuar o nosso esfôrço militar na Flandres, interrogando sôbre tam importante ponto o govêrno, a fim de assentar uma conven-

ção com o ministro da guerra britânico.

Os artigos 33, 34, 35, não os devia, não os podia escrever o sr. Cunha e Costa. Ferrem e limitam a sua inteligência. Diminuem-no, dão-lhe a responsabilidade de falar num assunto que deve calar-se, apesar do leviano ou criminoso precedente das afirmações feitas, em 1 de Agosto de 1918, por um membro do govêrno e ministro da guerra, no Parlamento de Portugal.

O resto não me interessa, não interessa as almas vivas e isentas do meu país. É mais uma mão cheia de discórdia e pessoalismo lançada na desvairada labareda que queima inglóriamente Portugal.

\*

As dificuldades invencíveis encontradas por Sidónio Pais, para continuação e melhor efectivação do nosso esforço na França, encontraram-nas primeiro e também Afonso Costa, Norton de Matos e Augusto Soares. Êstes, através de todos os sacrificios e obstáculos, porque assim o exigia o

sagrado interesse do País — venceram-nas, com o seu prestígio e o seu forte querer.

O *Invencível* das dificuldades que dominaram o sr. Sidónio Pais é da responsabilidade da sua política. Foi de longe o golpe das espadas, foram o 13 e o 5 de Dezembro, foram tôdas as abdições e tôdas as traições da massa ausente da Pátria, que o tornaram possível. Sidónio Pais, erguido nos escudos dessa massa, devia expiar por ela. E assim foi.

Sidónio Pais, aliadófilo e intervencionista, não dominou essas dificuldades e foi vencido porque a fé lhe faltava ou lhe veio tarde, a fé na Vitória.

Foi essa derrota que permitiu a menor glória de 9 de Abril, a desintegração e a degradação do C. E. P., reduzido até Outubro de 1918, na sua maioria, às miseráveis proporções de um corpo de trabalhadores, com o coração dos seus soldados sangrando de orgulho, ferido ou minado pelas insubordinações repetidas que em Outubro tiveram de ser reprimidas a tiro e afogadas em sangue, enquanto o govêrno,

absolutamente desinteressado de nós, deixava sem resposta os telegramas instantes do general Garcia Rosado, sob cujo comando se havia conseguido, contra e apesar do criminoso silêncio de Lisboa, aproveitar, para pôr um remate nobre a tanta miséria, o que restava ainda de fé, de esperança e de patriotismo eficiente, no mutilado, abandonado e mil vezes negado Corpo Expedicionário Português.



Não sei quando chegará o dia em que, no Parlamento português e frente a Portugal inteiro, se aclamará a obra de generosa e nobre tirania que nos levou à guerra porque o exigiam a Pátria e Deus, coroando, emfim, a obra dolorosa dos que apesar do silêncio das cátedras, das negações e das ausências de maior parte do país, não deixaram a Pátria ir-se na cómoda corrente suicida que malbarata os patrimónios da honra e os bens dum povo servindo-lhe a impotência ou a inércia.

O grande *mea culpa* não será dito. Mas os gritos que acusam hão-de calar-se. Ou Portugal será morto, envenenado de ouvir gentes de mau agoiro e culpadas, — diminuir o grande acto portuguez que é o limiar duma nova idade e dum novo destino.

Nesse dia, em que creio e espero, caladas as vozes sombrias dos que só vêem ruínas e sombras, à falta de clarões na alma pesada de remorsos e ligeira de fé, — hão-de dizer-se, talvez, as palavras que hoje colho, perfilhando-as, — no artigo sôbre Sidónio Pais.

«Sidónio Pais, no capítulo da nossa intervenção, está limpo de qualquer suspeição!»

Mas o futuro, sem ódio, acrescentará serenamente:

— Há homens de cujo patriotismo se não pode duvidar e, no entanto, na sua incapacidade ou no tumulto da sua visão política, vítimas das correntes negativas que os levaram ao Capitólio — *apesar de invocarem a Pátria, inconscientemente a mal servem e atraçoam.*

#### IV

### **Documentos! Documentos!**

Eu não devia dizer mais. Devia calar-me. O meu patriotismo e o meu orgulho aconselham-mo. Mas o patriotismo e o orgulho dos fortes, o silêncio dêles, serve as misérias dos fracos e dos impuros.

Do *dossier* imenso e esmagador é preciso tirar algumas provas mais. Porque a minha alma e a minha voz não as podem entender e compreender todos. A *inteligência* de muitos não ouve as afirmações altíssimas das almas.

Ontem falou a minha alma.

Hoje preciso de dizer como os documentos do *dossier* do sr. Cunha e Costa são as provas dos erros que veio defender.

Sôbre o pedido inglês de 10 de Outubro, guardo silêncio.

Para quê?

O sr. Cunha e Costa é uma alma cerrada.

O que a sua intelligência comprehende cala-lho a alma. O que vai de 10 de Outubro de 1914 até à aceitação do nosso esforço, no grande interesse de Portugal, — chama-se intentona de Mafra, golpe das espadas, ditadura Pimenta de Castro, António Sardinha e a campanha germanófila da maioria dos jornais monárquicos. Isso explica, — com a entoxicação progressiva e exaltação dos valores negativos e inferiores portuguezes pela política do sr. Brito Camacho, ao lado do lógico interesse alheio de certas correntes inglesas, — a mudança na política internacional.

A aceitação da Inglaterra em 1917, 3 de Janeiro, do mais honrado acôrdo para a realização do nosso esforço militar, marca o fim e coroamento da política criadora e altiva levada a efeito pelos nossos promotores da guerra, Afonso Costa, João Cha-

gas, Norton de Matos e Augusto Soares, — com o apoio da *élite* intelectual, monárquica ou republicana, do país.

Os resultados da Conferência da Paz mostram como a visão dêstes homens foi genial e justa.

Se não tivéssemos entrado na guerra, Portugal sangraria, nesta hora, lágrimas amargas.

\*

— Portugal foi à guerra porque, como nação livre e na consciência dos seus interesses e destinos, entendeu que assim, e só assim, salvava o seu património colonial, servia a sua honra e preparava um novo destino, aparecendo depois da Paz em condições internacionais à altura dos vencedores.

— Portugal foi à guerra, porque certas isoladas correntes tradicionais da política inglesa, prefeririam que Portugal não fôsse.

A fórmula de *Portugal under British*

*Suseranity*, tenta ainda alguns vólhos políticos ingleses.

— Portugal foi à guerra porque o nobre povo inglês e os seus políticos modernos não contrariaram, antes viram com simpatia, a afirmação de vida e independência que animou, em tôdas as horas, os promotores da nossa intervenção.

— Portugal foi à guerra porque o crime de abdicação e inércia, de abandôno e desinteresse, perpetrado por quantos puseram nas mãos e na vontade alheia a decisão da nossa atitude, não encontrou apenas o egoísmo natural, lógico de certas massas, o seu apatriotismo e a falta duma corrente e duma finalidade nacional. Havia ainda almas vivas no meu país.

— Portugal foi à guerra porque Deus o queria. Fez-se um milagre. Obrou-se um acto de formosa e generosa tirania. E os interesses estrangeiros e as palavras que em Junho de 1915 nos aconselhavam a inércia, o desinteresse, invocando as nossas perturbações internas, o nosso esgotamento e as nossas inapetências guerreiras, calaram

em frente, por alturas de Julho de 1916, da obra de vontade e esforço que, na previsão da catástrofe, da ameaça imensa que a nossa abstenção nos traria, homens fortes e patriotas realizaram dolorosamente, através do desinteresse e da negação e dos ataques da maior parte das fôrças ditas cultas do país.

— Portugal foi à guerra e não perdeu a maior parte de Moçambique.

— Portugal foi à guerra e não perdeu Angola. E ennobreceu-se. E afirmou-se ao mundo apesar de mil crimes de insuficiência patriótica.

— Portugal foi à guerra e bem pode àmanhã vêr, pela alta nobreza da sua vé-lha aliada, grande parte do seu passivo de guerra solvido e não existente.

— Portugal foi à guerra e é conhecido e é respeitado na Inglaterra, na França, na Bélgica, no mundo, como um povo nobre e livre.

— Portugal foi à guerra e os mortos da Flandres velam o nosso destino como sagradas garantias.

\*

No artigo 4.º da carta de domingo, em nota, o sr. Cunha e Costa, dando-se a illusória fôrça da citação de datas, invoca o poder convincente dos arquivos.

O sr. Cunha e Costa se os conhece, conhece êsses documentos muito mais ligeiramente que eu. Eu conheço-os a todos, a todos os li e com êles lhe quero esmagar a intenção imperdoável de perturbador nesta hora de melindre.

E começarei por dizer-lhe que até Outubro, 20, de 1917, não faltaram transportes ao ministro da guerra de Portugal. Até Novembro de 1917 foram enviadas tropas para a França em transportes ingleses e portuguezes. Em 30 de Novembro esperava-se o *Pedro Nunes* para levar novas tropas. Em Maio e Julho, em 8, 21 e 27 de Agosto, em 9 de Setembro, em 10 de Outubro e 17 de Novembro partiram tropas para França. E porque desde a offensiva austríaca na Itália, em fins de Outubro, a Inglaterra não nos pôde fornecer

transportes, o senhor Norton de Matos obtivera da França a cedência de alguns, com que em 17 de Dezembro deviam sair do Tejo 4.000 homens entre os quais os soldados de infantaria 33. E sabe quem comboiaria essa viagem? *Destroyers* nossos e americanos. Em Novembro partiram 1.563 praças e 222 oficiais.

Em 5 de Dezembro estava aprontando o transporte *Índia* para seguir com 1.500 homens para França e realizar a seguir duas viagens. O govêrno dezembrista deu ordens contrárias em 8 e 9 de Dezembro ao sr. Portugal Durão e o navio foi levar cebolas a Londres, creio!

Mas já desde Abril o sr. Norton de Matos sentira a ameaça possível de lhe faltarem os navios ingleses. Depois na Conferência Militar interaliada de Paris, iniciada em 29 de Novembro, o sr. Afonso Costa conseguiu obter os melhores resultados quanto à solução da dificuldade de transportes. Nessa conferência o sr. coronel Roberto Baptista, chefe do E. M. do Corpo Português, pôde falar com or-

gulho e altivez e honra para o País, do esforço militar de Portugal. Estávamos ainda em 1 de Dezembro!

Dificuldades de transportes houve-as... Se era tam natural! O que não era natural era cruzar-se os braços diante das notas inglesas que expunham a impossibilidade da cedência dêles. E havia transportes, sr. Cunha e Costa, e teriam ido tropas para a França se não fôsse a inexpíavel insensatez que pôs na rua o movimento de 5 de Dezembro e deu oportunidade, a alheios, para a realização duma política diminuidora dos interesses nacionais!

— O sr. Cunha e Costa afirma que em Maio de 1917 a Inglaterra resolveu abruptamente parar com o transporte de tropas.

Até Outubro de 1917 tivemos os transportes ingleses. Houve dificuldades, mas Afonso Costa e Norton de Matos venceram-nas.

Em Maio, em Junho, em Julho, em Agosto, em Setembro, até Outubro houve

transportes cedidos pela Inglaterra nos termos da Convenção.

— As datas daquela nota do art. 4.º! Que piedade, sr. Cunha e Costa!...

Porque não repetiu o govêrno de então o que fizera em Fevereiro de 1918 embarcando no *Pedro Nunes* 523 oficiais e soldados? Porque o não fizera em Janeiro e até ao dia em que o Chefe da Missão Militar Inglesa em notas ao ministro da guerra, referindo-se à epidemia do tifo, lhe pergunta se o trânsito de tropas entre Portugal e a França podia ser suspenso? Essa nota termina:

*«Se fôsse possível seria suficiente que aos homens que veem de França lhes não fôsse permitido visitar as localidades onde existe a doença, e os que vão poderiam permanecer durante um curto tempo em um campo de concentração antes de seguirem ao seu destino.*

*«Julgo não haver perigo de infecção caso sejam estabelecidas para o pessoal que vai de Portugal as providências propostas.»*

— E o govêrno portuguezs concorda, concorda, concorda, mesmo com o que não lhe pedem e pede transportes aos ingleses, que sabe não podiam dar-lhos.

O govêrno dezembrista passou a vida a concordar com os outros. O êrro da sua política internacional é o de uma pavorosa abdicacão perante a política inglesa. Por ela pagará na história, sr. Cunha e Costa...

Que dizem as notas invocadas e que vão de Março a Setembro?

O govêrno pede transportes. Em 26 de Março o Chefe da Missão inglesa espera que, em fins de Abril, se encontre pronto o Lazareto de Brest. Em 1 de Abril o mesmo illustre general faz idêntica afirmacão e nada diz contra o envio de reforços. Em 3 de Abril o sr. coronel Amílcar Mota, ministro da Guerra, pede transportes para 5.000 homens, e tem a satisfacão de receber em 18 uma resposta do govêrno inglêz que marca, da sua parte, uma nobre generosidade, mas que eu não reproduzo de tal modo me magôa e dói.

Era a colheita única que esperar podíamos.

\*

A nossa situação em 5 de Dezembro, na França?

— Que aprendeu o sr. Cunha e Costa nos arquivos rebuscados com a pressa de obter elementos de acusação, lidos no interesse das suas conveniências?

A entrada da 2.<sup>a</sup> Divisão na Frente constitue o melhor serviço prestado durante a guerra aos nossos aliados. A ofensiva na Itália deslocára inúmeras divisões inglesas. Do nosso sector saíu o XI corpo inglês. Os ingleses pediram-nos instantemente apressássemos a entrada da 2.<sup>a</sup> Divisão na linha.

Faltavam-nos ainda algumas coisas, gado principalmente.

Mas os ingleses deram-nos, rapidamente, tudo. E o comando inglês, com a costumada galante nobreza, vincou de agradecimento o serviço esplêndido.

Já desde 5 de Novembro ficára entregue

ao Corpo Português o nosso sector. E sabe como? Eu vou dizer-lho, extraíndo dum altivo e patriótico documento, assinado, em princípios de Fevereiro, pelo illustre chefe do Estado Maior interino do Corpo Português, coronel Ferreira Martins que, ferido pela abdição de 21 de Janeiro, pedia o demittissem do cargo e o fizessem voltar, uma vez morta e ferida a mais bela obra militar portugueza — voltar para Portugal.

Antes de 5 de Dezembro e depois de 5 de Novembro de 1917, os ingleses forneceram-nos, dos elementos que nos faltavam para podermos immediatamente actuar como Corpo de Exército, um parque de munições, formações telegráficas e puseram sob as nossas ordens uma brigada de artilharia pesada, um esquadrão de aviação, duas companhias de telegrafistas. A seguir a 5 de Dezembro, *bruscamente*, foi-nos negado o material de aviação!

As revoluções são crimes e os que lhes preparam a atmosfera — criminosos, sr. Cunha e Costa!

\*  
A *convenção de Janeiro*, a de 21, é a que nos mata na Flandres!...

Não suponha que eram novas as tentativas para fazer aceitar ao governo português um acôrdo que, servindo o melhor interesse da Inglaterra ou de certa corrente inglesa, — diminuía o nosso prestígio militar. O sr. Cunha e Costa há-de lêr um dia, quando mais de acôrdo com a sua Pátria, uma carta por Norton de Matos escrita a Lord Derby em 3 de Outubro de 1917. E oxalá nesse dia o sr. Cunha e Costa córe, repêso e confuso, diante da galharda, prestigiosa, voluntariosa e portuguesa attitude de Norton de Matos... Não conhece essa carta ou leu-a mal?

E a Inglaterra respeitou o homem nobre e forte.

E chegamos a 5 de Dezembro como atrás viu...

Os senhores não admiram, os senhores não conhecem o nobre carácter inglês. A Inglaterra ama os homens altivos e as Pá-

trias cōnscias do seu destino, entregues a altos esforços, valorizadas de patriotismo corajoso! Os senhores não podem conhecer!...

— E quem foi ouvido sôbre a Convenção de 21 de Janeiro? — O comando do Corpo Português?

Talvez apenas o sr. Manuel de Brito Camacho.

Ela foi aceite sem a mínima objecção.

«A situação do C. E. P. antes dêle, *em completo acôrdo com as autoridades britânicas*, precisava apenas de reforços enviados com regularidade», diz o nobre documento do sr. coronel Ferreira Martins. E continuava:

«Pretendeu-se fundamentar a nota apresentada em 6 de Janeiro de 1918 pelo sr. general Barnardiston e aceite levianamente pelo Govêrno Português, na natureza e nas exigências da guerra moderna e no árduo esfôrço e alto grau de instrução que se torna necessário às fôrças combatentes, circunstâncias estas que precisamente agora, passado um ano na zona de

guerra, eram já bem conhecidas em todo o Corpo Português, que a todos êles procurava corresponder, empenhando nisso o melhor do seu esforço e tendo a consciência de muito ter conseguido.»

Com a Convenção de 21 de Janeiro admitiu-se «a absoluta ingerência das autoridades britânicas na vida das fôrças portuguesas em França, ingerência contra a qual o comando do C. E. P. lutou um ano inteiro, conseguindo restringi-la ao justo limite que é imposto pela dignidade daqueles que na França representam a nação portuguesa livre e independente.»

O comandante do C. E. P. protestou em 28 de Janeiro, pediu se suspendesse a execução do acôrdo — porque, *a bem dos interesses do País*, ia falar com o ministro sôbre o assunto. E veio a Lisboa. Em vão.

E, no entanto, é tanta a fôrça duma política nobre e a continuidade das boas atitudes que, só a 21 de Março, o comando inglês deu ordem para a efectivação dos termos da desastrosa, para nós, convenção.

A ofensiva do Somme não deixou efe-

ctivar essas ordens que se cumpriram apenas em 7 de Abril.

O sr. Cunha e Costa não entende como a data de 6 de Janeiro em que a convenção foi proposta, a um mês de revolta, era oportuníssima? Ora calemo-nos sôbre tanta miséria.

Os povos vivem do seu desejo de afirmar-se e viver.

A traição é muitas vezes, é sempre, um produto de insuficiência moral ou mental...

\*

E agora, a situação de depois de 9 de Abril?

Que conhece o sr. Cunha e Costa? Os bons advogados fingem ignorar o crime dos seus constituintes. Mas o sr. Cunha e Costa não é só advogado. É réu. E com êle, Deus a alumie, uma grande parte de gente dita culta de Portugal.

Conheço tôdas as notas trocadas sôbre o C. E. P. e envio de reforços e pedidos de transportes ao govêrno inglês.

E nunca ninguém duvidou da minha lialdade.

O sr. coronel Amílcar Mota pediu repetidas vezes transportes... ao govêrno inglês que sabia não lhos podia dar. Porquê, enquanto não houve impossibilidade absoluta — de enviar soldados antes de se fixarem entre os govêrnos inglês e português as linhas gerais da reorganização do C. E. P., — porque não aproveitou o govêrno os nossos transportes, procedendo mesmo à adaptação dum navio ex-alemão, como alguém alvitrou, ao transporte de tropas?

Porque não obtive transportes do govêrno francês como, por intermédio do sr. Ministro de França em Lisboa, conseguiu em Novembro o sr. Norton de Matos?

De Norton de Matos a Sidónio Pais vai um abismo: — 5 de Dezembro.

De fins de Abril em diante o govêrno do dezembrismo não podia, (consequira essa situação com tudo quanto de abdições e transigências e de desvalorização nacional permitira, cometera, sugerira) —

enviar reforços de praças para a França. Mas em 21 de Setembro o general sr. Barnardiston declara ao govêrno que os reforços já podiam partir. Porque não foram então?

Eu reconheço ao govêrno de 1918 uma bôa medida. A da nomeação do sr. general Garcia Rosado. E por proposta sua, não a do general Hipólito que em telegramas o general Rosado lembra como cheio de prestígio, — mas a dos generais srs. Bernardo de Faria e Alves Roçadas.

O general sr. Rosado tem uma obra. Se o pensamento da reorganização do C. E. P. pelos ingleses é anterior à sua nomeação, o sr. general Rosado bem serviu a Pátria defendendo os interesses do exército e o prestígio e os interesses da Nação. Pode êle afirmar como a lialdade inglesa sabe prestar culto aos valores mais fortes e destemidos. Depois do sr. Norton de Mattos só o sr. general Rosado soube tratar a nossa causa e, em parte, ganhá-la, embora abandonado e contrariado pelo Govêrno Português.

Eu devo calar as dificuldades encontradas em Londres, em Agosto de 1918, pelo general sr. Garcia Rosado. Elas constam largamente, além de documentos autógrafos que possuo, do telegrama por s. ex.<sup>a</sup> dirigido de Londres ao govêrno em 28 de Agosto de 1918.

Nêsse telegrama diz-se que o ministério da navegação não põe dificuldades à cedência de transportes, e o sr. Rosado diz não saber de certeza se o govêrno quer manter ou liquidar, na França, o Corpo Expedicionário Português!

Os desacordos e as insciências, as transigências, já armadas em sistema, do govêrno em Lisboa, constam dos telegramas trocados entre o ministro da guerra de então e o sr. general Rosado e o nosso ministro em Londres. E eu quero fixar aqui, para completo libelo, — eu que não jogo nem conto com as misérias e os valores negativos do meu país, — palavras dum telegrama de 27 de agosto, assinado pelo sr. coronel Amilcar Mota, em que êste, ignorando as graves dificuldades ainda mal ven-

cidas à data para interesse e salvação da nossa honra, pelo general sr. Rosado, lhe recomenda, repetindo um telegrama enviado à legação de Londres:

«Tudo o que fôr ajustado tem de ser desejado e expressamente declarado útil pelo govêrno inglês não em transigência ou aquiescência a desejos ou oferecimentos nossos...»

Como o sr. general Rosado devia sorrir com amargura! O sr. Cunha e Costa sabe o que foi a Convenção assinada por Norton de Matos com o govêrno francês de acôrdo com o govêrno inglês, donde resultou o Corpo de Artilharia Pesada Independente que nos representou junto do Exército da França?

Não sabe. — Era a afirmação política, cedendo aos desejos de França, no nosso pleno acôrdo com os aliados e nítida independência perante possíveis suspeições de sujeição excessiva a qualquer tutela britânica. Sabe os termos da Convenção? Não sabe. E sabe quem rasgou essa Convenção? O govêrno dezembrista, cedendo, sem uma

objecção, a uma simples nota inglesa que sugeria a fusão das tropas do C. A. P. I. às do C. A. P.

O sr. Cunha e Costa conhece as afirmações, feitas pelo Ministro da Guerra no Parlamento, em 1 de Agosto de 1918, que o sr. Egas Moniz, segundo creio, tentou sensatamente abafar?

\*

Os governos dezembristas pecaram perante a Pátria. Não ouviram um momento os interesses portuguezes. E os valores entoxicados, diminuidos ou interessados que, ausentes da Pátria, a aplaudiram e a tornaram possível, formam a massa incerta, sulcada de ódios acumulados, escrava dos seus interesses imediatos, alheia ao sentido da Pátria e a uma finalidade portuguesa. São um corpo estagnado, decompondo-se. Nós somos a minoria. Estamos na República e na monarquia. Mas havemos de ser, em tudo, através de tudo, os

vencedores. Porque temos, para lá dos erros dos governos políticos, a Pátria e Deus dentro do coração.

Em 4 de setembro o sr. general Rosado, já depois do alto comando inglês, dando razão às propostas do nosso comandante, — (*diferentes essencialmente, quanto ao que importava ao nosso prestígio, das aceites em Lisboa, levianíssimamente, pelo governo*) — ter ordenado em ordem do grande quartel general de 1.ª a reorganização de uma divisão portuguesa, — o sr. general Rosado diz: «Demora regularização transportes ou qualquer dificuldade reorganização de divisões, inutilizam resultados obtidos minhas negociações Londres e colocam país em má situação.»

Entretanto o ministro da guerra português explica o contraditório das propostas de reorganização aceites em Lisboa por uma mal interpretada informação, do nosso ministro em Londres, Vasconcelos, sobre a natureza idêntica das propostas Rosado e Barnardiston.

As condições aceites em Lisboa eram

humilhantes para nós. O general Rosado protestou contra elas.

Em 5 de Setembro pede o sr. general Rosado 5.000 homens por mês, e o envio imediato do primeiro refôrço. (O Ministro da Guerra já reconhecera em 1 de Setembro que os transportes nacionais bastariam ao serviço de reforços bastantes para refrescar as nossas tropas num sector calmo.) Em 21 de Setembro, e desde os pedidos do general Rosado, não havia da parte da nossa aliada o menor obstáculo ao envio de reforços.

Os batalhões do C. E. P. desagregam-se entretanto, exaustos e abandonados. O sr. Garcia Rosado clama para Portugal. Faz face, assistido pelas altas figuras de Bernardo de Faria e D. José de Serpa, Helder Ribeiro e Ferreira do Amaral, à indisciplina, fruto fatal da política havida connosco, roubando aos batalhões, desde fevereiro, por um sistema de licenças e concessões miseráveis, a quasi totalidade dos officiais que para a França haviam marchado com os seus homens!...

Em 3 de Outubro o sr. general Rosado já não crê em reforços. «Salvemos isto com o que temos!»

E salvamos.

Em 19 de Outubro envia um telegrama ao govêrno que é uma acusação vibrante. Pede reforços: Recorto êstes períodos:

«É sobretudo desde Março último que, em telegramas sucessivos, tem êste comando instado pela vinda urgente de tais reforços, prevendo que a não rendição das primeiras fôrças do C. E. P. poderia dar lugar a actos de indisciplina que, além de criar graves embaraços à acção dêste Comando, deslustrariam o nosso exército perante os exércitos aliados, deslustre que certamente se reflectiria no País, acarretan-lhe porventura uma situação difícil perante a política internacional. Essas previsões estão infelizmente sendo realizadas devido à não satisfação, até hoje, daquelas instantes solicitações dêste Comando...»

(O general pede a sanção do govêrno para o procedimento havido contra os batalhões insubordinados).

E continua:

«Todos êstes casos de indisciplina, quer colectivos, quer individuais, teem a mesma causa: a não vinda de reforços que permitam a rendição das fôrças e a impossibilidade de se conceder licenças a praças...»

«Não pode ser de modo algum atribuido à covardia êste estado lamentável de indisciplina, porque factos há, produzidos nas próprias unidades insubordinadas, que denotam, pelo contrário, o maior desprezo pelo perigo, quando se encontram sob a acção dos fogos inimigos».

«Devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que, apesar da deficiente acção moral dos officiais que, em pequeno número, se encontram nas unidades, a repressão...»

«Estou convencido que êste exemplo de fôrça terá como consequência uma modificação latente em outros batalhões que, não tendo até hoje sido encorporados em Brigadas Britânicas, como tinha sido combinado com o Comando do 5.<sup>o</sup> Exército, por dificuldades de ordem material, — talvez possam deixar de o ser se o seu estado mo-

ral se modificar, como prevejo. Subsiste, porém, como é evidente, a necessidade urgente de reforços instantemente pedidos, cuja chegada, por si só, estou certo, levantaria muito o moral das tropas, como disse no meu telegrama 52 A de ontem...»

\*

Foram as epidemias que impediram o embarque de tropas...

Mas o telegrama de 30 de Outubro de 1918 e assinado pelo sr. coronel Cordes, chefe do E. M. do C. E. P., sugere como podia realizar-se êsse envio de reforços.

Foram com efeito as epidemias que prejudicaram a obra política do dezembrismo.

Mas nem tudo era epidémico em Portugal. E os homens sãos e fortes souberam salvar dos maiores perigos os epidemiados e a honra do meu país.

A 4 de Novembro de 1918, em Laventie, onde fôra visitar o batalhão de infantaria 23, em entusiástica marcha para o combate e organizado, como o 15, à custa da fé

e do amor dos últimos condestáveis da nossa honra na Flandres, — o sr. general Garcia Rosado dava-me a honra de dizer-me que o govêrno portuguez guardava desinteressado e absoluto silêncio, até ali, sôbre a matéria dêste telegrama.

Que o illustre general me perdôe. Somos ambos soldados. É preciso que as maquinações dos políticos e dos menos portuguezes, invocando-nos a autoridade ou a fé ardente, não sirvam, sem protesto nosso, os interesses dos inimigos da nossa honra e de Portugal!... Lá salvou-se a honra, apesar do crime dêles. Mas há ainda muita coisa a salvar! Meu general, perdôe-me...

Em nome das nossas horas comuns da Flandres e do nosso esforço comum!

\*

Há coisas que eu esqueço ainda. Enchem-me a carteira os documentos esmagadores. Transborda-me da alma o asco e a revolta.

Ah! Pobre Pátria de Portugal! Que eunucos te velam os destinos! Que envene-

nadores se curvam sôbre o teu leito de doente!

Olho e vejo um cadáver afrontado pelo mais impúdico e precipitado escrito que viu luz do dia em defesa do dezembrismo. O sr. Cunha e Costa não existe. Nem o enxergo já. A campa de Sidónio Pais essa vejo-a, com dôr, violada e conspurcada. Os erros dêle expiou-os com a morte. Tinha direito ao nosso silêncio! E vejo também um bando ululante de desordeiros, de que o sr. Cunha e Costa foi coudel espiritual, preparando a atmosfera dum novo crime.

Com uma dôr em que chora a amargura afrontada dos vindouros ao evocarem esta miséria infame, vejo eu, soldado que não assassinou irmãos e se bateu pela Pátria e por Deus, sacrificando tudo — vejo homens, ouço vozes ainda, em Portugal, vozes que negam, afrontam, atacam na hora da paz e da nossa vitória, a mais formosa, mais viva, mais útil e alta obra portuguesa desde os tempos lusíadas das Descobertas, Senhor Deus!

## IV

### Répliques...

Eu só sei afirmar. Quando, da bancada do júri, ouço um advogado hábil, deixo-me convencer. O meu coração domina-me. Sorrio-me da argúcia da defesa e alegro-me do seu bom sucesso. Mas êste caso é diferente. O advogado de agora é réu e cúmplice.

Mete-me pena e dó.

Em artigo publicado na *Época* de 3 de Agosto, o articulista replicava assim:

#### 1.º artigo da defesa

*No artigo 4.º da carta de domingo, em nota, o sr. Cunha e Costa, dando-se a ilu-*



sória fôrça da citação de datas, invoca o poder convincente dos arquivos.

O sr. Cunha e Costa se os conhece, conhece êsses documentos muito mais ligeiramente que eu. Eu conheço-os a todos, a todos os li e com êles lhe quero esmagar a intenção imperdoável de perturbador nesta hora de melindre.

E começarei por dizer-lhe que até a Outubro, 20, de 1917, não faltaram transportes ao ministro da guerra de Portugal. Até Novembro de 1917 foram enviadas tropas para a França em transportes ingleses e portugueses. Em 30 de Novembro esperava-se o «Pedro Nunes» para levar novas tropas. Em Maio e Julho, em 8, 21 e 27 de Agosto, em 9 de Setembro, em 10 de Outubro e 17 de Novembro partiram tropas para a França. E porque desde a ofensiva austríaca na Itália, em fins de Outubro, a Inglaterra não nos pôde fornecer transportes, o sr. Norton de Matos obtivera da França a cedência de alguns, que em 17 de Dezembro deviam de levar do Tejo 4.000 homens, entre os quais os soldados de in-

*fantaria 33. E sabe quem comboiaria essa viagem? Destroyers nossos e americanos. Só em Novembro partiram 1.563 praças e 222 oficiais.*

### Réplica

a) os transportes ingleses retiraram em 1917;

b) o comandante H. F. Hopkinson, oficial da marinha inglesa encarregado de dirigir os transportes de tropas, retirou em Outubro do mesmo ano, e não mais voltou;

c) o oficial inglês que assistia, em Brest, ao desembarque do C. E. P., também foi mandado retirar dali, em Outubro, pelo Almirantado Inglês;

d) quando Sidónio Pais tomou conta do poder, nada constava oficialmente quanto à cedência de transportes, pela França, que aliás os não tinha para si;

e) não deve ser verdadeira a informação de que, em 17 de Dezembro, tais transportes levariam do Tejo 4.000 homens, entre os quais os soldados de infantaria 33. Se isso fôsse exacto, essas tropas teriam

partido, *visto Sidónio Pais nenhuma ordem ter dado em contrário;*

f) o que houve em França foi o que passo a narrar. Em fins de Dezembro constou ao govêrno de Sidónio Pais que o transporte *Roma*, procedente da América para Marselha e comboiado por destroyers americanos, faria escala por Lisboa, podendo embarcar gente para França. Como o pôrto de destino fôsse aquele e não Brest, as tropas a embarcar só podiam ser das destinadas a reforçar o *C. A. P. I.*, e nesse sentido se expediram ao Campo Entrincheirado as necessárias ordens para embarque de 700 homens.

Efectivamente, no dia 10 de janeiro, embarcaram todos na melhor ordem, o que nunca sucedera. Sidónio Pais foi despedir-se de oficiais e soldados, sendo-lhe por êles feita uma ovação entusiástica. O cônsul da França, que também fôra a bordo, mandou abrir champagne, brindando calorosamente no presidente do govêrno o futuro Presidente da República Portuguesa e felicitando-o pela sua bravura e pela vi-

tória da revolução. O sr. Sidónio Pais agradeceu, sendo ambos freneticamente saúdados;

g) não é exacto que em Novembro de 1917 tivessem partido para França 1.563 praças e 222 oficiais. O *Pedro Nunes*, que largou a 17 de Novembro e foi o *único* transporte que saiu nesse mês, levou 39 oficiais e 753 cabos e soldados.

Em acrescento:

1.º Os transportes ingleses retiraram em Outubro de 1917. <sup>(1)</sup>

2.º Só em princípio de Novembro nos foi comunicada a dificuldade no fornecimento de transportes.

3.º Quanto à cedência de transportes pela França existe um documento nos arquivos da Secretaria da Guerra, um documento nesse sentido e que eu vi, mas não pode ser publicado sem autorização do seu sinatário.

---

(1) Só em Novembro de 1917 o general Barnardiston comunica a Norton de Matos não poder continuar ao nosso serviço o *Belerophon*.

4.º Que a cedência do transporte *Roma* fôra obtida pelo sr. Norton de Matos.

5.º Que as tropas do C. A. P. I. haviam sido mobilizadas pelo mesmo sr. Norton de Matos.

E corrijo:

6.º Que em Novembro de 1917 deviam partir 1.563 praças e 222 oficiais no *Pedro Nunes*, em duas viagens. Largou êste a 17 de Novembro com parte, devendo estar de regresso a Lisboa de forma a cumprir-se a ordem de embarque do restante pessoal a 30 de Novembro. O fabrico urgente a que teve de proceder em *Brest* impediu a sua chegada antes de 5 de Dezembro. O 5 de Dezembro impediu o resto.

## 2.º artigo da defesa

*Em 5 de Dezembro estava aprontando o transporte «Índia» para seguir com 1.500 homens para França e realizar a seguir duas viagens. O govêrno dezembrista deu ordens contrárias em 8 e 9 de Dezembro ao sr. Portugal Durão e o navio foi levar cebolas a Londres, creio!*

## Réplica

a) não é exacto que em 5 de Dezembro o transporte *Índia* estivesse aprontando para seguir com 1500 homens para França;

b) o *Índia* estava entregue à Comissão de Transportes Marítimos, que ainda o não dispensára;

c) caso, porventura, o pudesse vir a dispensar, as suas obras de adaptação, que no govêrno de Sidónio Pais foram orçadas em 55 contos, demandavam demorado fabrico.»

E eu treplico, por minha vez:

É absolutamente exacto o que acima fica. E invoco o nome dum meu camarada do mar, o nome honrado do Comandante Portugal Durão.

### 3.º artigo da defesa

*Mas já desde Abril o sr. Norton de Matos sentira a ameaça possível de lhe faltarem os navios ingleses. Depois, na Conferência Militar inter-aliada de Paris, iniciada em 29 de Novembro, o sr. Afonso*

*Costa conseguiu obter os melhores resultados quanto à solução da dificuldade de transportes. E nessa Conferência o sr. coronel Roberto Baptista, chefe do E. M. do Corpo Português, pôde falar com orgulho e altivez e honra para o País, do esforço militar de Portugal. Estávamos ainda em 1 de Dezembro!*

*Dificuldades de transportes, houve-as... Se era tam natural! O que não era natural era cruzar-se os braços diante das notas inglesas que expunham a impossibilidade da cedência dêles. E havia transportes, sr. Cunha e Costa, e teriam ido tropas para a França se não fôsse a inexpiável insensatez que pôs na rua o movimento de 5 de Dezembro e deu oportunidade, a alheios, para a realização de uma política diminuidora dos interesses nacionais!*

### **Réplica**

a) até à frase «cedência dêles», são palavras, que a fôrça inexorável dos documentos já publicados e dos factos já conhecidos anula;

b) o resto, é uma opinião, que o país apreciará como entender.

Pela minha parte direi:

1.º Até à frase *cedência dêles* são palavras que fixam factos que, ao depois, nos relatórios futuros, serão devidamente comprovados. O autor do artigo de 27 de Abril, na *Época*, não publicou documento algum cuja fôrça inexorável, com a dos *factos* já conhecidos, — possa anular. O articulista limitou-se a publicar documentos que nada provam, truncando alguns, e a esconder os que lhe condenam os propósitos.

2.º O resto é uma opinião que o país apreciará como entender.

#### 4.º artigo da defesa

*A entrada da 2.ª Divisão na Frente constitue o melhor serviço prestado durante a guerra aos nossos aliados. A ofensiva na Itália deslocára inúmeras divisões inglesas. Do nosso sector saiu o XI corpo inglês. Os ingleses pediram-nos instantemente apressássemos a entrada da 2.ª Divisão na linha.*

*Faltavam-nos ainda algumas coisas, gado principalmente.*

*Mas os ingleses déram-nos, rápidamente, tudo. E o comando inglês, com a costumada galante nobreza, vincou de agradecimento o serviço esplêndido.*

### Réplica

a) é uma *opinião* que absolutamente briga com a sugestão britânica de 8 de Setembro de 1917, por mim publicada, por extracto, n' *A Época*, de ontem.

b) em todo o caso, nunca poderia ter sido senão um expediente de ocasião, visto que, logo em Dezembro dêsse ano (verbalmente) e em Janeiro de 1918 por escrito (notas de 6 e 11 dêsse mês) os ingleses renovavam aquela sugestão de 8 de Setembro de 1917. A não ser que se possa acusar os ingleses de não saberem o que dizem ou fazem, o que não é propriamente a sua especialidade;

c) quer dizer; o comando inglês vincou de agradecimento o «*serviço esplêndido*»,

mas entendeu que «*melhor serviço*» era o *outro*, que já aconselhára e voltou a aconselhar. Talvez assim tudo se concilie e a lógica não sôfra grande abalo!

d) mesmo assim, pessoa competentíssima aconselha-me a que ponha êste caso de remissa... para segunda leitura. Cá fica de remissa.»

Pela minha banda cumpre-me afirmar:

1.º Que a *opinião* é baseada em factos de que poderá informar o ilustre official que era chefe do Estado Maior do C. E. P. no momento, sr. coronel Roberto Baptista, bem como o sr. coronel Ferreira Martins, sub-chefe do mesmo Estado Maior.

2.º Expediente de ocasião ou não, a attitude dos ingleses honrou-nos. As sugestões verbais de Dezembro de 1917, como as escritas de 8 de Setembro do mesmo ano e 6 e 11 de Janeiro de 1918, baseadas, a de Setembro, na pretensa impossibilidade, para o nosso soldado, de agüentar o inverno da trincheira, e as outras, quando o mesmo soldado se batia valentemente em pleno inverno, — *nas exigências das guerras mo-*

*dernas, — não são mais e mais não traduzem que opiniões e tendências do Estado Maior Imperial Inglês de que o sr. General Barnardiston era aqui porta-voz.*

### 5.º artigo da defesa

*Já desde 5 de Novembro ficára entregue ao Corpo Português o nosso sector. E sabe como, sr. Cunha e Costa? Eu vou dizer-lho, extraíndo dum altivo e patriótico documento, assinado, em princípios de Fevereiro, pelo illustre chefe do Estado Maior interino do Corpo Português, coronel Ferreira Martins que, ferido pela abdicção de 21 de Janeiro, pedia o demitissesem do cargo e o fizessem voltar, uma vez morta e ferida a mais bela obra militar portuguesa, — voltar para Portugal.*

### Réplica

a) o coronel Ferreira Martins pedia a exoneração do logar de sub-chefe do Estado Maior pelo facto de haver attribuido à convenção de 21 de janeiro um significado que ella não tinha; mas, desfeito o equívoco, de-

sistiu do seu pedido de exoneração, continuando no Quartel-General até à nomeação do sr. general Garcia Rosado.

b) quanto à «mais bela obra militar de Portugal», parece impossível que isto se possa escrever diante de 60.000 pares de olhos que por lá passaram, para só contar os nacionais! Campanhas da Restauração, Guerra Peninsular, Epopeia do Mindelo e do Cêrco do Pôrto, tudo isso o que é perante esta obra, que não me é lícito, por ora, criticar senão superficialmente, apesar de me estar a ferver o sangue, com os documentos a queimarem-me as mãos?!...

E eu direi:

É absolutamente verdadeiro o que afirmei. Invoco a opinião do sr. coronel Ferreira Martins que está absolutamente de acôrdo com o que a tal respeito escrevi.

NOTA — O sr. coronel Ferreira Martins enviou posteriormente à *Época* a esta réplica uma extensa carta protestando contra determinadas asserções menos verdadeiras e justas do articulista. A *Época* li-

mitou-se a acusar a recepção e enviar a carta ao referido articulista que até à data em que revejo estas provas a não publicou.

— «Quanto à mais bela obra militar de Portugal», direi que o articulista nada pode entender de moralidade ou de beleza. E que os documentos que lhe queimam as mãos são os documentos que o condenam a êle e aos seus constituintes. Nem outros pode possuir porque não existem.

### 6.º artigo da defesa

*«Antes de 5 de Dezembro e depois de 5 de Novembro de 1917, os ingleses forneceram-nos, dos elementos que nos faltavam para podermos imediatamente actuar como Corpo de Exército, um parque de munições, formações telegráficas e puseram sob as nossas ordens uma brigada de artilharia pesada, um esquadrão de aviação, e duas companhias de telegrafistas. A seguir a 5 de Dezembro, «bruscamente», foi-nos negado o material de aviação.»*

## Réplica

Não é exacto que a seguir ao 5 de Dezembro nos fôsse negado o material de aviação, pela peremptória razão de que oficialmente não consta que nos tivesse sido prometido, assim o tendo confirmado o sr. general Tamagnini de Abreu, ao tempo comandante do C. E. P.

Eu direi:

É absolutamente exacto. Garantem a minha afirmação o relatório dos Chefes dos serviços de aviação, sr. Norberto Guimarães, e a palavra honrada de Chefes como Roberto Baptista e Ferreira Martins, respectivamente Chefe e Sub-Chefe do Estado Maior do Corpo.

### 7.º artigo da defesa

*«As revoluções são crimes e os que lhes preparam a atmosfera — criminosos, sr. Cunha e Costa.»*

## Réplica

Mesmo a de 14 de Maio de 1915?!

— Menos a do 14 de Maio, realizada para combater um govêrno que mal servia os interesses nacionais. O sentido da revolução de 14 de Maio é o mais portuguez e patriótico de quantas revoluções o país, desoladíssimo, tem sofrido. O futuro o dirá.

Quando disse criminosos, referia-me a quantos, como o autor do artigo, vagabundos de todos os ideais, serventuários de todos os programas, infantis de vaidade, sofrem de má assistência que a falta duma firme individualidade patriótica e política presta às inteligências por demais irrequieta e vivas.

### 8.º artigo da defesa

*«A convenção de Janeiro, a de 21, é a que nos mata na Flandres!...»*

*Não suponha que eram novas as tentativas para fazer aceitar ao govêrno portuguez um acôrdo que, servindo o melhor interesse da Inglaterra ou de certa corrente inglesa, — diminuía o nosso prestígio militar. O sr. Cunha e Costa há-de lêr um dia, quando mais de acôrdo com a sua Pátria,*

*uma carta por Norton de Matos escrita a Lord Derby em 3 de Outubro de 1917. E oxalá nesse dia, o sr. Cunha e Costa, córe, repêso e confuso, diante da galharda, prestigiosa, voluntariosa e portuguesa attitude de Norton de Matos... Não conhece essa carta ou leu-a mal?*

*E a Inglaterra respeitou o homem nobre e forte».*

### **Réplica**

a) a transcrição, na íntegra, que ontem fizemos, das notas de 6 e 11 de janeiro de 1918, a que o articulista chama convenção de 21 dêsse mês, mostra à evidência que o argumento nada vale;

b) tanto não supunha que a sugestão era nova, que fui o primeiro a publicar, na íntegra, a de 8 de Setembro de 1917;

c) o que não percebo é o interesse da Inglaterra em diminuir o nosso prestígio militar?! Fico à espera da explicação. Em todo o caso, sempre direi que isto de chamar à Inglaterra cousas lindas, fazendo-lhe, ao mesmo tempo, as mais graves

insinuações nas linhas e entrelinhas, é sistema que não se dá com o meu feitio. Em que situação moral ficaria a Inglaterra se aquela versão fôsse exacta?! Mas não é, felizmente!

d) li a carta de Norton de Matos a lord Derby, de 3 de Outubro de 1917. Por sinal que essa carta foi retocada — pelo sr. dr. Bernardino Machado. O pior, é que aos ministros responsáveis de um país, ainda menos do que aos simples particulares, é lícito escrever o que lhes vem à bôca! Lembra-me àquele emigrante português que supondo que um comandante de navio inglês não conhecia a nossa língua, lhe chamou tudo quanto havia. De repente, com grande surprêsa do nosso compatriota, o meu inglês, com aquela imperturbável fleugma que todos lhe conhecemos, replicou: — «Pois você é tudo isso, e mais...» E foi tomar o seu *wisky and soda*. Voltando à vaca fria, o que não sofre dúvida é que essa carta causou, nas esferas governamentais britânicas, a mais penosa impressão;

e) a Inglaterra «respeitou o homem nobre e forte»... mas não lhe mandou transportes. A Inglaterra respeitou «*todos os homens nobres e fortes*»... mas não lhes mandou transportes!

f) como demónio sabe o articulista que a Inglaterra «respeitou o homem nobre e forte?» Porque não lhe bateu? Quanto podem as asas da imaginação! São maiores do que as dos aviões e dispensam o motor!

### 9.º artigo da defesa

*E com a Convenção de 21 de Janeiro admitiu-se «a absoluta ingerência das autoridades britânicas na vida das fôrças portuguezas em França, ingerência contra a qual o comando do C. E. P. lutou um ano inteiro, conseguindo restringi-la ao justo limite que é imposto pela dignidade daqueles que na França representam a nação portuguesa livre e independente.»*

### Réplica

a) é absolutamente inexacto, tendo a

*Época* ontem publicado, na íntegra, os respectivos documentos;

b) isto mesmo é confirmado pelo protocolo elaborado para a execução da Convenção, ali se afirmando expressamente que a *subordinação das tropas portuguesas às britânicas era simplesmente sôbre o ponto de vista tático.*

Por enquanto, sôbre o 8.º e 9.º artigos sómente direi que:

O autor dos artigos da *Época* não comprehende nada do que se refere à honra, ao brio, e aos altos interesses do país. Falta-lhe uma qualidade essencial, e o país inteiro está de acôrdo nesse ponto. Eu não me dirigi ao autor do artigo. Faltava-me só, por estas alturas, essa ingenuidade. O autor do artigo morreu. Prezo-me demais para o supôr em vida.

### 10.º artigo da defesa

*O comandante do C. E. P. protestou em 28 de Janeiro, pediu se suspendesse a execução do acôrdo — porque, a bem dos inte-*

resses do País, ia falar com o ministro sobre o assunto. E veio a Lisboa. Em vão.

### Réplica

O comandante do C. E. P. veio receber explicações àcerca da Convenção, com ela se conformou, e tornou a partir para o seu posto, reassumindo o comando.

#### 11.º artigo da defesa

«Não perdemos Moçambique».

### Réplica

*q. e. d.*

#### 12.º artigo da defesa

«Não perdemos Angola».

### Réplica

a) *q. e. d.* Em todo o caso não foi porque para isso, com o decreto de 17 de Novembro de 1913, chamado da *Porta aberta em Angola*, os srs. Afonso Costa, Norton de Matos, Bernardino Machado, o primei-

ro dos quais era pelo sr. António José de Almeida acusado de *ter deslocado para Berlim o eixo da nossa política internacional*, não tivessem para isso empregado os melhores esforços.

b) e, afinal, porque é que nós, não batalhando no teatro europeu da guerra, havíamos de perder Moçambique e Angola?! Porque carga de água?! Em que assenta êste dislate, que estou farto de ouvir e respirar, sem sombra de fundamento?!

Sôbre o 10.º artigo direi que o comando do C. E. P. ao regressar ao seu posto, reasumindo o comando, de tal modo ia conformado com a Convenção que permitiu se realizasse o acôrdo, de iniciativa do coronel Sinel de Cordes, que, até 21 de Março e depois até 7 de Abril evitou a efectivação dos termos da mesma.

E sôbre os 11.º e 12.º artigos eu respondo também *q. e. d.* — Sôbretudo desde que vi a campanha levantada na *Época* por um estrangeiro à minha terra que cometeu o êrro imperdoável de quebrar o silêncio que

rodeava um túmulo para organizar um crime de lesa-pátria com que os inimigos dos nossos interesses poderão, voltando à carga, diminuir-nos os direitos, amesquinhar os sacrifícios da Flandres e coroar com a nossa ruína a obra criminosa e sem exemplo na história que o artigo de 27 de Julho, na *Época*, iniciou.

Mas o autor de artigo tam miserando, há-de expiar sua falta sem nome.

Que espere. Que se comprometa com estas réplicas miseráveis.

Eu não pertenço a nenhum partido político e tenho comigo a amizade e a confiança de todos os monárquicos e republicanos honrados de Portugal.

Sou soldado e bati-me. Posso erguer a cara, alta e desassombrada, à altura de todos os orgulhos.

Só sei afirmar. E quando afirmo é a força sagrada do meu patriotismo, são tôdas as almas honradas do meu país, que falam alto, se erguem, se impõem e afirmam em mim.

\*

Num artigo posterior (a *Época* de 4 de Agosto de 1918) volta a tentativa de réplica a seguir seus fadários. E continua:

### 13.º artigo da defesa

O sr. Cunha e Costa não entende como a data de 6 de Janeiro em que a convenção foi proposta, a um mês de revolta, era oportuníssima? Ora calemo-nos sôbre tanta miséria.

### Réplica

a) não entendo, não senhor; e até me parece nefelibatismo puro;

b) ou pretenderá o articulista insinuar que os ingleses estiveram de propósito à espera que se completasse um mês sôbre a revolta, para então nos propôrem o aliás honrado e salutar alvitre de 6 de janeiro de 1918?! Mas que ideia fará dos ingleses êste articulista?! Todos os ingleses dêste senhor parecem... de Fanhões!

### 14.º artigo da defesa

E agora, a situação de depois de 9 de Abril?

Que conhece o sr. Cunha e Costa? Os bons advogados fingem ignorar o crime dos seus constituintes. Mas o sr. Cunha e Costa não é só advogado. É réu. E com êle, Deus a alumie, *uma grande parte de gente dita culta de Portugal.*

### Réplica

Então deve ser *andasso!*

Direi à réplica, sómente:

A ideia que faço dos ingleses é a mais nobre e honrosa para o meu país e para êles.

Honrei-me no seu convívio. Recebi de altos chefes provas generosas de carinho e consideração. Julgo-os um povo honrado, austero e fidalgo. Sómente penso, de acôrdo com êles, que fica melhor a um português patriota pensar de acôrdo com os interesses de Portugal, que com os interesses

da Inglaterra, sempre que os dois não briguem por demais.

Mas o autor do artigo é um sem-pátria, profissional de impudores políticos e não me pode compreender.

### 15.º artigo da defesa

Porque não aproveitou o govêrno os nossos transportes, procedendo mesmo à adaptação dum navio ex-alemão, como alguém alvitrou, ao transporte de tropas?

### Réplica

Está claro que aproveitou, até pela peremptória razão de que não tinha outros.

Mas quem ouve o articulista encher a bôca com os *nossos* transportes, fica supondo que podíamos transportar êste mundo e o outro!

Tínhamos de acudir, exclusivamente com a prata da casa, ao rápido transporte das tropas necessárias para completar as duas divisões, reforçá-las, repatriar os imobilizados e ainda auxiliar os transpor-

tes de tropas para a África, porque a gente que lá estava também era portuguesa, embora pelo tratamento que de cá lhe haviam dado parecesse que não era!

Para tudo isso só podíamos contar com os navios que estavam ao serviço da marinha de guerra, o *Pedro Nunes* e o *Gil Eanes*, porque os outros, entregues à Comissão de Transportes Marítimos, mal chegavam para manter os abastecimentos do país. E ainda assim o *Gil Eanes*, quási impróprio para condução de tropas, grande falta fazia àquele serviço, e com o maior empenho era solicitado pelo Ministério do Interior ao da Marinha, que prometera ceder-lho.

Disponível para condução de tropas havia, pois, sómente o *Pedro Nunes*, podendo alojar 700 praças, no máximo, e fazendo apenas uma viagem por mês.

O *Gil Eanes* e o *Índia* para condução de tropas, careciam de fabrico especial, calculado, para o primeiro, em 16, e, para o segundo, em 55 contos. O fabrico do *Gil Eanes* ainda se chegou a fazer; o do *Índia*,

não, porque sendo muito demorado e tendo o tifo exântemático suspenso o transporte de tropas, corríamos o risco de êle não servir nem para subsistências nem para tropas.

Ainda assim, trabalhou-se, intensivamente, enquanto se pôde trabalhar, tendo seguido no *Pedro Nunes* a 3.<sup>a</sup> companhia do batalhão de sapadores mineiros, muito necessária ao C. E. P., o refôrço da Base de desembarque, e a secção de Estomatologia.

De março em diante, porém, não pôde seguir mais ninguém, conforme a concludente documentação, já publicada pela *Época*, a qual nos dispensamos de repetir porque a nossa predisposição para realejo é nula.

E, *apesar de tudo*, como também já vimos, Sidónio Pais lá conseguiu mandar para França 721 oficiais e 1.284 praças; e, para a África, 237 oficiais e 4.987 praças.

Ao 15.<sup>o</sup> artigo, direi: 15 e 55 contos de despesas com o fabrico dos transportes *Ín-*

*dia* e *Gil Eanes* amedrontaram o govêrno.

Justificam o não envio de reforços!!!

E para fugir a essa despesa, não foram tropas para o C. E. P.

As 1:284 praças e 237 oficiais enviados pelo dezembrismo para a França em nada aumentaram os efectivos de combate do C. E. P. Não eram tropas de infantaria e haviam, de resto, sido mobilizadas por Norton de Matos.

O dezembrismo até ao armistício não mobilizou, não equipou, não instruiu um homem! Mas há mais ainda! A seu tempo virá, já que o desejam assim...

### 16.º artigo da defesa

«Porque não obtive transportes do govêrno francês como, por intermédio do sr. Ministro de França em Lisboa, conseguirá em Novembro o sr. Norton de Matos?»

### Réplica

Já tivemos ocasião de dizer que esta questão de transportes do govêrno francês

era *música celestial*. Tomára o govêrno francês transportes para si!

### 17.º artigo da defesa

«De fins de Abril em diante o govêrno do dezembrismo não podia, (consequira essa situação com tudo quanto de abdições e transigências e de desvalorização nacional permitira, cometera, sugerira) — enviar reforços de praças para a França. Mas em 21 de Setembro o General sr. Barnardiston declara ao govêrno que os reforços já podiam partir. Porque não foram então?»

### Réplica

a) a primeira parte é *politiquice*, da pior, como da documentação já publicada se conclue;

b) a segunda é inexacta. Aí transcrevo, à margem, com a minha inalterável pachorra, o documento que comprova a inexactidão.

«*Ex.<sup>mo</sup> Sr.*

*O ofício de V. Ex.<sup>a</sup> de 17 do corrente leva-me a crêr que estão removidas as dificuldades que, por parte do Govêrno Inglês, eram aqui levantadas ao envio das nossas tropas.*

*Logo que V. Ex.<sup>a</sup> me possa confirmar que as tropas Portuguesas podem ser recebidas em França, aprontar-se hão os contingentes a partir, adoptando-se tôdas as precauções abaixo mencionadas, indicadas, pelo serviço de saúde do exército português ou quaisquer outras que sejam indicadas pelo Serviço Sanitário Inglês.*

*As precauções são:*

*(seguem as precauções)*

*Saúde e Fraternidade*

*Secretaria de Estado da Guerra,  
21 de Setembro de 1918.*

*O Secretário de Estado da Guerra.*

*(a) Amílcar da C. A. Mota.)*

*Sôbre o 16.º artigo, direi:*

Afirmo e mantenho o que disse. Vi documentos que tal me autorizam.

E sôbre o 17.º artigo, apenas:

Um homem politicamente amoral num país que o marcou indelévelmente com um ferrête de vergonha, — tem campo para todos os manejos que só a sua impudicícia poderia, em vão, limitar.

Aqui fala o meu desprêzo, e falaria também, se o autor do artigo fôsse um homem em que se pudesse bater, um chicote implacável.

«A primeira parte é *politiquice*».

Como se o país, apesar da humildade do meu nome, não soubesse distinguir e estremar a categoria de quem tal afirma, da categoria moral de quem êle procura ofender!...

«A segunda inexacta!»

O impudor só é uma grande fôrça num meio miserável.

O documento de 21 de Setembro, assinado pelo sr. Amílcar Mota, é o que dá origem à resposta do sr. major-general Bernardiston e que eu citei.

Em 21 de Setembro de 1918 o ilustre chefe da Missão inglesa junto do governo português dizia não haver obstáculos à partida de reforços!

*Nota.* Em artigos subsequentes vê-lo hemos melhor, fixando-se as responsabilidades dos culpados.

### 18.º artigo da defesa

«Eu reconheço ao governo de 1918 uma boa medida. A da nomeação do sr. general Garcia Rosado. E por proposta sua, não a do general Hipólito que em telegramas o general Rosado lembra como cheio de prestígio, — mas a dos generais srs. Bernardo de Faria e Alves Roçadas».

### Réplica

a) ora graças a Deus que o *dezembrismo* sempre alguma coisa fez de geito!

b) e noto, com grata e comovida surpresa, que o sr. general Garcia Rosado, de há dias a esta parte, anda a ser muito bem tratado!

c) são muito capazes de lhe distribui-

rem o papel de Carlos v no 3.º acto do *Hernâni!* Fazerem-lhe tôda a casta de descon-siderações, e, por fim suplicantes: — «General, que lhe custa?! Ande, repita a ária: — *Perdonna a tutti!*»

d) não acredito, porêm, que S. Ex.<sup>a</sup> se resigne ao título de *General Solarine!*

Sôbre o 18.º artigo, acrescentarei só-mente:

O autor do artigo não tem o direito de tocar no nome do sr. Garcia Rosado. Como soldado que fui e subordinado de S. Ex.<sup>a</sup>, protesto contra o irrespeito e a desvergonha!

### 19.º artigo da defesa

«O general sr. Rosado tem uma obra. Se o pensamento da reorganização do C. E. P. pelos ingleses é anterior à sua nomeação, o sr. General Garcia Rosado bem serviu a Pátria defendendo os interesses do exército e o prestígio e os interesses da Nação. Pode êle afirmar como a lialdade inglesa sabe prestar culto aos valores liais e fortes e destemidos. Depois do sr. Nor-

ton de Matos, só o sr. general Rosado soube tratar a nossa causa e, em parte, ganhá-la, *embora abandonado e contrariado pela ligeireza e inconsciência do Govêrno Português.*»

### Réplica

a) a afirmação sublinhada é absolutamente inexacta.

b) Sidónio Pais escolheu o sr. general Garcia Dosado para comandante do C. E. P. **porque quis!**

c) tinha pelo ilustre militar *consideração*, pelo menos igual à *desconsideração*, que por êle tivera Norton de Matos, o qual não se pejava de arguir o sr. general Garcia Rosado de não ter querido partir para Moçambique... **por uma questão de vencimentos!**

d) o sr. general Garcia Rosado pagava a Sidónio Pais na mesma moeda; o que talvez ignore é que o Presidente assassinado o reputava «*o seu natural sucessor*»;

e) Sidónio Pais, portanto, *nunca contrariou* a obra do sr. general Garcia Rosado!

«Depois do sr. Norton de Matos só o sr. general Rosado soube tratar a nossa causa e, em parte, ganhá-la, *embora abandonado e contrariado pela ligeireza e inconsciência do govêrno portugêes.*»

A réplica diz:— «A afirmação sublinhada é absolutamente inexacta.»

O autor da réplica não tem o direito de falar na menor ou maior verdade duma afirmação alheia. Depois, eu não falei em Sidónio Pais.

Disse apenas:... «do govêrno portugêes...»

Mas há muito bôa gente, gente de bôa fé, que o lê com agrado apesar de lhe negar a solidariedade moral que importa, acima de tudo, a um homem.

Para essa gente de bôa fé, direi, primeiro, que um homem merece ficar ao lado do sr. general Rosado e com êle compartilhar dos justos elogios que a acção comum dos dois durante o mês de Agosto de 1918 e face às dificuldades que encontraram em Londres, mereceu do país.

Devo ainda, no melhor conhecimento

dos factos, retirar, do meu artigo de 31 de Julho último, umas palavras menos justas, que não são minhas, mas que o sr. Augusto de Vasconcelos não merece.

Estão no período seguinte:

«Entretanto o ministro da guerra português explica (ao sr. general Rosado) o contraditório das propostas de reorganização aceites em Lisboa, *por uma menos ponderada informação do ministro de Portugal em Londres, Vasconcelos, sôbre a natureza das propostas Rosado e Barnardiston.*»

As propostas foram apresentadas não pelo sr. general Barnardiston mas sim por Sir Lancelot Carnegie, ministro de S. Magestade Britânica em Portugal, no dia 29 de Agosto de 1918, numa nota que comunica ao govêrno português as propostas de reorganização e entre elas a seguinte:

*«Uma divisão portuguesa para ser empregada como divisão de segunda linha e para ocupar um sector calmo de linha durante os meses de inverno sob o comando dum comandante do corpo britânico».*

Em nota de 31-8-918 o *governo da República com a mais condenável e apatriótica das ligeirezas e inconsciências comunica ao governo inglês, por intermédio do sr. Carnégie, que concorda em princípio com as propostas da nota do sr. Carnégie e préviamente apresentadas ao sr. general Rosado, em Londres, nos termos seguintes:*

*«Uma divisão portuguesa para ser empregada como divisão de segunda linha e para ocupar um sector calmo de linha durante os meses de inverno sob o comando dum comandante de corpo inglês.*

Em 2 de Setembro o sr. Augusto de Vasconcelos, radiante das lições de patriotismo dadas no seu telegrama de 27 de Agosto de 1918 ao ministro dos negócios estrangeiros de então, e justamente orgulhoso dos resultados das *demarches* em comum realizadas com o sr. general Rosado, comunica ao governo português entre outras coisas:

*«...Proposta inglesa está completamente conforme com aqui efectivadas reservas referentes à colocação nessa divisão na se-*

*gunda linha foi apresentada pelo general Wilson e é razoável enquanto não estiverem trenadas nossas tropas.»*

Há neste telegrama alguma coisa a censurar. Mas o sr. Augusto de Vasconcelos quis deixar ao sr. general Rosado a honra de protestar contra a *inconsciência e ligeireza* com que a proposta fôra aceite pelo govêrno português. E assim o sr. Rosado protesta como soldado, num telegrama enviado ao ministro da guerra contra a *leviandade e ligeira inconsciência* (os termos são meus) do govêrno português.

O sr. coronel Amílcar Mota responde então invocando a menos exacta informação do nosso ministro em Londres.

*E só em 28 de Setembro de 1918 o govêrno português, em referênciã à nota de 18 do mesmo mês, em que o sr. Carnégie pergunta se o govêrno português recebeu do general Rosado informação detalhada necessária à execução das propostas aceites em 31 de Agosto (sic) e pede uma decisão muito breve, de modo que algumas tropas portuguesas num futuro muito próximo*

possam render na linha outras tropas britânicas — só em 28 de Dezembro de 1918 o ministro dos estrangeiros do govêrno de zembrista, então no poder, responde em nome de Portugal:

«Ao receber a nota do sr. Carnégie de 27 de Agosto (sic) — e ao notificar a S. Ex.<sup>a</sup> que o govêrno da República aceitava as propostas ali contidas, acrescentando que aguardava as informações necessárias sôbre o que fôsse ajustado entre o general Rosado e o Alto Comando Britânico, — entendeu que respondia precisamente às propostas apresentadas em Londres e que aguardando a informação sôbre as negociações entre o comando português e o comando britânico, correspondia exactamente ao que fôra combinado em Londres. As comunicações posteriores do general Rosado fazem, porêm, crêr que entre as propostas que lhe foram presentes em Londres e os termos da nota de 27 (sic) de Agosto existem diferenças de fórma.

Nestas condições o govêrno julga-se sómente informado das linhas gerais do pla-

*no... à semelhança do que em janeiro fôra proposto.»*

Em 10 de Outubro Sir Lancelot Carnégie, Ministro de Sua Majestade Britânica em Portugal, em referências à nota anterior, informa o Ministro dos Estrangeiros de que se verificou existir uma discrepância entre as propostas que fez em nota de 27 de Agosto e as feitas em Londres ao general Rosado.

— A primeira proposta deve ser modificada da seguinte forma:

«Uma divisão portuguesa para ser empregada na linha sob o comando dum corpo britânico!»

Fôra assim a proposta aceite pelo sr. general Rosado!!

Tropas portuguesas, representantes dum país livre e soberano — empregadas, tôdas elas, na Flandres, em serviços de 2.<sup>a</sup> linha!

Que inconsciência, que falta de sentido patriótico, que insensatez inexpiável!...

## 20.º artigo da defesa

«Eu devo calar as dificuldades encontradas em Londres, em Agosto de 1918, pelo general sr. Garcia Rosado. Elas constam largamente, além de documentos autógrafos que possuo, do telegrama por S. Ex.<sup>a</sup> dirigido de Londres ao govêrno, em 29 de Agosto de 1918.»

### Réplica

a) deve calar, e faz muito bem; também eu calo. Mas se os meus supostos contraditores se calassem, sempre que o devem fazer, quando é que falaria?

b) o articulista não pode *possuir* do sr. general Garcia Rosado documentos *autógrafos*; se os *possue* é porque foram subtraídos do arquivo do C. E. P., depois da exoneração daquele general. O que o articulista quer, talvez, dizer é que *viu* documentos *autógrafos*!

A primeira alínea de réplica é documento de como os homens *inteligentes* e

desvergonhados são capazes de dizer imbecilidades.

Quanto à segunda:

O autor do artigo, se fôsse hoje um homem vivo e em uso de todos os direitos, podia ter-me ofendido.

Ofendia os meus galões, a minha espada e a minha honra mais imaculada e alta do que a que foi sua outrora.

Mas o autor do artigo é uma coisa em que se não bate. Não lhe baterei. Lamento-o. Não lhe bateram os meus camaradas que foram prisioneiros da Alemanha e êle ofendeu. Não lhe bate ninguém.

O capitão Augusto Casimiro possui autógrafos do sr. general Garcia Rosado sob cujas ordens serviu e de quem recebeu, como do general Haking comandante do XI Corpo Britânico e do grande e nobre amigo de Portugal, sr. general Birdwood, comandante do 5.º exército britânico, as provas mais generosas de consideração e simpatia.

O sr. general Garcia Rosado, que tem o direito de não ser manchado pelas citações

do desvergonhado articulista da *Época*, distingue-me com a sua amizade e crê no meu patriotismo e na minha sinceridade indefectível.

O articulista é um miserável. Eu passo adiante.

E que o sr. general Rosado, uma vez ainda, me queira perdoar.

### 21.º artigo da defesa

«Nesse telegrama diz-se que o ministério da navegação não põe dificuldades à cedência de transportes e o sr. Rosado diz não saber de certeza se o govêrno quer manter ou liquidar, na França, o Corpo Expedicionário Português.»

### Réplica

a) o sr. general Garcia Rosado não podia estar a par das negociações que, dia a dia, prosseguiam em Lisboa, entre o govêrno português e o representante de S. M. B., quanto à questão dos transportes:

b) o resultado dessas negociações já foi

por mim documentadamente exposto; e a sua marcha tem de ser investigada no arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O que consta dos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros dá-me inteiramente razão. E prova ainda:

*Que existe um telegrama de 21 de Agosto, do ministro de Portugal em Londres para o Ministro dos Negócios Estrangeiros que diz:*

*«Na entrevista que tive hoje ministério da Navegação, adquiri certeza de que este ministério não fazer (sic) nenhuma dificuldade para repatriação nossas tropas e sua substituição se pleno acôrdo na questão dos transportes marítimos. Qualquer dificuldade que depois disto surgir provirá...»*

Calo o resto. O bolchevismo diplomático do articulista da *Época* obriga-me a indiscrições que me dóem...

## 22.º artigo da defesa

Os desacordos e as insciências, as transigências, já armadas em sistema, do governo em Lisboa, constam dos telegramas trocados entre o ministro da guerra de então, o sr. general Rosado e o nosso ministro em Londres. E eu quero fixar aqui, para completo libelo, — eu que não jogo nem conto com as misérias e os valores negativos do meu país, — palavras de um telegrama de 27 de Agosto, assinado pelo sr. coronel Amílcar Mota, em que êste, ignorando as graves dificuldades ainda mal vencidas à data para interesse e salvação da nossa honra, pelo general sr. Rosado, lhe recomenda, repetindo um telegrama enviado à legação de Londres:

«Tudo o que fôr ajustado tem de ser desejado e expressamente declarado útil pelo governo inglês não em transigência ou aquiescência a desejos ou oferecimentos nossos...»

Como o sr. general Rosado devia sorrir com amargura!

## Réplica

a) como o espírito sectário inverte e desvirtua as cousas mais claras! O sr. general Garcia Rosado não tinha que sorrir com amargura! Se o fizesse seria um tolo, e S. Ex.<sup>a</sup> é uma cabeça perfeitamente equilibrada!

b) Sidónio Pais, com aquele altíssimo sentimento da dignidade nacional que sempre o distinguiu, excluiu sempre, em absoluto, na questão da nossa intervenção militar no teatro europeu da guerra tudo quando pudesse significar, de nossa parte, **desejo** ou **oferecimento**. Portugal **cumpria** escrupulosamente os deveres de aliança, mas **não desejava, nem oferecia**, para que mais tarde, na hipótese de um fracasso militar ou diplomático, a Inglaterra nos não pudesse dizer: — «De que te queixas? Não **desejaste, não ofereceste?!...**»

c) esta foi sempre a política de Sidónio Pais, para com a Inglaterra, quanto à nossa intervenção militar no teatro europeu da guerra, «Tudo o que fôr ajustado

tem de ser desejado e expressamente declarado útil pela Inglaterra.» E para quê? Para que o que pela Inglaterra fizermos possa ser considerado como um favor da nossa parte! Isto é que é profundeza de vistas; isto é que é tacto político; isto é que é patriotismo!

d) Sidónio Pais só *pediu, instou, quasi supplicou* o roulement! Era a sua ideia fixa! Foi a paixão de todo o seu govêrno.

Eu repetirei:

Sim!

O sr. general Rosado sorriu com amargura.

Todos os homens sensatos e honestos do meu país, naquela altura e lendo aquele telegrama de 27 de Agosto invocando o menos português e mais castrado critério político seguido por qualquer país durante a guerra grande, o mais perigoso e menos digno, fonte de todos os tumultos e desacôrds de que vimos sofrendo, e que é a fórmula mais miserável de negação e inércia, impotência e traição aos nos-

os destinos — sorririam com amargura.

O autor do artigo de 27 de Julho, não! Esse teria o sorriso de Judas, nada mais!

Nas alíneas restantes volta o perturbador e violador de túmulos a tripudiar sobre o cadáver de um homem que tem direito ao nosso silêncio e ao nosso perdão! Deixo-o na lama.

*Nota.* — Em artigos posteriores veremos até que ponto vai a injúria e a afronta a Sidónio Pais. Veremos como o sr. general Rosado se viu abandonado e como por vezes foi interpretada (pelo sr. Egas Monís, que foi Ministro dos Estrangeiros num govêrno dezembrista e sr. Augusto de Vasconcelos, nosso Ministro em Londres sob Sidónio Pais) — e realizada em plena concordância com a política do gabinete anterior ao 5 de Dezembro, — a política exterior referente à nossa guerra.

E provar-se há, assim, que ou o articulista mente, infamando a memória do Presidente morto, — ou o sr. Egas Monís lhe repudiou e condenou o lamentável e miserando critério.

Em notas, ainda, *a rectificar, para melhor* a vã réplica de 3 de Agosto, pendiam excrecências de miséria.

Não alteram nada do que eu disse. Mas nelas há uma violação, um insulto a um camarada e a um chefe que eu muito respeito e que me dá tóda a solidariedade moral nesta campanha. O mercenário articulista elogia o sr. coronel Ferreira Martins.

Protesto! O sr. coronel Ferreira Martins é um oficial honrado e patriota.

O articulista não tem o direito de o manchar elogiando-o!

## VI

### Como se queima um Judas

Estou à espera da última parte da réplica aos meus artigos da *Vitória*, publicados contra as falsidades intencionais que um advogado, criminosamente violando o descanso dum morto para, por detrás do seu nome, desenvolver suas táticas de miséria, — publicou num jornal católico com ofensa e menoscabo dos meus camaradas, de todos os bons portuguezes e de todos os bons patriotas católicos de Portugal.

Deixo, porém, aos admiradores de Sidónio Pais a tarefa de varrer a afronta feita à sua memória.

Os homens honrados de Portugal, os meus camaradas do C. E. P., os que se ba-

teram pela Pátria e não exclusivamente por Afonso Costa ou Sidónio Pais, — já teem pronta a corda de esparto e o poste de ignomínia em que hão-de enforçar o articulista vilão.

Mas antes de tudo: — Esqueci-me, num dos meus artigos, de rectificar uma afirmação feita por mim. Em Novembro de 1917 deviam partir 1:563 praças e 222 officiais. Em 17 de Novembro partiram 38 officiais e 735 praças, — devendo embarcar o resto no mesmo navio em 30 de Novembro. Mas o *Pedro Nunes* demorou-se em Brest para fazer um fabrico urgente. Depois veio... o 5 de Dezembro!

Nenhuma das minhas afirmações, repito, foi destruída, coisa que eu afirmo não pode negá-la um homem do estôfo do mercenário autor do artigo de 27 de Julho, na «*Época*», jornal católico.

Mas como receio que êle me fuja ao chicote com o pútrido cadáver, aqui venho afirmar, sob minha honra e para conhecimento de todos os meus camaradas de terra e mar, e sobretudo daqueles que hones-

ta e ingénuamente apoiam ainda o dezembrismo, — mais uma insensatez, uma leviandade ou um crime!

Pela minha honra de soldado afirmo que um secretário de estado no govêrno dezembrista, em agosto de 1919 nas cadeiras do poder, *manifestava a opinião num documento que existe ainda, de deverem os srs. general Rosado e Augusto de Vasconcelos não recusar certas propostas inglesas apresentadas aos mesmos sôbre a reorganização das nossas tropas em França. Ponderava o mesmo secretário de Estado, que a intenção dos ingleses não era de-certo ferir o nosso brio e que já em setembro de 1917, as mesmas propostas, baseando-se em precedentes da guerra Peninsular, haviam sido feitas ao ministro da guerra de então (Norton de Matos) que as recusou.*

*Segundo a proposta a divisão portuguesa seria reconstituída da seguinte forma quanto ao comando e tropas de infantaria:*

Comandante: — um general inglês.  
Estado maior 50 % de oficiais portugueses e outros tantos ingleses.

Comandantes das tropas de infantaria:

De major em diante, todos oficiais ingleses;

Capitães e subalternos: metade ingleses e metade portugueses!

Para as várias armas as alterações eram do mesmo teor.

Mais afirmo que se estas propostas não foram aceites, apesar da opinião criminosa ou inconsciente do secretário de Estado dezembrista, a Pátria e o exército devem-no aos srs. General Rosado e Augusto de Vasconcelos. Só êles me poderão desmentir! Se quiserem recusar a honra que a ambos veiu de ter evitado tal!

\*

Prostituindo a verdade, o miserando articulista — mal cheirosa sombra — volta à carga hoje. Já me não replica.

A *Época*, jornal católico, a quem importam pouco os juízos da história, mais uma vez o alberga.

Com longas tenazes, e de luvas preservativas, vou tomar do enxurro mais duas falsidades ainda. Hei-de corrê-lo, passo a passo, levá-lo de encontro à forca! E é a primeira: A da intencional adulteração do vocábulo *further* com que «pretendíamos justificar perante o país a imediata intervenção militar na guerra, — e do assômo de indignada cólera que Sidónio Pais não *pu-dera* reprimir ao ter conhecimento de tal adulteração».

*Sidónio Pais não conhecia os «dessous» da nossa intervenção militar. Se êle soubesse que altas individualidades do Ministério dos Estrangeiros Britânico, em documentos oficiais, haviam interpretado a frase «any further military cooperation» no*

*sentido de activa cooperação*, se Sidónio Pais conhecesse êsses documentos, reprimiria, tenho a certeza, o mal empregue e teatral assômo, seria mais suave a sua cólera e menor a sua indignação. Os documentos existem. Devem estar também no célebre *dossier!*

Os cúmplices do articulista roubaram, como outras, as cópias dêles, talvez. Mas os originais existem ainda, descansem! É esperar!

— Esperar, no oratório, os carrascos!

\*

A outra miséria é: «Não ignorava também Sidónio Pais o modo como, inesperadamente, sem convite, sem pedido, sem sugestão de qualquer espécie, fôra oferecida a segunda divisão na hora precisa em que daqui se alegavam as mais graves dificuldades financeiras.»

A verdade é esta e consta de documento, que, felizmente, ninguém destruiu:

— Em 22 de Fevereiro de 1917 o sr.

Norton de Matos respondendo «às repetidas perguntas do sr. Barnardiston sobre as probabilidades de enviarmos para França uma segunda divisão portuguesa — diz que «poderá formar um corpo de exército com duas divisões, aumentando 6 Batalhões de Infantaria, 2 grupos de Artilharia 7,5 T. R., 1 Bateria de morteiros de 7,5 e um corpo de artilharia pesada de modo a dar-lhe aproximadamente a composição do quadro junto a êste ofício. As espingardas, peças e morteiros para estas fôrças seriam fornecidas pelo Govêrno Britânico, nos termos da convenção militar e por forma idêntica à que se está seguindo com as tropas do actual Corpo Expedicionário.»

Às repetidas perguntas...

E mais algumas linhas adiante o grande Patriota pondera:

«Êstes consideráveis efectivos exigem reforços que não são inferiores a 5.000 officiais e praças por mês; tem além disso o Govêrno da República o maior desejo de dar ao exército francês o importante auxí-

*lio dum contingente de artilharia pesada que, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, me foi solicitado pelo Govêrno Francês; e finalmente a Campanha da África Oriental e as guarnições das colónias portuguezas absorvem um grande número de tropas. Nestas condições não podemos pensar, pelo menos por enquanto, em enviar novos corpos expediçionários para França, o que não quer dizer que o govêrno portuguez suspenda por qualquer forma a preparação militar do País.»*

E em 27 de Fevereiro de 1917 o general Barnardiston responde:

«Sir: Eu tenho a honra de informar V. Ex.<sup>a</sup> que recebi o seguinte telegrama do Secretário de Estado da Guerra:

— Peço-lhe apresente ao Ministro da Guerra os agradecimentos (*grateful thanks*) do govêrno inglês pela decisão do Govêrno da República (*to increase*) de aumentar o contingente portuguez já forne-

cido para serviço na zona inglesa em França pelo Corpo de Exército, — e assegurar-lhe que o govêrno inglês estudará, desde já, a melhor maneira de dar efectividade às suas intenções, — (a) *Barnardiston, Major General.*»

O miserável que por motivos inconfessáveis quer manter no país o tumulto e a miséria que roubou à nossa intervenção o inteiro carácter nacional e a unanimidade de sentir de todos os portugueses, o *sem pátria* não compreenderia até que ponto o aumento de 14.000 homens nada era comparado com o maior significado político da nossa intervenção, como povo livre e independente.

O que lhe importaria, no seu desprêzo pela nossa honra e pelos interesses do país, o que lhe importaria, sim, devia ser a opinião expressa em 3 de Abril de 1917, e as dificuldades, não intencionalmente postas contra o nosso interesse, pelos ingleses, então.

O que ao sem vergonha não importa sa-

ber é o que atrás fica, e a Vitória completa e as honras que coroaram as diligências de Norton de Matos em Londres, no mês de Junho de 1917.

*As invencíveis dificuldades* de Abril foram vencidas, com honra, com proveito e glória para o País e para a grande figura lusitana do ministro da guerra de então.

Os ingleses só puseram *dificuldades* invencíveis diante dos homens de coração fraco e patriotismo submetidos às oscilações da covardia de certas turbas e às torpes visões políticas cerradas ao interesse nacional. Norton de Matos regressava vencedor de Londres. E Lord Derby despedia-se d'ele, pessoalmente, na estação.

A Inglaterra é um país nobre e forte.

E não respeita os escravos, os que abdicam do sagrado interesse da terra que os viu nascer!

\*

Eu não sei até onde a mentira alastrará como vasa denegrindo as almas e a face pura da minha Pátria.

Mas o dia chegará, senhores!

E os homens que hoje querem aturdir a consciência dos seus crimes e as mordeduras do seu remorso, — hão-de ser esmagados ou iluminados, e a grande turba que pecou contra Deus e contra Portugal há-de acordar um dia!

Então a grande hora do renôvo lusíada soará dos Hermínios ao mar, de ponta a ponta da terra portuguesa.

E os homens honestos, os desviados pelos maus pastores de hoje e os que trilham os caminhos mais certos, hão-de encarar-se e fraternalmente dar as mãos.

Portugal terá orgulho da sua vitória e do seu esforço formoso.

Portugal sentirá como serviu Deus, e os Homens, o próprio e o interesse do Mundo, indo ao Holocausto e derramando o puro sangue por causa tam pura!

Portugal sentirá então doce alegria da sua imortalidade e da sua glória, da sua intuição generosa e patriótica e da sua voluntária submissão à sublimada vontade de Deus.

Os mortos da Flandres serão lembrados com orgulho e amor, e não com a ofensiva piedade hipócrita dos traidores que se negaram à Pátria. E os traidores serão esquecidos definitivamente para que não correm de vergonha e pejo as faces puras dos filhos de Portugal!

Até lá, como na Flandres, como na África, como em Neuve Chapelle, em Ferme de Bois, em La Couture, em tôda a parte, os portuguezes puros que não se negaram à Pátria, lutarão indomáveis os grandes combates vitoriosos.

E a terra será limpa dos estercorários, o ar purificado de traição e miséria, os miseráveis azorragados e jungidos ao mais implacável pelourinho da História!

## VII

### **A Convenção de 21 de Janeiro e o 9 de Abril**

Quando com todos os documentos patentes, o *Livro Branco* e o grande Relatório do C. E. P. publicados, se fizer a história do que foi passado, nestas pobres terras de Portugal, desde Agosto de 1914 até hoje, não se indignarão os nossos aliados nem o desespêro tomará o coração da Pátria, — mas uma grande tristeza, porêem, um enjoado desprezo ou um silêncio de punição encherão páginas de História.

Mas vêr-se há, também, que, em Portugal, nem tôdas as fôrças capazes dum destino estavam envenenadas ou mortas. Nem todos os homens limitavam a visão do fu-

turo e dos sagrados interesses da Pátria à estreiteza de apagados scepticismos, ou à cómoda realização dos seus interesses inferiores, com esquecimento dos sacrifícios e actos de dádiva, holocausto de dôres e calvários que fortalecem, avigoram, garantem contra todos os interesses inimigos os povos que vão nos bons caminhos do seu esforço e de Deus.

À luz do mais elementar patriotismo, face à mais elementar consciência de dignidade nacional, independência e brio de um povo livre e soberano — hão-de ser consagrados os políticos que ouviram a Pátria e a serviram resgatando-a de submissões passivas que nos malbaratariam a honra da nossa soberania e a fôrça das garantias que era necessário colhêr contra as ameaças do futuro por demais profetizadas nas realidades do recente passado e nas horas contemporâneas do seu esforço pertinaz.

O *Livro Branco*, espero-o no meu coração puro que só por Portugal pulsa e crê e vence, — há-de fortalecer de alegria e de orgulho, contentar todos os homens honra-

dos que, sendo de Portugal, não perderam o sentido Português.

E o tratado da Paz, discutido e visto por olhos puros e por homens justos e desinteressados de tôrvas cobiças políticas, provar-nos há, — na sua doutrina expressa, como em nada fomos diminuídos, antes aumentados sob o ponto de vista material e moral.

E se as compensações não solverem os encargos tomados, deixo-os à conta da Justiça da causa, do interêsse na defesa do património do Mundo ameaçado, — solvo-os em honra e prestígio para o meu país.

Deixo à lógica intuição de cada um o adivinharem quanto deixamos de perder e guardamos intacto graças ao facto da nossa intervenção militar e presença na Conferência da Paz.

O estado de guerra foi a nossa aliada quem o provocou.

O combater na França foi o nosso interesse e a nossa dignidade.

Diante da nossa situação difícil, da

ruína mesmo, que, como aos outros povos vitoriosos, a guerra nos trouxe, — mobilizaremos, ennobrecidos pela consciência do que fizemos, — todo o óptimismo, tôda a fé, tôda a vontade e todos os esforços e confiaremos *na raça, cujas virtudes ancestrais hão-de precisamente sofrer o estímulo do desespero para ressurgir mais fecundas e brilhantes* na formosa e lusitaníssima expressão do dr. Fernando Emídio da Silva a quem aqui, de novo, e de tôda a minha alma, presto o culto da minha solidariedade e admiração.

Fortes e honrados da nossa atitude na guerra, orgulhosos dela porque ela depende sobretudo da nossa vontade de povo livre e nobre, lançar-nos hemos, e breve, — que o dever é duma urgência infinita e sagrada, — à grande obra de valorização da nova fortuna que há-de encher de pão e fartura as terras portuguezas, e de concórdia e paz os corações de Portugal.

Mas, entretanto, porque em Portugal ainda uma parte dos seus filhos se perde na defesa dos vélhos êrros, e homens sem

vulto e sem autoridade em face da Pátria, perturbam a hora tam necessitada de concórdia e fé (como de esquecimento para os vélhos crimes amortalhados no insucesso e na morte dos seus autores) — diga-se, sem ódio, o que a infância ou a cegueira dos perturbadores, ou o vilão interesse dum mercenário defensor, consciente ou inconsciente, de cousas inimigas dos interesses de Portugal, me obriga, dolorosamente, a dizer.

A Convenção de Janeiro de 1918 collocava-nos em tal situação que, depois de qualquer grande ataque, a eficiência militar da divisão na linha seria logo reduzida, anulando a nossa existência militar na Flandres, como succedeu em 9 de abril.

Como a política de *sir* Eduardo Grey, a intenção política que presidiu à proposta da Convenção de Janeiro apresentada quando a atmosfera official portuguesa (dezembro de 1917 e Janeiro de 1918) era essencialmente não intervencionista, — serve o plano preconcebido por certos políticos ingleses de diminuir ou impedir tô-

das as atitudes tendentes a valorizar, para a hora da Conferência da Paz, os nossos direitos.

O *Livro Branco* provará superabundantemente esta afirmação. Mas para honra da Inglaterra e honra nossa provará também que a Inglaterra respeitou e concordou, admirou e cedeu nobilíssimamente, diante de tôda a política nítidamente portuguesa, corajosa e altivamente posta de acôrdo com os interesses dos aliados e do nosso país.

A efectivação da Convenção de Janeiro que a atmosfera de 5 de Dezembro e a deficiente visão de Sidónio Pais e Brito Camacho aceitaram contentes, e não viram como abdicação mas antes um alívio, envolvia, para nós, tôda a possibilidade das catástrofes de 9 de abril e subseqüentes.

No caso de uma ofensiva alemã mesmo realizada em condições, para nós, melhores que a de 9 de abril, — a divisão em linha seria fatalmente esfacelada e o nosso valor militar na Flandres diminuído.

Acrescia a isto a falta de reforços que,

a não irem para a França e a ser reforçada a divisão da frente com as tropas da divisão de depósito, importaria o esgotamento desta e conseqüentemente o esgotamento posterior da primeira.

E para vêr até que ponto essa convenção, ferindo os mais altos interesses políticos do país, diminuía as possibilidades militares das nossas tropas, basta confrontar os planos de defesa anteriores a ela com os postos em prática em virtude da sua aceitação.

Assim se verá como, ainda que se persistisse na maneira de empregar as duas divisões lado a lado, (e não em profundidade com redução da frente e mantendo o comando tático das duas nas mãos dum chefe português, apoiando uma divisão a outra, *o que exigia envio de reforços* que o dezembrismo não quis enviar *para França* quando para tal não havia dificuldades invencíveis), — assim se verá como os planos de defesa anteriores à Convenção garantiam uma maior couraça contra a investida inimiga por uma mais densa

ocupação da linha e uma mais forte disposição das reservas.

Extráio dum consciencioso e patriótico relatório organizado em Janeiro de 1919 pela Repartição de Operações do Quartel General do C. E. P. — os necessários elementos para essa prova. Mas quero antes deixar aqui fixada a minha admiração pelo serviço assinalado e útil prestado pelo nosso Estado Maior, a dentro das possibilidades e a despeito da campanha defectista e miserável que, a mais das vezes sem fundamento, atacando-o, permitiu a desintegração interior das nossas organizações.

De 22 de Dezembro de 1917 a 6 de Abril de 1918, o nosso sector é ocupado da seguinte fôrma, graças à combinação Sinel de Cordes que, de acôrdo com os interesses do nosso exército e da Pátria, consegue evitar até 7 de Abril a prática da Convenção:

#### PRIMEIRAS LINHAS

Fauquissart — Chapigny  
I Brigada — I Brigada  
Reserva  
I Brigada

Neuve Chapelle — Ferme du Bois  
I Brigada — I Brigada  
Reserva  
I Brigada

De 7 de Abril em diante, depois de terem sido alargados os sectores de Neuve Chapelle e Fauquissart afim de suprimir o sector de Chapigny, era a seguinte a occupação:

Fauquissart — Neave Chapelle		Ferme du Bois
I Brigada — I Brigada		I Brigada

Reserva para os três sectores  
I Brigada

Vê-se pois que para a mesma extensão e mesma frente há duas brigadas menos, uma nas primeiras linhas, outra nas reservas.

Ao efectivo de 846 officiais e 27.991 praças (não levando em linha de conta os 95 officiais e 1.722 praças de artilharia pesada, ciclistas e sapadores de corpo) — de antes da convenção, — temos a guarnecer o mesmo sector 19.374 praças e 689 officiais, faltando para os effectivos de mobilização da divisão (4 brigadas de inf.) 418 officiais e 6.208 soldados e havendo a menos 8.617 praças!!!

O comando da 2.<sup>a</sup> divisão (general Go-

mes da Costa) depois de ter em notas, n.º 291 da 1.ª R. de 30 de Março, — n.º 315 de 2 de Abril, ponderado a escacez do efectivo, envia em 4 de Abril a seguinte nota ao Quartel General do Corpo:

*«Ao Senhor Chefe do Estado Maior  
do C. E. P.*

Afim de chegar ao conhecimento de S. Ex.ª o sr. general comandante do C. E. P., apresento a V. Ex.ª as seguintes considerações:

O C. E. P. tem tido à sua responsabilidade a defesa de um determinado sector, para o que dispunha de 6 brigadas de infantaria (24 batalhões) e todos sabemos quanto, devido à escacez dos efectivos e falta de quadros e ainda últimamente, a uma certa fadiga e depressão moral, essa defesa se estava tornando precária.

A ordem n.º 23 do C. E. P. (consequência da Convenção) que acabo de receber manda-me responder precisamente pela defesa do mesmo sector, para o que disporei

apenas de 4 brigadas (16 batalhões) com efectivos depauperados, pois que lhes faltam 139 oficiais e 5.792 praças. Não desconhece V. Ex.<sup>a</sup> o estado crescente de fadiga física e depressão moral das tropas.

Acatando como me cumpre a ordem que recebi, procurarei desempenhar-me da minha missão, mas não posso deixar de, desde já, declinar tôda a responsabilidade que possa resultar de guarnecer uma frente tam extensa com um efectivo tam excessivamente reduzido.

*Gomes da Costa*  
general.»

Devo acrescentar, para melhor elucidação, que à última hora haviam sido transferidos, à pressa, oficiais da 1.<sup>a</sup> divisão para a segunda...

Ainda no seu relatório sumário do Commando da 2.<sup>a</sup> Divisão, o mesmo sr. general Gomes da Costa, accusava :

...«Mas há mais ainda: — Quando fui a Lisboa (fins de Janeiro de 1918) expus

ao ministro da guerra (Sidónio Pais) esta deficiência de efectivo e falta de officiais, e ao próprio official indigitado para futuro chefe do Estado Maior-do Corpo, coronel Sinel de Cordes, informei da necessidade de se completarem os efectivos.

Em Lisboa, portanto, não se ignorava o estado de coisas e só Lisboa podia remediá-las. Assim, dada a situação que acima expus, a conservação da divisão no sector representava, a meu vêr, a certeza de um desaire no caso de um forte ataque inimigo.

*Gomes da Costa.»*

Aí temos na dolorosa nudez dos factos a verdade perfeita.

Em Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março o govêrno de Sidónio Pais, coerente ou não com o germanofilismo e não intervencionismo dos seus bandos revolucionários, — não tenta enviar os reforços necessários à conservação da fôrça eficiente necessária ao C. E. P.

Manda o *Índia* que devia transportar

4:500 homens, levar cebolas a Inglaterra. E põe de parte ainda a idéa de affectar ao transporte de tropas um navio ex-alemão. Envia em Janeiro e Fevereiro algumas centenas de soldados e officiais mobilizados pelo sr. Norton de Matos, calunía e encarcera o sr. Afonso Costa, deixa assaltar a casa dêste senhor, de Norton de Matos e Leote do Rego, permite-se o apoio de gentes como Teles de Vasconcelos e António Sardinha e afirma a sua dedicação à causa dos aliados!

O *boche* que nos pôs, nas trincheiras, ao facto do movimento dezembrista, nos gritou das suas linhas que a nossa guerra ia acabar com êle, nos disse terem desmobilizado já (era em Dezembro e princípios de Janeiro) tôdas as tropas de Portugal e indo nós regressar a Lisboa ou a 1.<sup>a</sup> divisão ser substituida, — o *boche*, que anunciava as revoluções portuguezas telegrafando de Espanha para Berlim, — o *boche* invencível, o *boche* admirado, o *boche*, emfim, atacou em 9 de Abril. E do exército portuguez que Norton de Matos

colocára na Flandres, diminuído pelo abandono e pela corrupção interna de tôdas as forças negativas, covardes e apatrióticas que em Portugal deram o principal apoio ao 5 de Dezembro, o *boche* encontra apenas... a convenção por Sidónio Pais e Manuel de Brito Camacho, seu mentor político e pai espiritual, aceite em 21 de Janeiro de 1917, — data de luto e de abdição!

## VIII

### Na última tranqueira <sup>(1)</sup>

Li o artigo *Parêntesis necessário* na *Época* de ontem. Continuo a lamentar que um jornal católico albergue os miserandos artigos. Os interesses morais dos católicos patriotas de Portugal deviam merecer mais ponderação aos directores daquele diário. Há solidariedades que aviltam, senhores!

E agora:— Habituei-me a triunfos mais difíceis e menos inglórios que o que comporta a fuga do articulista. Cheguei mesmo a supôr que, à falta de patriotismo, de entusiasmo e de lialdade, o mercenário articulista de 27 de Julho, me facilitaria a

---

(1) De *A Vitória*, de 10 de Agosto de 1919.

satisfação de lhe constatar mais finas habilidades e descaramentos mais contumazes.

O pobre diabo comove-me de pena. Foge-me e, falsificador do sentido dos documentos, teima no êrro e ousa fingir que o insultei sem razão. Esquece-se o pobre que não descalcei as minhas luvas brancas senão quando, para calçar outras luvas preservativas, êle tentou fingir que me insultava a mim.

Ousou, a pobre coisa, ousou dizer que afirmações minhas eram inexactas. Esqueceu que as fazia um homem vindo dos calvários da Guerra e da Morte, um soldado que se batera e não tinha na consciência um crime.

Ousou dizer que eu não podia ter documentos autógrafos do meu general. Ofendeu-o a êle e a mim. Deixa entender que, se os tinha, os roubei.

Num homem batia-se. Mas o articulista não é homem. Os meus camaradas da Flandres não lhe bateram ainda, nem com a ponta das botas lhe tocarão mesmo.

Convenci-me de que êle era criminoso de lesa-Pátria e escrevera o artigo «Sidónio Pais», violando um túmulo, arrancando um cadáver ao silêncio da morte, para por trás dêle fazer um negócio infame.

Pensei que num país nobre êste homem poderia ser fuzilado. Pensei que era melhor enforcá-lo. E preparei a corda de esparto e o poste de ignomínia.

Insultei-o? Não. Puni-o. Sou soldado. Só sei dizer a verdade!

O pobre fantoche foge-me ao círculo *zimbrante* do chicote. Viu que tenho documentos que êle desconhece. Foge-me. Fez o frete, e fuge. Falou, não por amor a Sidónio Pais, não por sentimento político que não tem, — mas porque entende os direitos da sua profissão duma maneira infame. Por trás do cadáver de Sidónio Pais quis fazer um negócio. Quanto lhe pagariam?

Eu vim à estacada. Fatigado, exausto por quatro anos de serviços à minha Pátria, (com a morte a rondar-me o lar, aqui, como, dominando os meus dias, na Flan-

dres), — cansado, doente, vim à estacada... Da mesma forma como saltei o parapeito das trincheiras, graças a Deus.

Vim porque, para mim e para o meu filho, quero a honra, no futuro, de ter sido uma das vozes que falou claro, em nome de Deus e da minha Pátria, face ao tumulto da minha terra desavinda.

Dei-me à tristeza dêstes combates, enojado dos meus antagonistas responsáveis, apiedado da cegueira dos que me não lêem e os aplaudem.

Ninguém me mandou, porque a ninguém, em Portugal, reconheço fôrça moral para me ordenar tal serviço. Há homens que eu admiro e que defendo, mas nada me subalterniza às suas categorias.

Vim porque Deus o quis. E no interesse apenas da minha Pátria, dos meus compatriotas e do Futuro, indominável de fé ardente, poderoso dos documentos que conheço, — só para vencer os últimos combates contra os inimigos da minha Pátria e de Deus!

\*

Não lhe tocarei mais nem com um chicote, nem com longas tenazes. Acabou. Sôfro muito ao constatar tanta miséria nêle. O «homem bemquisto de colegas e juízes» sabe perfeitamente a justiça da minha ira e já se arrependeu de ter insultado um soldado. Por mim eu não daria conta. Da mesma fôrma que lhe não agradei os elogios não lhe notaria os insultos.

Mas eu visto uma farda. Não podia bater-lhe. A minha espada é honrada e pura de mais para se cruzar com a sua navalha.

Insultei-o convencido de que nem os meus insultos merecia.

Vejo que errei. O pobre colhe os insultos que lhe lanço e quer aproveitá-los para cobrir a miserável derrota.

Pois até êsse recurso lhe nego.

Não o insultarei mais.



Há ainda bom senso e um pouco de nobreza em Portugal. De gentes que o articulista defende sei haverem lido os meus artigos. Nem todos cerram os olhos à verdade, negando à Pátria, nesta hora trágica, o confôrto e a esperança que são necessários à tarefa tremenda.

Eu só pertença à minha Terra. Não tenho banca de advogado. Monárquicos e republicanos que me conhecem, sabem em nome de que interesses altos falo.



No artigo do dia 8 o articulista diz que «os documentos que envolvem melindre para a dignidade nacional» os não tem publicado.

Pois êsses são exactamente os que provam os crimes que eu acuso, as abdições, os defectismos, as misérias, as faltas de patriotismo.

Eu conheço-os todos.

**E afirmo que no relatório do sr. Augusto de Vasconcelos não há uma palavra que acuse a má organização do C. E. P.**

O govêrno dezembrista é que interpretou sempre os reparos como críticas à organização do nosso corpo de exército na Flandres.

O que o relatório do sr. Vasconcelos acusa, queimaria de vergonha a face de quem a tivesse ainda seguindo o articulista na sua pobre derrota.

As faltas apontadas são os defeitos morais dos defectistas, as insuficiências profissionais de muitos chefes incapazes, e o crime daqueles que *«denunciando-se abertamente sem escrúpulos contra os nossos aliados»* frente a oficiais e estrangeiros, criaram contra si a atmosfera de descontentamento e opposição que contra as nossas fôrças existia porventura, no alto commando inglêz...

Que foi êsse o resultado, na Flandres, do estado de espírito que aqui produziu o 5 de Dezembro.

Diz mais:

«Sem compensações de espécie alguma materiais ou morais, saímos da guerra com 365.000 contos de despesas da mesma, sem contar com as do C. E. P. orçadas em 400.000 que devemos à Inglaterra.»

O articulista desconhece o tratado da Paz. Sabe apenas que os bens alemães não poderão ser vendidos...

Mas isto é uma história diferente que outro contará melhor do que eu...

**O tratado da paz garante-nos compensações de ordem material e moral.**

Das compensações materiais espero que o articulista perceba algo.

Dispensso-o de compreender as compensações morais.

«Se eu àmanhã por comodismo ou coacção me calar...»

Não cala, não, que ninguém lhe bate e já ninguém mais quer perder o tempo a insultá-lo.

E além disso prometeu dois artigos e duas réplicas por atacado...

Tem de falar, dizer nefelibatices, repetir as inexactidões ditas, reproduzir os documentos que não bastam para cobrir êrros, **embora houvessem sido feitos expressamente para tal.**

Entende? Entende, entende.

Os meses de Agosto e Setembro de 1918 teem muito que se lhes diga... E havemos de chegar lá...

\*

«De nada serve ocultar a verdade nesta hora trágica nacional.»

Sim, a verdade precisa de ser dita, e é de encontro a ela, fechando-o no círculo de ferro das minhas afirmações indestrutíveis que eu levo o pobre articulista mal ferido.

A hora trágica será para nós outros que amamos, lutamos e vencemos, pela Pátria sómente, de mãos dadas com todos os verdadeiros portugueses, — cadetes do Couceiro, integralistas, republicanos de todos os partidos ou de nenhum partido, — a hora

do grande esforço que levantará a velha casa senhorial da Raça, expulsando os falsos lacaios e congraçando todos os homens honrados de Portugal.

A verdade da nossa guerra só quem ama a Pátria pode entendê-la. Já a ouviram quantos trazem a Pátria no coração. Para os verdadeiros portugueses as horas trágicas do nosso destino foram sempre horas de renovação, de milagre, triunfadoras!

No artigo de ontem o pobre palhaço (não é insulto, isto) já se coloca no meu ponto de vista até onde lho permitem os interesses e a visão moral. Já o não posso levar mais longe. Por incapacidade patriótica do homem, claro.

Ele sabe que o sub-secretário de Estado dos negócios estrangeiros da Inglaterra, como toda a gente que se preza de conhecer inglês, entendeu que o convite da Inglaterra em Julho de 1916, era para uma activa cooperação das tropas portuguesas na guerra e na Europa. (*Active cooperation in Europe*).

Ele sabe que o govêrno inglês convidou o govêrno portugûês, em 15 de Julho de 1916 — **to take active part in the military operations of the allies.**

Ele sabe que se os nossos aliados da Grã-Bretanha nos não quisessem, nunca lá poríamos pé.

E já se limita, (calo o insulto inútil) já se limita a acusar (!) o esforço incessante dos governos portugueses, desde o início da guerra, para cooperar e intervir militarmente ao lado dos aliados!

Pois é assim mesmo!

Plenamente de acôrdo! Apenas, como era fatal, o articulista borda de inexactidões a fuga mais honesta.

Fala do *memorandum* de 10 de Outubro. O pobre diabo não conhece nada da questão. Onde tem êle a cabeça? Mas não é nada disso, meu pobre articulista!

E ou não conhece uma linha da questão ou...

Desde as palavras «declarada a guerra europeia, Portugal aliado da Inglaterra» até «assim se passaram o resto do ano de

1914...» — não há uma sombra de exactidão.

E agora devo eu, por dever de inutilidade, desculpar um pouco a cegueira do articulista.

No seu *dossier* devem faltar, ou nunca as leu, as páginas de documentação do tempo de Freire de Andrade e Bernardino Machado!

Adiante. Nem com tôda a gente se pode ser lial.

O que as suas inexactidões provam é absoluta ausência de sentido patriótico e dignidade nacional.

O que importa pouco ao profissional articulista, de resto...

Mas em Portugal ainda há bom senso e honra. O que êle não pode sentir e compreender há-de compreendê-lo o país...

Eu é que não lhe explico nada.

Que bem percebi a armadilha... e ri muito... Mas não lhe ensino o B A bá.

\*

O resto do artigo é uma lamúria. Registro apenas a promessa das réplicas por atacado e mais dois artigos.

...Ninguém lhe bate, ninguém o insulta. Estamos ansiosos simplesmente.

E pela minha parte já estou resolvido a tudo. Até, deixe-me rir, a comandar o pelotão justiceiro que, em efígie, fuzilaria o meu *nobre e patriótico contraditor!*

*Nota:* Em Agosto de 1917 partiram para França:

Em 8

No transporte C — 19 oficiais e 1375 praças.

No transporte A — 25 oficiais e 1377 praças e 284 solípedes.

Em 20 e 21

Transporte A — 39 oficiais e 2068 praças.

Transporte C — 23 oficiais e 1973 praças.

Em 11 de Setembro

Transporte C — 16 oficiais e 611 praças.

Em 26 de Setembro

Transporte A — 94 oficiais, 2182 praças e 240 solípedes.

## IX

### Os Calvários da Flandres <sup>(1)</sup>

Acusamos os chefes do dezembrismo de, organizando e pondo na rua o movimento que os levou já dominados por elas, ao poder, — ter aproveitado a colaboração de tôdas as correntes negativas, germanófilas e não intervencionistas do país.

Acusámo-los de terem provocado a nossa desvalorização militar, na Flandres, pelo mais absoluto abandôno material e moral do Corpo Expedicionário Português.

E fixámo-lhes a responsabilidade tremenda da aceitação, (de acôrdo com o sr.

(1) De *A Vitória*, de 13 de Agosto de 1919.

Manuel de Brito Camacho) da Convenção de 21 de Janeiro de 1918, que tornou possível, em tôda a sua extensão, o menor sucesso das nossas tropas no dia 9 de Abril.

Podia a política do govêrno vencido em 5 de Dezembro, ter sido, *que não foi*, menos conveniente ao nosso prestígio. Diminuir-lhe os frutos era uma leviandade. Não corrigir-lhe as deficiências era um crime. E cometeu-se a leviandade e o crime.

Proponho-me descrever agora, com documentos, como a tôdas essas abdições e crimes de lesa-Pátria se seguiu o desmembramento e aniquilamento do C. E. Português.

Vimos, num dos artigos que publiquei respondendo a menos verdadeiros e tendenciosos artigos, como, em meados de Março, pelo general Barnardiston, chefe da missão militar inglesa junto do govêrno português, e em nome do comando inglês, era perguntado se pelo nosso poderia ser suspenso o trânsito de tropas portuguesas entre Portugal e França, quer por motivo de serviço ou com licença.

E acrescentava o sr. general Barnardiston:

«Pode V. Ex.<sup>a</sup> considerar que a intensidade da epidemia não justifique estas medidas enérgicas, mas muito obrigado ficaria se V. Ex.<sup>a</sup> se dignasse informar-me detalhadamente qual o seu curso no país, especialmente em Lisboa e em outras grandes cidades, afim de o comunicar ao War Office, juntamente com as sugestões que V. Ex.<sup>a</sup> entendesse alvittrar afim de evitar a propagação da epidemia em França.

*«Se fôsse possível seria suficiente que aos homens que veem de França não lhes fôsse permitido visitar as localidades onde existe a doença, e os que vão poderiam permanecer durante um certo tempo em um campo de concentração antes de seguirem ao seu destino.*

*«Julgo não haver perigo de infecção caso sejam estabelecidas para o pessoal que vai de Portugal as providências propostas.»*

O govêrno portuguezs concorda com... a primeira parte!

Em 26 de Março o general Barnardiston espera que em fins de Abril esteja pronto o Lazareto de Brest e em 1 de Abril repete a mesma afirmação.

O ministro da guerra pede transportes para 5:000 homens. Em 18 de Abril responde-lhe o govêrno britânico declarando a impossibilidade da Inglaterra receber mais tropas em França.

E, num documento existente nos arquivos portuguezes, o chefe do govêrno, podia, gostoso e orgulhoso, lêr:

«Portugal pode bem considerar-se orgulhoso e satisfeito com a sua contribuição em sangue e dinheiro para a causa da Liberdade e da Justiça. Estão incontestavelmente confirmados os seus direitos e alta posição no conceito do mundo. Os sacrificios feitos não podem ser esquecidos...»

O govêrno britânico, que não podia fazer, *que não fez* distinções de governos, coroava assim o esfôrço da situação que o 5

de Dezembro derrubára, pois de 5 de Dezembro em diante *nada* de positivo, de real, se fez, a não ser o regime de licenças (53 dias) para oficiais, tam desastrosa medida, nos seus efeitos, como o decreto sôbre *roulement*.

Depois seguem-se os pedidos de transportes, que o govêrno sabe lhe não serão fornecidos.

Não se prepara um homem. Apesar dos *erros* apontados e explorados que atribuem à organização Norton de Matos, não mobilizam, não instruem um homem, não preparam um artigo de material de guerra. Esperam pedidos ingleses de 12 a 15 mil homens, em Abril, dizem-se prontos a deferi-los e não fazem um gesto de preparação!

Entretanto o que se passava na Flandres?

Vou limitar-me a dar documentos. Porque me não parece conveniente tirar conclusões, exponho factos. Que os portuguezes honrados, senhores do seu brio, avaliem e concluem.

## A DISSEMINAÇÃO DAS NOSSAS FÔRÇAS

Em 13 de Abril, à noite, o general Kerr, chefe da missão da ligação inglesa junto do C. E. P., avista-se com o general comandante do nosso Corpo Expedicionário, e conta-lhe quais os planos que tem o alto comando inglês para empregar, no momento, as tropas portuguesas. O Grande Quartel General Inglês espera que a reorganização do corpo seja o mais breve possível combinada entre o chefe português e o general do 1.º Exército Inglês. Mas como tal reorganização levará semanas ou meses, e é nesse momento impossível proceder a essa reorganização, dada a crise que atravessam os aliados, o G. Comando inglês propõe a melhor forma, a mais breve e mais vantajosa, do emprêgo das tropas portuguesas. E comunica ao general Kerr que o Corpo Português pode prestar óptimos serviços enviando *unidades armadas para auxiliar o 1.º Exército na construção*

*de trincheiras; e unidades desarmadas para auxiliar a construção das de defesa do G. Q. G. Inglêss, still further from the front.*

O ofício G. L. 753 de 14 de Abril, enviado ao general Tamagnini pelo general Kerr confirma êstes factos, e mais que o comando português cedera já a 1.<sup>a</sup> brigada de infantaria, à 16.<sup>a</sup> divisão e a 2.<sup>a</sup> brigada à 14.<sup>a</sup>

O comandante do exército, contente com o deferimento aos seus justos desejos, pede pois mais um batalhão de pioneiros, duas companhias de sapadores para a 14.<sup>a</sup> divisão, e para trabalhar inteiramente sob as ordens do general comandante da mesma divisão.

E ainda um batalhão de pioneiros e duas companhias de sapadores para a 16.<sup>a</sup> divisão «and to work entyrelly under the orders of G. O. C. 16th. British Division» e para trabalhar inteiramente sob as ordens do general comandante da 16.<sup>a</sup> divisão inglesa.

E, finalmente, um batalhão de infantaria-

ria para juntar à 2.<sup>a</sup> brigada e completá-la até 4 batalhões.

O Comandante do Exército, diz ainda a mesma nota, *further* pede ao Comandante português, organize um grupo de artilharia, o mais breve possível, com os canhões e material safos em 9 de Abril, para ser ulteriormente empregado.

O comando do exército (*further asks*) pede mais ao Comando Português organize 8 companhias isoladas, de homens armados, cada uma de 1 capitão, 4 subalternos e 200 homens *para serem colocados sob as ordens dos comandantes de 8 Batalhões Britânicos, 4 na 14.<sup>a</sup> Divisão e 4 na 16.<sup>a</sup>*

O restante pessoal formaria, segundo o desejo do mesmo Comandante de Exército *companhias de trabalhadores desarmados para trabalhar nas linhas do Grande Quartel General Inglês.*

Em 23 de Abril o comando português recebe o seguinte telegrama do Chefe do Estado Maior do Exército português:

«Referência seu telegrama 212 (pedia afritivamente reforços) foi recebida informação representante militar govêrno inglês dizendo reforços para C. E. P. *por outros motivos afóra dificuldades transporte e epidemia não podem ainda ser recebidos. Autoridades francesas não permitem trânsito oficiais por caminho de ferro. — Rosado, general.*»

Em 20 de Abril, em nota 1442/42 g. — o 1.º Exército insiste pelo fornecimento de 3 Brigadas de Infantaria e 4 Batalhões de 1:000 homens.

O comando portugûês opuzera-se ao que parecia demasiado sacrificio do nosso prestígio militar de soldados portugueses, — embora fôsse invocada a fase crítica que os aliados estavam atravessando.

E o comando inglês limita-se a pedir as 3 Brigadas e os 4 Batalhões a mil homens, (*cedendo como sempre diante da fôrça dos argumentos que nobilitam*) e mais pede: 3 companhias de Sapadores Mineiros; 2 Grupos de Companhias de Pioneiros; 4

Grupos de Artilharia a 3 ou 4 Baterias de 7,5 e 1 bateria de Obuses de 4 polegadas e meia.

«O que é necessário acima de tudo é um número de unidades de combate para serem empregadas na organização defensiva das linhas de rectaguarda e sua ocupação.»

Invocava-se a crítica situação militar do momento. O comando inglês tinha tãda a razão.

E seguem-se os pedidos.

Em nota n.º 568 da R. O. do nosso Quartel Genral e datada de 29 de Abril de 1918, pondera-se ter ficado assente na conferência última havida com o Comandante do Exército, mandar para junto do sr. Major General Hull o sr. General Gomes da Costa com o sr. Tenente Coronel D. José de Serpa, para se ocuparem das questões administrativas e disciplinares das tropas portuguesas, colaborando com a 14.<sup>a</sup> e 16.<sup>a</sup> divisões inglesas.

«Como o efectivo destas tropas se aproxima já do de uma divisão e brevemente será ainda elevado, e como na sua quási

totalidade pertencem à 1.<sup>a</sup> Divisão, julgo da máxima conveniência que o Quartel General se desloque para junto do Major General Hull, exercendo junto dêle as funções que por S. Ex.<sup>a</sup> o Comandante do Corpo foram definidas e ficando já preparado para assumir o comando efectivo da mesma divisão logo que para a frente tenham marchado os restantes elementos da sua 3.<sup>a</sup> Brigada e mais um grupo de Artilharia, de cuja organização me estou ocupando.

«Como, por falta de officiais e solípedes, ainda não vindos de Portugal, não me é possível organizar desde já um terceiro grupo de artilharia, espero que o Ex.<sup>mo</sup> Comandante do Exército não terá dúvida que um grupo britânico coopere com as tropas portuguezas semelhantemente ao que o mesmo Ex.<sup>mo</sup> Senhor tem ordenado em circumstâncias análogas.

«É esta a fórmula que me parece conduzir mais rápida e facilmente a uma situação harmónica com o estipendiado nas convenções entre os dois governos e que as circumstâncias especiais do momento me tem

obrigado a infringir. Do que fica exposto, não deve deduzir-se que deixem de cooperar com as tropas britânicas tôdas as fôrças portuguezas, quer pertençam ou não à 1.<sup>a</sup> divisão, e à medida que se forem reconstituindo e enquadrando. Julgo conhecer bem o melindroso da situação como conheço igualmente os meus deveres de militar e representante do meu país, vêlho aliado da Inglaterra, para tentar pôr qualquer dificuldade ao concurso das tropas do meu comando num momento e numa situação cuja gravidade não desconheço...

*Tamagnini, general.»*

## O MAIS INGLÓRIO E DOLOROSO DOS CALVÁRIOS

Em 5 de Maio telegrafam de Lisboa. Comunicam que, ao abrigo da Convenção da neutralidade (!) só podem ir médicos para França.

Entretanto seguem para a frente e para trabalhos, *sob as inteiras ordens*

*dos comandos ingleses*, várias unidades.

E em 10 de Maio, uma nota (n.º 770 g. l.) diz que o Corpo Português depois de ter partido de Samer para Ambleteuse *passa a estar subordinado ao general comandante da área das linhas de comunicação!*

Estava consagrado, realizado o estado de coisas cujo perigo até 7 de Abril o patriotismo do ministro da Guerra Norton de Matos e o bom senso patriótico e militar do sr. coronel Sinel de Cordes haviam conseguido evitar!

Disseminadas, as nossas tropas serviam inglóriamente, cavando, sob as ordens inglesas...

E preparava-se a dolorosa «notícia-comunicado» que em meados de Junho participou ao mundo que os soldados de Portugal na Flandres, eram admiráveis *remueurs de terra!!* Consagrara-se pela mais completa realização a velha tendência inglesa de disseminar as nossas fôrças!

O sr. coronel Amílcar Mota protestou, mas um protesto não remedeia os erros passados.

*Nos batalhões sacrificados e humilhados chorava-se de raiva e vergonha!*

*As almas nobres, os soldados verdadeiros, começaram a subir o mais inglório e doloroso dos Calvários da Flandres...*

Em pobres acampamentos, roídos de metralha e saúdades, os soldados dos batalhões de Neuve Chapelle, Ferme du Bois e Fauquissart, agonizavam de pena e as piores palavras, acusadoras e implacáveis, andavam em quási tôdas as bôcas.

Os infantes de Portugal precisavam, porém, de capatazes. Havia poucos oficiais. A Inglaterra permitiu a ida de alguns oficiais mais.

O tenente coronel D. José de Serpa lutava desesperadamente contra a sucessiva inferência e absorpção dos comandos ingleses. Admirador e conhecedor do feitio britânico, homem de rude têmpera e forte vontade, a pouco e pouco removeu todos os obstáculos maiores, opondo-se à concentração, sob o comando dum general português, das unidades dispersas e dolorosas. Mais uma vez os ingleses demonstraram não

opôr dificuldades invencíveis à acção sincera, forte e altiva dos bons adversários.

O 4.º grupo de baterias batia-se já desde 26 de Abril sob as ordens do 1.º corpo. A êsses bravos irmãos artilheiros consolava-os, da situação penosa para o seu brio, a alegria de estar debaixo de fogo.

Com uma vaga consolação às tropas de infantaria, em nota do 1.º exército de 15 de Maio ordenava-se que os batalhões, em caso de ataque, ocupariam, a 9 quilómetros da frente, o sector Lillers-Steenbecque onde então cavávamos trincheiras.

Em 21 de Maio pedem-se reforços e oficiais e recebe-se uma nota dizendo que os batalhões trabalhando sob as ordens do comandante da XIV divisão, em caso de ataque inimigo ficariam sob as ordens tácticas do mesmo. E em 23 chega o telegrama n.º 8, enviado pela secretaria da guerra:

«Havendo desacôrdo entre pedido feito V. Ex.<sup>a</sup> por comando inglês e propostas ultimamente feitas ao nosso govêrno intermédio ministro aqui deverá V. Ex.<sup>a</sup> sustar

até ulterior resolução marcha quaisquer unidades para a frente.

Desmobilização oficiais referida seu telegrama apenas foi ordenada para aqueles cujas reclamações foram atendidas.

Não teem sido enviados os oficiais demorados e com licença em Portugal por motivo absolutamente estranho ao govêrno português.»

\*

De passagem direi que, por mais de uma vez, os nossos aliados haviam protestado contra as desmobilizações de oficiais.

Em 26 e 28 de Maio, 3, 5 e 16 de Junho trocam-se telegramas. Pedem reforços.

O govêrno não pode enviar senão oficiais.

O C. E. P. é um cadáver, dizem em conversas, no Ministério da Guerra!

Em 11 de Julho o adido militar em Londres, comunica, teve uma conferência com o chefe do Estado Maior General Imperial ficando assente a reorganização do C. E. P. com duas divisões, uma de combate, ou-

tra de reserva. E espera-se a chegada do general Rosado, novo comandante, a Londres.

\*

Em Julho, o general *Birdwood*, a mais gentil, mais amiga e fidalga figura de chefe inglês que os portugueses conheceram na Flandres, visita alguns dos batalhões. Lamenta-nos a situação, pede-nos um último sacrifício (estava iminente a ofensiva de 18 de Julho sôbre a nossa frente) e colhe os elementos com que mais tarde, em Londres, as negociações do sr. general Rosado hão-de ser facilitadas e coroadas de possível êxito.

Cada soldado da Flandres poderá contar dêstes dias e dos restantes dolorosos dias nossos da guerra.

Êles foram tam negros e pesados de humilhação e amargura que, quantos se haviam batido e eram soldados, recordavam com saùdade as horas altas e sangrentas da trincheira. Tudo nos faltava: o sossêgo das

noites cortadas de bombardeamentos e mortes, o carinho da pátria, tudo!

Revejo ainda os soldados em andrajos e descalços, veementes de acusações e desprezo!

\*

Depois veio a revolta.

Então oficiais estrangeiros diziam — à minha amargura:

— *Você estranha? Os vossos soldados são admiráveis. Mas nenhum soldado do mundo sofreria sem revolta o que os vossos rapazes estão sofrendo!*

— Meus queridos camaradas da Escócia e da Grã-Bretanha! Adams, Fellow, tantos!

## O DEZEMBRISMO E O C. E. P.

O que foi para o C. E. P. o dezembrismo?

Oficiais abandonando, a título de licença, os soldados e não regressando à França; o envio nulo de reforços desde Dezembro; o decreto do *Roulement*, — medida duma cri-

*minosa e pavorosa imprevisão política que produziu, entre as tropas, a mais desintegradora e desmoralizadora acção — o maior insucesso de 9 de Abril provocado pela convenção de 21 de Janeiro, — o abandono absoluto do C. E. P., a prisão de muitos dos seus oficiais, os mais bravos, os maiores, — que não haviam sido defectistas e não haviam concorrido para as justas acusações de que fala o Relatório do sr. Augusto de Vasconcelos!*

Não haverá um acto de carinho, uma palavra de estímulo, um soldado para reforçar os Infantes e os artilheiros da Flandres! O mesmo silêncio criminoso para com os prisioneiros que na Alemanha iam morrendo à fome!

Aqui, daqui, só telegramas e ofícios pedindo transportes, sem que todos os meios fôsem esgotados no sentido de renovar a dificuldade invencível.

Que fez o Dezembrismo contra os erros que acusa no C. E. P.? — Onde preparou e mobilizou novos soldados?

Como os instruiu? Onde?

Lembro-me que em Maio de 1918 me encontrei várias vezes com um distinto oficial, amigo meu, o sr. tenente-coronel M. A., a quem disse, por várias vezes, o meu desgosto do mau caminho seguido pelo dezembrismo quanto à nossa guerra, coisa que me importava acima de tudo. O meu camarada tinha em Sidónio Pais uma grande confiança. E tinha, por mim, como todos os portugueses, sem distinção de partidos, que me conhecem, a simpatia devida a todos os não políticos cuja vida e cujos actos visam acima de tudo o interesse da Pátria e a honra da nação.

Em minha casa uma pessoa muito querida, estava ameaçada de morte, com hemoptises. E a sua simpatia, ao saber que eu teimava nos meus pedidos para regressar a França, disse-me:

— Não vá, meu amigo. Para quê? Nada tem lá que fazer. Ouça: Vou a Lisboa. Vou ao ministério da Guerra. Hei-de trazer-lhe novas seguras.

E veio a Lisboa. De regresso a Coimbra, onde eu me encontrava — tive o pra-

zer de vê-lo, nos fins de Maio, ao Arco de Almedina, quando descia ao lado do capitão de artilharia e meu irmão Alfredo Pedro de Almeida.

— «Capitão Casimiro, — disse-nos o tenente-coronel M. A. — ponha de parte essa ideia de voltar à França. Chego de Lisboa e posso garantir-lhe que vai ser assinada uma convenção que dá o nosso esfôrço, na França, por terminado, sem desdouro para Portugal! Soube-o no ministério da Guerra.»

(O meu illustre camarada há-de perdoar-me. Sobretudo de ser esta impertinência a resposta à generosa e amiga carta que me escreveu há dias felicitando-me pelo meu regresso).

\*

Isto, ao menos, seria corajoso!

Pois o govêrno dezembrista nem isso fez.

Não teve coragem.

Como o não fez em Agosto apesar das medrosas, pouco claras sugestões dum tele-

grama de 25 do mesmo mês, na altura em que tôdas as dificuldades invencíveis estavam removidas... Porque...

Mas isso é outra história que eu contarei depois.

## O DEZEMBRISMO, UMA SOMBRA, UM REMORSO

Culpas do *Dezembrismo*?

O Dezembrismo não existe. É uma sombra. Um remorso!

É um produto sombrio da grande massa pseudo-culto da minha Pátria.

Dos professores que se calaram, dos políticos que impediram a visão patriótica e a unidade moral da nossa guerra, dos militares que discutiram, dos rábulas que deram foros de lógica à covardia e aparências de honra à negação, — dos que se negaram, dos que acreditavam na vitória alemã, dos que a desejavam, dos que calaram a voz da Pátria sob considerandos financeiros, dos que prègavam a insubordinação

dos nossos rapazes, dos *blagueurs misérables* (*caixão de chumbo* (uniforme de campanha) e *licença da morte*, dos *Carneiros Exportados Portugal* (C. E. P.),) — de todas as almas confusas, de todos os egoísmos entrincheirados sob pretensas opiniões políticas infames, — das *Filipas de Vilhena* que aconselhavam a deserção aos filhos e da impotência patriótica duma grande massa agravada pela absoluta falta de propaganda...

E ainda dos que, já na França, escandalizavam os camaradas ingleses fazendo o elogio do *boche* e caluniando, com baixeza, os nossos políticos da guerra e o chefe da Nação...

Dos que desmoralizavam os soldados, e, diante dêles, acusavam os republicanos do crime de os ter mandado para lá...

Dos que abandonavam os seus homens nas horas da rectaguarda como na hora do perigo. Dos que tinham família e haviam tomado o uniforme como emprêgo de vida e não de morte...

Dos que em 11 de Novembro de 1918,

tiveram só a fúnebre alegria dos seus remorsos...

De todos quantos aqui, *sem se terem batido na Rotunda mesmo*, rejubilaram com a vitória de 8 de Dezembro; dos que deram morras à guerra, e de quantos, com ligeiras excepções, na França, **nos primeiros meses**, entoaram triunfos e acabaram por desertar de junto dos seus soldados para não voltar de Portugal...

De todos quantos, enfim, pesam os deveres duma Pátria para consigo e para com o Mundo, para com o ideal e para com Deus, com pobres medidas materiais de ganhos e dinheiro...

De quantos se limitam às próprias misérias e às fraquezas, às incapacidades e impossibilidades pretensas, tudo à falta de um grande amor ardente, duma grande fôrça generosa e humana de solidariedade, confiança e previsão na alma...

— Se no Dezembrismo há homens honrados? Se o apoiaram fôrças honestas? Mas quem o duvida? Se eu conheço e estimo algumas...

Até dos moços do parque Eduardo VII, meses passados, vi alguns nobremente desertarem para o meu campo, — foram comigo à Flandres! — Aos partidos de hoje, porém, qualquer solidariedade com êsse triste parêntesis há-de condená-los.

E o Dezembrismo não será mais, um dia, acalmada a nação, que um pezadelo triste de que ninguém falará, senhores, e vai da criminosa infantilidade de 5 de Dezembro a Monsanto e à monarquia do Pôrto!

*Nota:* — Os jornais publicaram, com palavras carinhosas e amigas do sr. dr. Egas Monís, um telegrama de Sidónio Pais, datado de Outubro de 1914 que me diz como, na primeira hora em que supôs a sua Pátria em perigo iminente e honroso de guerra, — o nosso último ministro em Berlim teve uma atitude portuguesa que nos obriga, tanto como a sua morte, a ser indulgentes para com os seus gravíssimos erros posteriores.

Mas, coisa mais grave, publicava ontem, o mesmo sr. dr. Egas Monís a resposta a uma exposição do sr. dr. Augusto de Vasconcelos, para na Conferência da Paz, o mesmo senhor então presidente da nossa delegação, se poder habilitar contra as possíveis tentativas de diminuição, por alheios, dos nossos sacrifícios em prol da causa do Mundo.

Andou o sr. dr. Egas Monís esplêndidamente e eu só lhe aplaudo a bôa medida de precaução.

A resposta do Foreign Office à exposição do activo Ministro de Portugal a cuja acção em Londres se devem resultados superiores, para o prestígio do País, aos que a política exterior de certos governos dezembristas deixava prevêr pelas instruções que ao mesmo ministro davam e com as quais êle *nem sempre concordou* obtemperando considerandos mais patrióticos e mais sensatos pontos de vista, a resposta do Foreign Office não diz mais, diz menos mesmo, pelo que respeita ao País, que o documento de 18 de Abril de 1918, em que

o governo inglês, entre outras coisas, afirma:

*«Portugal pode bem considerar-se orgulhoso e satisfeito com a sua contribuição em sangue e dinheiro para a causa da Liberdade e da Justiça. Estão incontestavelmente confirmados os seus direitos e alta posição no conceito do Mundo. Os sacrifícios feitos não podem ser esquecidos...»*

Depois a resposta do Foreign Office é a *confirmação de que o governo português, «durante a guerra», sempre lhe prestou o seu lial apoio e cooperação.*

O sr. dr. Egas Monís, que é um homem em cuja inteligência muitos crêem, sabe que a Inglaterra não faz distinção entre o governo dum País e o próprio País. Como patriota e como soldado, até onde a pureza da minha visão não-partidária mo permite, direi que o sr. dr. Egas podia dispensar o certificado de 10 de Fevereiro de 1919. Tinha o anterior. Escusava-se a humilhante *démarche* do atestado *de vita et moribus*.

Mas o que me importa é o facto de eu ter acusado governos dezembristas de leviandades, precipitações ou crimes. Mantenho o que afirmei, apesar do atestado.

Depois não ligo mesmo caso ao facto do certificado de 10 de Fevereiro de 1918 desmentir o que certos maus portugueses esvurmaram contra a política dos nossos intervencionistas, pois êle afirma, quanto à lialdade da attitude do govêrno portugûês para com os seus aliados durante a guerra; *que faz justiça à prontidão com que o govêrno portugûês, sendo solicitado, augmentou a contribuição dada por Portugal à causa aliada.*

O sr. dr. Egas Monís, porêm, precisa de dizer ao país: *se entende que o referido certificado diz respeito exclusivamente aos governos do Dezembrismo.*

E depois, esquecendo as obrigações que incidem sôbre todo o político, limitando-o e escravizando-lhe a sinceridade aos interesses do seu partido — depois dirá corajosamente, (peço-lho em nome do bem que o desenvolvimento do seu partido possa tra-

zer à Pátria), dirá se em sua consciência e na consciência do que se passou durante o Dezembrismo — o sr. dr. Egas Monís acha lógico e de bôa política subordinar o futuro e o desenvolvimento do seu programa à defesa de factos cuja história não deve desconhecer e bem podem prejudicar e ser enfermidade constitucional no pimpolho que é o seu partido e para o qual desejo o mais breve desenvolvimento, o mais rápido aumento de pêso e a possibilidade dos melhores serviços ao país.

...Dirá ao país... Que eu dispenso-o da maçada de me responder.



## X

### **Ao Sr. Dr. Egas Monís e aos amigos de Sidónio Pais**

Não me enganei! Nunca se enganaram os que afirmam algo à altura dum desinteressado sentimento.

Disse, algures, eu, que em Portugal não se perdera de todo o senso e o patriotismo e que, acima das tôrvas confusões partidárias, a verdade, um dia, sobrenadaria, clara e pura, sorrindo ao nosso patriotismo e ao nosso Amor.

— *Um miserável violou o túmulo de Sidónio Pais.*

Profanou-lhe as cinzas e veio atirá-las à cara dos que veneram a memória do Presidente morto e dos que lhe combatem —

sem minguar o respeito que ao morto se deve, — a sua pobre política de insucessos e desastres.

Um homem que não tem um único serviço à sua pátria, violou a campa de Sidónio, o túmulo em que êle repousava ao meio do silêncio duns e das palavras sentidas e as venerações doutros.

Eu protestei! Protestei porque o violador esbofeteava a minha Pátria, negava também o mais belo acto da nossa história moderna, atraçoava a herança necessária ao futuro, rojava-se, servindo-as, perante as fôrças mais miseráveis e apatrióticas da nação.

**Pior que Caillaux, preso ainda, pior que Bolo, fusilado em Vincennes.**

**Afronta duma Pátria, vilipêndio dum Exército, desonra duma toga, infâmia dum País e duma Civilização!**

Protestei! Como àmanhã darei o meu corpo ao cacête da turba para defender um adversário!

Protestei! Apavorado do crime inexpíavel que um país dementado de misérias

partidárias pareceu aprovar. E invoquei o auxílio, para varrer a afronta, dos amigos de Sidónio Pais. Êles não vieram logo.

É grande de mais para que assim fôsse, dolorosamente grande, a confusão política em Portugal. Não são de logo ouvidos os que falam só em nome da Pátria e de Deus.

A figura política mais em destaque, aquela que mais direitos tinha a vir à estacada, guardou silêncio, cometeu talvez a precipitada falta, de, (na política até os homens honrados não usam os mesmos critérios da sua vida particular) — de deixar supôr uma vaga solidariedade com o miserável. Eu calei-me. Esperei ainda.

Hoje, relendo o artigo do sr. Egas Monís, *Depoimento insuspeito*, — folgo de ter sabido esperar.

O pobre morto do Rocio deve estar mais sereno. Os interesses dos partidos não lhe abandonaram, de todo, a defesa de além campa.

O mais hábil dos seus políticos e o que teve talvez a mais nítida previsão, em sua

vida, das funestas conseqüências dos seus erros, corre a aconchegar-lhe, no túmulo, os pobres restos conspurcados, torturados, infamados pelo autor do artigo de 27 de Julho!

Não me enganei! Eu não me engano nunca, porque em mim só o Amor do meu País se impõe e me comanda.

O homem que, para defender na Conferência da Paz, depois de tanta falta e erros desta pobre terra, os destinos de Portugal e dos seus interesses, contra tudo e contra todos, se humilhava até provocar o documento inglês de 10 de fevereiro de 1918, — o homem que não podia ignorar a conseqüência dos muitos erros cometidos, veio à estacada também.

Não conheço o sr. Egas Monís. Nada me subalterniza ao seu carácter ou à sua inteligência. Nada quero da sua generosidade. Nada temo da sua autoridade intelectual ou moral.

Como político encaro-o com a compassiva simpatia que me merecem, no meio do tumulto de misérias que são os campos po-

líticos portugueses, os homens presos às conveniências sectárias e limitados pelas suas obrigações de partido.

Não o acusei ainda e creio que o não acusará ninguém. Êle é que se acusa dando a sua solidariedade aos erros e crimes, às insuficiências e desastres da política dezembrista, que em nome da minha Pátria, *sem ordens ou sugestões de ninguém*, vim acusar. Mas não a dá. Já a recusou êle, também.

O violador do túmulo de Sidónio Pais cometeu, invocando o nome do Presidente morto, um crime de lesa-Pátria, vindo, *na hora da Paz e da Vitória*, e em nome da sua amoralidade e dos seus ódios, condenar aquella política lusíada é formosa que nos lançou ao lado de quantos se batiam pela Vitória do Direito e pelos interesses divinos do Mundo e de Deus.

Êsse homem, escondido como um traidor sob as dobras da mortalha de Sidónio Pais, — na hora em que a Grécia ia coroar Venizelos — queria roubar à Pátria a honra de haver sido crucificada por amor

dos aliados e da Grande Causa comum! Esse Judas, contando os trinta dinheiros, — condenava a nossa guerra porque ela nos arruinara. E cuspiam insultos sôbre os chefes e os soldados da Flandres! E, como um cão raivoso, roía o osso dos seus ódios mesquinhos caluniando a obra política e militar dos nossos intervencionistas da guerra!

Protegido pela muralha de asco e repulsa que da sua figura emana, — o criminoso ficou impune.

Em Portugal não se fuzila. Assassina-se nas ruas. Não foi fuzilado o traidor. Enforcou-se êle próprio, a si mesmo, no silêncio trágico da sua consciência.

Esmagaram-no e êle sentiu-se esmagado.

Mas a afronta a Sidónio levou tempo que a percebessem todos.

Houve talvez pobres cabeças desvairadas e sectárias que apodavam de literária e menos sentida a minha revolta contra a afronta sem nome.

**Eu pertença ao número dos que tive-**

ram lágrimas nos olhos ao saber da morte de Sidónio Pais.

Eu que o acuso de erros graves e faltas inexpiáveis. Eu que não me vendo a partidos, que me dei à minha Pátria todo, que, mais que a minha vida, por ela sacrifiquei, esquecendo-os para melhor me dar, — os do meu sangue e os do meu amor!

O miserável afrontou a memória de Sidónio Pais. E escreveu:

— «*Sidónio Pais... excluiu sempre, em absoluto, na questão da nossa intervenção militar no teatro europeu da guerra, tudo quanto pudesse significar, da nossa parte, desejo ou oferecimento.*»

Eu acusei de criminoso, de apatriótico este critério de abdicação. Pus de parte o nome de Sidónio e atribuí as responsabilidades dêste crime aos pigmeus que o rodeavam e lhe envenenavam os dias e o levaram ao túmulo!

O miserável voltou a tripudiar, a infamar, a insultar a memória do Morto. Que lhe importava o Morto?

Teve esgares de palhaço face ao cadáver

doloroso, indefeso e triste. E gargalhava:

«Portugal *cumpria* escrupulosamente os deveres da aliança, mas *não desejava, nem oferecia*, para que mais tarde, na hipótese de um fracasso militar ou diplomático, a Inglaterra nos não pudesse dizer: «De que te queixas? *Não desejava?! Não oferecete?*»

E como um carrasco da própria morte, dilacerando as pobres fibras dos músculos a desfazerem-se, — o bandido repetiu ainda a afronta...

Então eu senti caírem-me na alma as pobres lágrimas de Sidónio Pais. Porque a Morte redime todos os erros, tôdas as fraquezas, todos os crimes, senhores!...

O bandido não estava contente ainda. Não terminára o frete. E face ao cadáver mortificado e doloroso, impiedosamente, disse ainda esta afronta:

«Sidónio Pais... ao ter conhecimento da internacional adulteração do vocábulo inglês *Further*... não pudera reprimir um assômo de indignada cólera!

«Não ignorava também Sidónio Pais o

modo como inesperadamente, sem convite, sem pedido, sem sugestão de qualquer espécie, fôra *oferecida* a segunda divisão na hora em que daqui se alegavam as mais graves dificuldades financeiras».

E mente, ainda, diante do morto ofendido e insultado, — quando escreve:

«Por tudo isto e pelo mais que o Livro Branco português (e também o livro branco inglês) hão-de esclarecer... Sidónio Pais proibiu aos seus secretários de Estado ou aos representantes do Estado (sic) que ajustassem coisa que não fôsse desejada e expressamente declarada útil pelo govêrno inglês!»

E chama a essa política, o vilão, querendo amarrar a memória de Sidónio Pais ao seu crime de articulista miserável, — chama-lhe: «política do senso comum do tacto e do autêntico patriotismo»?

\*

A exposição que o sr. dr. Egas Monís publicou em 11 de Agosto, fê-la de acôrdo

com o mesmo senhor, em 27 de Janeiro de 1919, o sr. Augusto de Vasconcelos, representante do Estado português junto da Côrte inglesa.

Com mais direito que o articulista, o sr. Egas Monís podia receber o mandato póstumo de Sidónio Pais. Era preciso defender os interesses de Portugal, contra tudo e contra todos, na Conferência da Paz.

O sr. Egas Monís, ousou crê-lo, era capaz, como eu, de faltar à verdade, sem pecado, para defender os interesses de Portugal.

Teve um belo acto de coragem! E inspirou a exposição Augusto de Vasconcelos de 27 de Janeiro de 1919. A pátria lho levará em desconto dos seus possíveis erros e pecados, sr. Egas Monís!

E a exposição rezava assim:

«Como o govêrno de Sua Majestade estava ao facto das *démarches* constantes que sempre temos feito, *não para diminuir, mas para aumentar o nosso corpo expedicionário, como sempre provamos com factos, a inanição das acusações levantadas contra*

nós sempre me teem tranqüilizado sôbre os resultados dessa campanha, sobretudo no que diz respeito à opinião inglesa.»

E mais abaixo:

«Vim para Inglaterra, como representante de Portugal, em 16 de Março de 1918 (e não 1917).

Em 12 de Março, na minha primeira conferência com o sr. Balfour, eu propunha a questão do aumento do nosso **Corpo Expedicionário** e pedia ao govêrno de Sua **Majestade** os transportes para as tropas que deviam ser mandadas para a França».

\*

Quem representa melhor a figura política de Sidónio Pais?

O sr. Egas Monís ou autor do artigo de 27 de Julho, na *Época*?

O sr. Augusto de Vasconcelos ou o *considerado advogado* e meu apatriótico e miserável contraditor?

Quem acusou Sidónio Pais de traidor? Os republicanos ou o vagabundo de todos os partidos e de tôdas as amoralidades, ser-

vidor mercenário de todos os interesses, que escreveu o artigo de 27 de Julho?

Quem consagrou melhor a política nobre e patriótica de Afonso Costa, Norton de Matos, João Chagas e Augusto Soares, quem melhor a coroou que Sidónio Pais e Egas Monís, continuando-a, invocando-a, procurando realizá-la?

Quem infamou as cinzas de Sidónio Pais? Quem lhe prostituiu a mortalha, quem lhe espalhou as cinzas, as pobres cinzas, ao vento mau dum ódio sem pudôr e ao serviço dos inimigos de minha Pátria?...

\*

Sr. dr. Egas Monís:

Se êste artigo lhe passar sôb os olhos, V. Ex.<sup>a</sup> fará justiça ao sentimento patriótico que, ao que fica, me limitou os considerandos. No silêncio do seu gabinete e da sua consciência, V. Ex.<sup>a</sup> há-de compreender-me.

Não lhe peço confirmação nem explicações públicas.

Mas até onde lho ordenar a consciência e o interêsse do seu partido, mas em nome da Pátria, peço-lhe e para melhor ventura do seu credo político, — expurgue das suas hostes e do seu programa as conivências com os processos vélhos, as contemporizações com os crimes passados, os compadecimentos com os erros que V. Ex.<sup>a</sup> já, implícitamente, por documentos como o da exposição acima, — repudiou e condenou!



## XI

### **As invencíveis dificuldades** <sup>(1)</sup>

Tentando justificar o criminoso, senão propositado, abandôno a que foi votado pelo *dezembrismo* o nosso Corpo Expedicionário de Flandres, agitam os seus defensores, sem ver como se condenam, o pobre trapo das **aparentes invencíveis** dificuldades *de encontra às quais o patriotismo, o aliadofilismo, o veemente propósito de ren-der, renovar e aumentar os nossos efectivos da França que animaram os governos de 1918, deram em vão, como ondas teimosas numa costa rocheira.*

O que há de humilhada confissão de im-

---

(1) De *A Vitória*, de 17 de Agosto de 1919.

potência, de humilhante afirmação de incapacidade política e diplomática nessa retração, sofrem-no de bôamente os coudeis do Dezembrismo. Do mal o menos... Já nem êles atacam, hoje, a política dos oferecimentos que, desde 1914, na má ignorância do que nas chancelarias se passava, desastrosamente, a *Luta* combateu. Já êles a chamaram a si, a essa política, na previsão de que o futuro a consagrará e repêtos dos erros gravíssimos de 1918. Assim em 27 de Janeiro de 1919, os srs. Augusto de Vasconcelos e Egas Monís o dizem, — na exposição-nota dirigida ao Foreign Office, e na qual se lê:

*«...O govêrno de Sua Majestade, estando ao facto das «démarches» constantes que sempre temos feito, não para diminuir mas, pelo contrário, para aumentar o nosso Corpo Expedicionário como sempre o promovamos com factos...»*

E mais abaixo:

*«Vim para Inglaterra, como represen-*

*tante de Portugal, em 10 de Março de 1918. Em 12 de Março, na minha primeira entrevista com o sr. Balfour, eu propunha a questão do aumento do nosso Corpo Expedicionário, e pedia ao govêrno de Sua Majestade os transportes para as tropas que deviam ser mandadas para a França.»*

Confessa depois e ainda a exposição que, em 15 de Março, em 25 de Março, em 6 de Abril, «voltava (o nosso ministro em Londres) a pleitear a urgência da ida para a França das tropas que havíamos preparado para ocupar os seus lugares no front.» «Depois da ofensiva de Abril que sacrificou mais de 8:000 dos nossos homens, **insistimos com empenho para o aumento das nossas unidades** e para a organização do nosso Corpo Expedicionário.» Finalmente em 9 de Junho consegue o nosso atribulado e activo representante, obter a promessa da reconstituição do nosso Corpo.

E vimos no entanto, (que miséria!) como os homens do Dezembrismo em documentos officiais, clamavam criminosamente,

levianíssimamente, nos seus telegramas para o sr. general Rosado e para a legação de Londres, na ocasião em que se procurava organizar o C. E. P. e mais tarde e sempre, com a maior insinceridade, a velha ária renegada em 14 de Março de 1918:

*«Tudo o que fôr ajustado tem de ser desejado e expressamente declarado útil pelo governo inglês, não em transigências ou aquiescências a desejos ou oferecimentos nossos!»*

Há dias um homem sem vergonha atribuiu, em longas linhas de prosa vil, esta política que o sr. Egas Monís e o sr. Augusto de Vasconcelos reprovaram na prática, — ao presidente morto, dr. Sidónio Pais!

*«Esta foi sempre, dizia êle, repetindo aquela ária de impotentes, a política de Sidónio Pais para com a Inglaterra quanto à nossa intervenção militar no teatro da guerra!»*

Ao fim, de facto, o que se constata com amargura é que, em largos meses, as negociações diplomáticas foram para o Dezembroismo, quanto à nossa guerra, — uma série de desastres. Só em Agosto, e definitivamente em fins de Setembro, elas terminam satisfatoriamente para nós, ficando o envio das novas tropas para os campos da Flandres dependente de entendimentos entre sir Douglas Haig e o sr. general Garcia Rosado.

*Mas as invencíveis dificuldades onde estavam emfim?*

Em Portugal ou na Inglaterra? Em Lisboa ou em Londres?

\*

Ninguém ignora a má atmosfera que o Dezembroismo encontrou junto dos governos aliados. E entre outros motivos mais óbvios porque:

...O govêrno francês, dias antes do 5 de Dezembro, comunicára ao govêrno português haver descoberto a cifra dos radiogramas expedidos pela espionagem alemã

em serviço na Espanha. E com a maior reserva, por intermédio do seu ministro em Lisboa, punha o chefe interino do govêrno português, sr. Norton de Matos, ao facto de um telegrãma enviado de Cadiz com referências a um Teles de Vasconcelos, agente alemão. Ponderou o sr. ministro de França a necessidade absoluta do maior sigilo.

### AUTORIDADES PORTUGUESAS AO SERVIÇO DE ALEMÃES

Sobreveio o 5 de Dezembro e Norton de Matos, para escapar à morte, refugia-se a bordo de um navio inglêz. O homem que mais tarde, em Londres, sofrendo minguia de recursos e pão, há-de escrever a Augusto de Vasconcelos uma carta digna de D. João de Castro, — e que guarda silêncio, e véla e defende sempre o seu país e espera, — Norton de Matos, manda chamar um representante do novo govêrno revolucionário e entrega-lhe os documentos referentes ao caso citado. Depois...

— Teve o govêrno dezembrista dêles conhecimento? *Eu sei que Teles de Vasconcelos, expulso por Norton de Matos, voltou a Portugal com o Dezembrismo, fez um jornal e foi deputado!...*

E que António Sardinha, foi deputado, também.

A 23 de Março de 1918 «o govêrno inglês queixa-se, nos mais correctos termos, pela conservação nos seus postos de autoridades que êle indica (ao govêrno português), como afeioadas aos alemães. O govêrno inglês mantêm essas acusações com a maior firmeza e diz que todos os governos aliados substituem, por mútuo acôrdo, quaisquer funcionários apenas suspeitos. No caso das autoridades da Madeira o govêrno inglês diz não se tratar de suspeitas: **Tem a certeza das suas relações com os alemães. Outra acusação é a benevolência com espiões suspeitos de espionagem que deveriam ser remetidos para um campo de concentração até final da guerra e que teem sido apenas expulsos.**»

O ministro de Portugal em Londres, au-

tor dêste telegrama, — acrescentava ainda: — «*Aponto outros casos confidenciais em carta só para V. Ex.<sup>a</sup>, logo que tenha portador.*» Eram menos graves êsses casos? Não deviam sê-lo.

Tudo isto justificava bem o invencível das aparentes dificuldades que o Dezembrismo porventura encontrasse para realizar o que, em sua consciência, nunca desejou sinceramente fazer.

### COMO O SR. NORTON DE MATOS VENCEU, EM LONDRES, CERTAS DIFICULDADES

Mas eram com efeito invencíveis as dificuldades? Onde estava o *invencível*, em Londres ou em Lisboa?

A vêr vamos. E, primeiro, um parêntesis.

*Acusam-me de, nesta minha campanha, embora com a melhor das intenções, defender os republicanos, servi-los, ser manejado ingénuamente por êles. Acusam-me, sem*

*me censurar de mais, — de que contribuo para acirrar ódios e impossibilitar a concórdia na terra que digo tanto amar. Insi- nuam-me que a termine e invocam o nome do meu filho e o meu patriotismo.*

**Terminá-la hei quando, ao redor de mim, se fizer inteira justiça aos que bem serviram Portugal!**

*Até lá repudiarei todos os aplausos, todos os incitamentos sectários, todos os pedidos e tôdas as sugestões. Estou muito acima de interesses partidários! E penso que a única concórdia possível é aquela que se estabelecerá, firme e nobre — sôbre a justiça. Contemporizar com crimes de lesa-Pátria e contra os aliados para não irritar os remorsos dos que pecaram, é ofender os que bem serviram o meu País, é deixar vivos os germens infames de novas revoluções e de novos crimes. Seria um acto de covardia. E eu nunca fui covarde.*

Vimos como em Junho de 1917 Norton de Matos conseguia, triunfalmente, em Londres, — remover tôdas as invencíveis dificuldades suscitadas à sua política em

prol dos aliados e de Portugal. Respondendo às repetidas perguntas do general Barnardiston, sôbre as probabilidades de enviarmos para França uma segunda divisão, escreve o Ministro da nossa Guerra, em 22 de Fevereiro de 1917, que «poderá formar um corpo de exército com duas divisões, aumentando 6 batalhões de infantaria, 2 grupos de baterias de 7,5, 1 bateria de morteiros de 7,5 e um corpo de artilharia pesada». Pondera que esta transformação importará um aumento de 12 a 14 mil homens, mas que exige consideráveis reforços que não serão inferiores a 5 mil homens por mês. E dado o «desejo que o govêrno da República tem de fornecer ao exército francês um importante auxílio em contingente de artilharia pesada que, «como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, escreve Norton de Matos ao general Barnardiston, — lhe foi solicitado pelo Govêrno Francês» — «e finalmente porque a campanha da África oriental e as guarnições das colónias absorvem grande número de tropas» não poderá o govêrno portuguez «pensar, pelo menos por en-

quanto, em enviar novos corpos expedicionários para a França, o que não quer dizer que o govêrno português suspenda (*como fez mais tarde o Dezembrismo*) por qualquer forma a preparação militar do País».

«Rogo a V. Ex.<sup>a</sup> se digne fazer as diligências necessárias para que uma rápida resposta seja dada a êste ofício, pois que careço do acôrdo do govêrno Britânico para realizar o aumento e a transformação do C. E. P. e que de modo algum posso perder tempo para efectivar tal projecto de uma forma útil para os dois países aliados».

Vimos também que em 27 de Fevereiro de 1917 o govêrno inglês, por um telegrama do Secretário de Estado da Guerra, comunicava:

«Please convey to the Minister of War the grateful thanks of the British government for the decision of the government of the Republic to increase the Portuguese Contingent already provided for service in the British zone in France to an Army

Corps and assure him that the British government will at once consider how best give effect to his proposals».

Em 3 de Abril o general Barnardiston comunica, porém, ao nosso Ministro da Guerra: — «que apesar da muita satisfação que tiveram aceitando a proposta acima, no momento não teem transportes para levar o acréscimo de tropas, mas que: «efforts will be made at a later date to provide the necessary transports».

Eis as *invencíveis dificuldades!* Como as vence Norton de Matos, em Londres?

Um telegrama do sr. Teixeira Gomes, nosso ministro em Inglaterra, o dirá:

«Ministro da guerra partiu hoje para França tendo regulado continuação transportes de forma que já comunicou governo e que *constitue verdadeira vitória dadas circumstâncias angustiosas actuais da Inglaterra com respeito navios.* Escusado será encarecer V. Ex.<sup>a</sup> como foram difíceis diligências feitas e felicito caloro-

samente Govêrno Português pelos resultados obtidos tanto nêste ponto como mais referentes ao serviço do Corpo de Exército Português em França — que ministro da guerra regulou completamente. Entre as numerosas e altas individualidades officiais que foram despedir-se à *gare* nosso ministro, estava Lord Derby, actual ministro da guerra».

A seguir a Inglaterra condecorava o grande patriota e aliadófilo com um dos mais altos graus duma alta Ordem inglesa, o que não succedeu a nenhum ministro ou chefe do *Dezembrismo*, graças a Deus!

Voltaram a aparecer dificuldades *invençíveis* em Setembro e o govêrno português, patriota e aliadófilo, enquanto não resolve definitivamente as dificuldades havidas, embora tenha de diminuir o número de tropas embarcadas, — em Outubro, em Novembro, como em Dezembro de 1917 e Janeiro e Fevereiro e sempre de 1918 o faria — continua a enviar tropas, manda preparar o *Gil Eanes* e o *Índia* mais um vapor

alemão e consegue, em fins de Novembro, a cedência do *Roma* e a promessa de transportes pelo govêrno francês.

E vem o 5 de Dezembro!

A seguir o comando inglês nega-nos, *bruscamente*, na França, o material de aviação prometido ao general Tamagnini por sir Douglas Haig, conforme afirmam os honrados chefes e meus nobres camaradas coroneis Roberto Baptista e Ferreira Martins, respectivamente, chefe e sub-chefe do Estado-Maior do C. E. P.

Aqui, em Lisboa, apresenta-nos a proposta da Convenção depois assinada em 21 de Janeiro com a satisfação de se julgar o govêrno dezembrista desobrigado de enviar mais reforços.

### PROPÕE-SE À INGLATERRA O AUMENTO DO NOSSO CORPO EXPEDICIONÁRIO

O sr. coronel Sinel de Cordes, porêm, no campo militar, como mais tarde os

srs. Egas Monís e A. de Vasconcelos, no campo diplomático, — procura emendar, evitar os erros do crime deembrista, e consegue um acôrdo, (honras sejam feitas ao illustre militar), que evita a efectivação dos termos da desastrosa falta do govêrno deembrista até 21 de Março e depois até 7 de Abril, sem contudo poder evitar *o maior desastre de 9 de Abril de que são responsáveis perante a história, e em máxima parte, os maus portuguezes que assinaram a referida convenção, sem haverem oposto uma invencível difficuldade ao aliás «honrado e salutar alvitre de 6 de Fevereiro de 1918» na opinião dum inimigo de Portugal! Porque as invencíveis difficuldades tinham outro destino, senhores!*

No entanto, em 12 de Março de 1918, e contra os termos da vèlha ária Deembrista, declara o senhor Augusto de Vasconcelos, **propõe-se à Inglaterra o aumento do nosso Corpo Expedicionário.**

E em 14 de Março de 1918 o Major General Barnardiston officia ao Ministro da Guerra preguntando «se poderia ser sus-

penso o trânsito de tropas portuguesas entre Portugal e França quer por motivo de serviço ou com licença). «Póde V. Ex.<sup>a</sup> considerar que a intensidade da epidemia não justifique estas medidas enérgicas, mas muito obrigado ficaria se V. Ex.<sup>a</sup> se dignasse informar-me detalhadamente qual o seu curso no País e especialmente em Lisboa e outras grandes cidades a fim de o comunicar ao War Office, juntamente com as sugestões que V. Ex.<sup>a</sup> entendesse alvitrar a fim de evitar a propagação da epidemia em França.»

«Se fôsse possível, seria suficiente que aos homens que veem de França não lhes fôsse permitido visitar as localidades onde existe a doença e os que vão poderiam permanecer durante um certo tempo em um campo de concentração antes de seguirem ao seu destino.»

«Julgo não haver perigo de infecção caso sejam estabelecidas para o pessoal que vai de Portugal as providências expostas.»

Assim escreve o sr. Major General Barnardiston e não como na «Época» de 31 de

*Julho um palhaço escreveu, truncando e falseando o sentido dêste importante documento!*

No mesmo dia o mesmo sr. General Barnardiston enviava ao Ministro da Guerra algumas notas *sôbre preparação militar* e os extractos de uma nova edição das *Instruções para a preparação dos Exércitos que operam em França*. E dizia:

«Estas notas podem ser úteis para o vosso Estado Maior e na instrução de recrutas e reforços a enviar para França.

«Dois apêndices extraídos do citado livro são também enviados com essas notas, cujo conjunto dará uma ideia completa para a definitiva orientação a seguir na instrução das tropas, podendo servir como guia aos regulamentos similares. (a) *Barnardiston.*»

E quer esta nota dizer, aqui publicada, que o govêrno dezembrista... *dedicou* a maior atenção, de acôrdo com aquelas instruções, à instrução dos recrutas e reforços a enviar para França.

## SUGESTÕES DA INGLATERRA QUE NUNCA FORAM ATENDIDAS

Em 26 de Março o sr. major general Barnardiston comunica que em fins de Abril talvez esteja preparado em Brest o lazareto para os reforços portuguezes.

Em 3 de Abril o ministro da guerra pede transportes para 5000 homens.

E seguem-se:

«Ofício urgente do ministro da guerra instando pela remessa de officiais portuguezes por terra, visto a falta de transportes não permitir que possam seguir por mar, embora fiquem de observação na base.

«Ofício de 7 de Abril do major general Barnardiston respondendo que vai consultar sir Douglas Haig.

«Ofício de 11 de abril de 1918 do major general Swan informando que o War Office, espera poder responder brevemente ao pedido de transportes para refôrço de tropas portuguezas.

«Ofício de Sidónio Pais ao general Bar-

nardiston em 14 de Abril de 1918 manifestando o *desejo veemente* de enviar reforços para França e oficiais por via terrestre, declarando que o «governo português continua porêm a dispôr sómente dos transportes *Gil Eanes* e o *Pedro Nunes* que teem apenas uma lotação total para 1000 homens aproximadamente, «e com grandes sacrificios os temos de desviar do serviço de subsistências.»

(Norton de Matos desviára dêsse serviço o *Pedro Nunes*, ia desviar para o mesmo efeito o *Índia*, o *Gil Eanes* e um navio ex-alemão quando sobreveio o 5 de Dezembro).

Pede o ofício transportes e diz que o tifo exantemático se acha perfeitamente circunscrito a uma pequena região; que dessa região não serão enviados oficiais ou tropas, e que tanto uns como os outros poderão ser submetidos às quarentenas que forem julgadas necessárias. Está assinado: Sidónio Pais.

Em 17 de Abril é comunicada ao governo dezembrista a impossibilidade de rece-

ber em França as tropas portuguesas por um espaço de tempo considerável. E a 19, êste ofício:

«Lisboa, 19 de Abril de 1918, — N.º 934.  
— Reservado. — Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Foi com grande pesar e contrariedade que ontem transmitti a v. ex.<sup>a</sup> a resposta do govêrno britânico sôbre o assunto da impossibilidade de receber em França as tropas portuguesas, por um espaço de tempo considerável. Estou certo que o govêrno inglês chegou a esta decisão com grande pesar. Êle tem demonstrado sempre satisfazer os desejos do govêrno portuguez, tanto quanto possível; porêm algumas sérias dificuldades se levantaram agora, indubitavelmente bem conhecidas de v. ex.<sup>a</sup>, e apesar das urgentes necessidades de momento o obrigarem a uma resolução desta natureza, estou certo que a sua bôa vontade em servir o nosso mais antigo aliado não é menor da que tem tido sempre. Portugal pode estar orgulhoso e satisfeito com a sua

contribuição em sangue e dinheiro para a causa da Liberdade e Justiça. Estão incontestavelmente confirmados os seus direitos e a alta posição no Conceito do Mundo. Os sacrifícios feitos não podem ser esquecidos. Será demasiado, portanto, neste momento crítico perguntar que mais sacrifícios poderão ser exigidos de soldados portugueses, que tão entusiásticamente estão pedindo para reforçar as fileiras devastadas do Corpo Expedicionário em França, de que esperar com paciência o momento oportuno e pelo trabalho e disciplina própria prepararem-se para quando possam tomar logar ao lado dos seus camaradas que se encontram no campo da batalha? Em vista da presente conjuntura e do tempo considerável que pode decorrer antes que um grande número de tropas portuguesas possam marchar para França, ouseu submeter à consideração de v. ex.<sup>a</sup> as seguintes sugestões: A experiência tem demonstrado que depois da chegada das tropas a França é necessário um certo período de tempo para lhes ser ministrada uma ins-

trução especial antes de tomarem lugar na linha. Grande parte dêste tempo pode ser utilizado neste País onde será dada uma instrução mais ampla e intensiva. Há muitos oficiais, sargentos e cabos em França, (e alguns em Portugal) que estão perfeitamente instruídos no método moderno da arte da guerra e que poderiam ser empregados como instrutores na instrução de combate à baioneta e outras especialidades. Não seria possível estabelecer escolas e centros de instrução para os homens que estivessem já prontos da instrução de recrutas e que constituiriam os próximos reforços para o Corpo Expedicionário Português? Nestes centros o soldado repetiria a recruta, desenvolvendo-se-lhe com especial atenção o espírito militar, exercícios físicos, marchas de estrada, uso de espingarda, baioneta e ferramenta (pá) sendo-lhe depois, sob a direcção de oficiais com experiência da guerra, ensinado a applicarem o que aprenderam aos diversos casos que se apresentam na guerra. Os oficiais, sargentos e cabos devem ser cuidadosa-

mente instruídos na maneira de exercerem o comando e usarem da iniciativa. Os das armas montadas devem ter perfeito conhecimento do tratamento e cuidados a ter com os animais, a artilharia conhecer bem os métodos de fogo, etc. Muito há que aprender sobre estes assuntos em tôdas as armas mas facilmente poderá ser ensinado pelos oficiais e restantes quadros que já teem experiência da guerra. Sei bem que há muitos oficiais portuguezes instruídos completamente nos melhores métodos e conhecedores de tôdas as especialidades da guerra e que estão nas condições de ministrarem a última instrução às tropas. Eu e o meu estado maior estamos inteiramente à disposição de v. ex.<sup>a</sup> para qualquer auxílio que entenda ordenar-nos. Apresento estas sugestões unicamente com o fim de habilitar as tropas a tomar uma parte activa no *front*, tam cedo quanto possível, e creio que a contrariedade que é naturalmente sentida neste momento crítico por aqueles que estão ansiosos por tomarem o seu lugar na linha de combate pode ser, por algum tempo, ate-

nuada, sabendo que o tempo que lhe seria necessário dispende na base e nos campos de instrução em França é sensivelmente reduzido por esta fórmula. — (a) *Barnardiston*. — A Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Guerra.»

*Que ordens, que procedimentos, que realizações resultaram das sugestões desta nota?*

*Onde se construíram centros de instrução e escolas?*

*Que oficiais e sargentos, com prática da Flandres, vieram ensinar os recrutas de Portugal?*

Adiante, adiante, meus senhores!

## PROTESTA-SE CONTRA A DISPERSÃO DAS UNIDADES PORTUGUESAS

Escreveu-se naturalmente um ofício... Que tôdas as realizações militares do Dezembroismo são notas, ofícios, pedidos, memoranduns, papeis!

Em 18 Barnardiston recebera o seguinte:

(Urgentíssimo) — Ex.<sup>mo</sup> Sr. — Em referência ao ofício de V. Ex.<sup>a</sup>, n.º 929, de 17 do corrente, tenho a honra de lhe comunicar que foi com muito pesar que o Govêrno Português tomou conhecimento das dificuldades da situação, reveladas no seguinte ofício de V. Ex.<sup>a</sup>, as quais nos impossibilitam de enviarmos, antes de largo espaço de tempo, reforços às tropas portuguesas em França.

O empenho do Govêrno Português em enviar êsses reforços, fundamenta-se na necessidade de reconstituir as nossas divisões que foram sujeitas já a tam duras provas e ainda no veemente desejo de as pôr em condições de continuarem combatendo ao lado do valoroso exército inglês com tôdas as energias de que dispõem e com todos os sacrifícios que possam advir, para também compartilharem da sorte dos seus melhores e liais aliados ao lado dos quais se encontram nos campos de batalha da França.

Animado dêste desejo e não obstante as dificuldades quási insuperáveis da situação, relativamente a transportes, o Govêrno Português encontra-se mesmo disposto a aplicar a êste fim, além do transporte *Pedro Nunes* a que já tive ocasião de me referir, alguns dos poucos navios que tam indispensáveis se tornam ao serviço de subsistências do país, tam necessário êle julga o envio dos reforços de que se trata.

Pelo que respeita à ida dos oficiais por terra, muito agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> os seus bons esforços para obter a desejada informação, fazendo votos porque a tenhamos tam cedo quanto possível, pois que da mesma forma se empenha o Govêrno Português em poder enviar por essa via o maior número de oficiais de que pode dispôr.

Saúde e fraternidade. — Lisboa, 18 de Abril de 1918. — Ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Major General da Barnardiston. — (a) *Sidónio Pais*.

Em 25 de Maio o major general Swan officia, (n.º 995) comunicando que alguns

oficiais portugueses poderiam ser enviados por mar.

Em 28 de Maio o Secretário de Estado da Guerra, dando razão às repetidas queixas do Comando do C. E. P., protesta contra a dispersão das unidades portuguesas e invoca os termos da convenção de Janeiro e pede ao seu colega dos Estrangeiros envie nêsse sentido um memorandum à legação britânica, pedindo-se que não fôsse embaraçado o envio de fôrças para render e reforçar as tropas de França, pois Treberon (ilha fronteira a Brest) tinha já, pronto, desde Maio, um lazareto para 1000 homens.

Em 8 de Junho o Secretário da guerra pergunta à missão inglesa se podem ir alguns soldados no *Gil Eanes*. Em 9 e 14 respondem-lhe: não e não.

Em 22 de Junho o major general Swan envia o ofício n.º 1096, mas eu deixo ao *honrado e bem calçado contraditor* da *Época* a honra e o proveito de o transcrever e sobretudo os dois ou três períodos finais.

*Em 9 de Julho de 1918, a legação de*

Londres comunicava terem sido aceites as bases para a reorganização do C. E. P. e que a *substituição* das *fôrças se faria logo que de Lisboa desejassem*; mas que o general Wilson não se comprometia desde já a ceder-nos tonelagem, prometendo, porém, «que se empenharia contudo, e com o maior empenho, para que o govêrno britânico nos cêda desde já tonelagem precisa para transportar 4 ou 5 mil homens por mês, indo para aí outros tantos que cá estão. Os homens que vierem serão enquadrados para instrução nas fôrças aliadas e logo que terminem essa instrução serão enviados para a divisão portuguesa. O general Wilson (Chefe do Estado Maior Imperial) tem bôa impressão das nossas tropas mas não oculta, embora o faça em termos muito correctos, que no Estado Maior do Exêrcito britânico tem feito deplorável impressão o facto de officiais com licença não voltarem aos seus postos...»

Em 11 de Julho (consta do *dossier* subtraído aos arquivos pelos defensores do Dezembrismo), em 11 de Julho, a legação de

Londres comunica ao govêrno, se não são falsos os documentos subtraídos pelos meus contraditores:

«Longa entrevista com Sub-Secretário Navegação para aclarar pontos da nota inglesa que enviei a V. Ex.<sup>a</sup>. (*Sabem os ilegítimos detentores do «dossier» onde pára essa nota?*) e para formular alguns pedidos que julgo indispensáveis. O sub-Secretário ficou de estudar diferentes pontos, mas mostrou-se, em princípio, favorável às nossas pretensões.

«Apoiei depois calorosamente pedido Estado Maior referente à repatriação nossas tropas e remessa de reforços para C. E. P. Em princípio ficou assente que nos darão tonelagem para 4 ou 5 mil homens por mês nestes meses que se seguirem.»  
«*Mas govêrno português* obrigar-se há por compromisso formal a ter homens prontos para embarque antes de chegarem transportes para que êstes não sofram demora. Qualquer demora fará com que combinação fique sem efeito e govêrno inglês deso-

brigado de transportar tropas portuguezas. Assim obtida satisfação nos dois principais pontos das instruções êsse govêrno. *Preciso indicação época exacta em que se poderá realizar primeiro embarque.»*

Em 13 ou 14 de Julho o Ministro da Guerra deve ter recebido cópia do que fica e o pedido do seu colega dos Estrangeiros para que o habilite a responder.

O Secretário da Guerra em 15 (nota n.º 3353) pede esclarecimentos ao Estado Maior do Exército. Em 17 informa (o sr. coronel Garcia Guerreiro) de que:

*«Julgo possível embarcar mensalmente 4000 homens a partir do princípio de Setembro, supondo asseguradas as primeiras duas expedições correspondentes e Setembro e Outubro.*

*«Os contingentes a embarcar tem instrução militar pois que são formados de praças prontas; essa instrução poderá ser melhorada, reunindo com antecedência nas unidades os contingentes a partir; não po-*

«derá todavia garantir-se que seja prático-  
«camente orientada no sentido de um ime-  
«diato aproveitamento das tropas na linha  
«de batalha, pelas dificuldades que a isso  
«se opõem, sobretudo por falta de quadros  
«instrutores em número suficiente a distri-  
«buir pelas unidades e ainda por falta de  
«locais de concentração para os contingen-  
«tes a embarcar embora fraccionados, se  
«assim quisermos obviar àquele inconve-  
«niente...»

*O veemente desejo de enviar tropas aproveitára, conforme se vê, as sugestões de Barnardiston em 18 de Abril, para instrução de tropas e reforços!!!...*

E acusam banaboias a organização Norton de Matos!!

\*

A Secretaria da Guerra, pouco depois disto, envia ao Adido Militar em Paris o seguinte telegrama:

«Rogo informe Ex.<sup>mo</sup> General Rosado  
«possibilidade enviar mensalmente 4 mil

«homens com instrução militar *um pouco*  
 «*mais desenvolvida mas não especializada,*  
 «procurando sobretudo obter melhor dis-  
 «ciplina e não dispensando instrução aí  
 «para entrada em campanha. *Permito-me*  
 «*chamar a atenção para dificuldades que*  
 «*aí possa oferecer recepção e conveniente*  
 «*instrução tantos homens por mês. Refor-*  
 «**ços preparados** para embarque a partir  
 «primeiros dias Setembro. Convêm datas  
 «embarque serem conhecidas com *vinte dias*  
 «de antecedência.»

*Em 8 de Agosto (!!!) o Secretário da*  
 Guerra (nota n.º 3773) concorda com a  
 nota do Estado Maior de 17 de Julho, re-  
 lativa à *mobilização de reforços para o*  
*C. E. P.*

*Vejam agora esta veemência, esta vio-*  
*lência indizível dos desejos dezembristas*  
*para enviar reforços, render, substituir,*  
*aumentar, senhores!*

Diz a nota de 8 de Agosto:

«Não estando, porém, ainda ultimadas  
 «as negociações com o govêrno Inglês, —

«referentes à reconstituição das nossas fôr-  
 «ças em França, e não se podendo, por isso  
 «prevêr quando virão a embarcar os no-  
 «vos reforços, *devem os trabalhos da mobi-*  
 «*lização limitar-se a simples preparação, e,*  
 «tanto quanto possível, apenas nesse **Es-**  
 «tado **Maior** e quartéis generais e divi-  
 «sões. Não devem por isso as unidades que  
 «fornecem contingentes para os reforços  
 «proceder a qualquer movimento de pes-  
 «soal (transferência de quadros ou cha-  
 «mamento de licenciados) como prepara-  
 «tivo de mobilização, determinação esta  
 «que convêm tomar em especial conside-  
 «ração e para a qual Sua Ex.<sup>a</sup> o Secretário  
 «de Estado me encarrega de chamar a es-  
 «clarecida atenção de V. Ex.<sup>a</sup>

— *Aqui está a veemência?* A veemência do mêdo de mobilizar, chamar pessoal?

O mêdo dezembrista de que os corresse, a maioria dos colaboradores, aos gritos de traição, traição!...

Traição às promessas feitas por caudillos do 5 de Dezembro:

«Abaixo a guerra! Ninguém mais vai para a guerra!...»

## ONDE SE ENCONTRAM AFINAL AS INVENCÍVEIS DIFICULDADES

Em 31 de Agosto realiza-se a conferência preparatória, em que o projecto apresentado ao general Rosado diferia completamente dos compromissos tomados e impunha a nomeação de oficiais britânicos para comando das nossas tropas. O general Rosado *repele o projecto dizendo que nem mesmo o discutirá por o reputar humilhante para os nossos brios*. Perante essa enérgica atitude, o projecto é retido.

A seguir, há uma conferência do general Rosado com lord Milner e êste convida o general Rosado a apresentar um projecto seu. Em 2 de Agosto, o general Rosado entrega no War Office o seu projecto. E em 4 de Agosto o govêrno portuguez telegrafia para Londres, ao nosso ministro:

«Orientação govêrno portuguez tem sido esperar propostas do govêrno inglês para quando estejam de acôrdo com o nosso pensamento e interêsses concordar com êles como até aqui tem sempre feito. Visto general Rosado ter tomado iniciativa de proposta peço a v. ex.<sup>a</sup> recomendar-lhe que a não torne definitiva sem govêrno portuguez ser inteirado do seu texto.

Qualquer que seja solução final é absolutamente indispensável ficar assegurado *roulement* com transportes fornecidos pela Inglaterra.»

Ora o general Rosado não tomára iniciativa alguma; apresentára apenas contra-proposta dentro de limites das convenções anteriores e instruções recebidas do govêrno.

E sôbre transportes o ministro em Londres conta, com data de 5, sejam efectivadas promessas feitas em Julho, mas declara «que tôdas as **decisões relativas a transportes dependerão muito da resposta que nós dermos às propostas inglesas**

sôbre o assunto, se nós aceitarmos estas e desistirmos das insustentáveis reclamações que temos inábilmente feito, obteremos tôdas as facilidades para nossos transportes e para a repatriação das nossas tropas, se não fizermos caso propostas que constam do ofício n.º 58, série B (*deve estar no «dossier» do articulista da «Época»*), ou os rejeitarmos, teremos tôdas as dificuldades.) «Peço a V. Ex.<sup>a</sup> chamar atenção Secretário Estado Colónias para assunto que com a sua enérgica decisão tanto pode fazer em favor favorável solução caso.»

Em 12 de Agosto o nosso ministro em Londres comunica que insistem na proposta de reorganização do C. E. P. sob comando parcial de oficiais ingleses. No entanto o «Foreign Office» mantêm nosso ponto de vista: — intransigente princípio de só fazer comandar tropas portuguezas por oficiais portuguezes.» «General Rosado nas suas conferências e eu no Foreign Office temos declarado que só seremos intransigentes em dois princípios: *Comando por officiais portuguezes e recusa de fracciona-*

*mento sistemático das nossas forças para serem enquadradas nas britânicas.»*

Em 16 de Agosto, o govêrno dezembrista, em referênciã à comunicação que aí fica, de 12 do mesmo mês, envia um telegrama ao ministro em Londres.

Nesse telegrama, a que já fiz referênciã, o govêrno dizia não deverem o sr. Augusto de Vasconcelos e Rosado recusar de pronto nova proposta do War Office, **sem consultar o govêrno da República!**

E continua:

*«Afirmada como está nossa maneira de vêr, é forçoso reconhecer que propostas vindas de War Office se hão-de basear em razões que se lhe afigurem ponderosas. Por inaceitáveis que sejam, é necessário afastar suposição de propósito menos lial ou deprimente para nós. Ideia de interferência de oficiais britânicos com certa acção executiva em campanha aparece por parte do govêrno inglês, já em Setembro de 1917 invocando o precedente oficiais ingleses servindo exército português guerra penin-*

sular, isto na própria ocasião em que o governo democrático procurava aumentar nossa participação a todo o custo.

É fácil perceber mesmo pensamento na correspondência relativa a proposta de Janeiro de 1918 para organização de duas divisões, uma de combate outra de treno. Comando inglês não pode querer deprimirmos no campo da batalha quando por tôdas as outras fórmulas Rei de Inglaterra, como agora aconteceu frente de batalha e governo enalteceu nossa situação. Rogo a V. Ex.<sup>a</sup> tenha sempre presente que nosso objectivo é prestar, na medida e fórmulas possíveis, todo o auxílio que nossa aliada pedir, mas não solicitar ou pretender impôr cooperação que nos traga maiores sacrifícios.»

A ária triste!

A ária triste!

(Mas o sr. Augusto de Vasconcelos desobedecera-lhe em 12 de Março...).

Que responderia o nosso ministro em Londres em 19 de Agosto, a êste telegrama?

Que cumpriria, como funcionário e

por lialdade para com o govêrno, as instruções enviadas, mas que a mesma lialdade o obrigava, porêr, a expôr ao govêrno os inconvenientes gravíssimos que resultariam de qualquer transigência na admissão de officiais britânicos com funções de comando no nosso exército?...

Naturalmente lembrou também que seria indispensável, para tal, publicar diplomas especiais permitindo a intervenção de officiais estrangeiros no comando de tropas portuguezas. Acrescentou ainda, com certeza, que no C. E. P. tal notícia seria recebida com o mais profundo desagrado, sendo inevitáveis, de-certo, os conflitos violentos que transformariam o nosso auxílio à Inglaterra numa fonte permanente de dificuldades da mais difícil solução.

Disse talvez ainda que, dadas as diferenças entre as nossas leis e costumes, seria de extrema delicadeza regular as relações entre officiais britânicos e portuguezes, e, de uns e outros, com praças, havendo talvez necessidade de modificar o nosso código de

justiça militar e regulamentos disciplinares, não só para nêstes inserir castigos propostos pelo govêrno inglês, como para definir a competência dos officiaes ingleses em relação às tropas e competência do comando do C. E. P. em relação a êstes officiaes em caso de reclamação.

O sr. Augusto de Vasconcelos, assistido pelo sr. general Rosado, respondeu porventura ainda que a transigência aconselhada no telegrama do govêrno dezembrista, só nos poderia ser politicamente desvantajosa e o Foreign Office estava inteiramente ao lado dos bons portuguezes e dos interesses e da dignidade de Portugal. Fixou talvez que a proposta humilhante não era patrocinada pela nobre Inglaterra que nos orgulhamos de respeitar e admirar, e que só a intransigência sólidamente estabelecida conseguiria vencer as negociações com honra e sem viltas para o exército e para Portugal. Talvez aconselhasse decisão ao govêrno de Lisboa, e dissesse que, no caso de insuccesso em Londres, o general Rosado tentaria ainda em França, obter

do alto comando inglês o que em Londres se não pudera obter!

Talvez o sr. Augusto de Vasconcelos, admirador da Inglaterra, como o somos quantos ao seu lado nos batemos. — *tivesse afirmado, garantido absolutamente ao govêrno dezembrista que o govêrno inglês não via com hostilidade a attitude dos bons portugueses que, desta forma e contra a opinião do govêrno dezembrista, defendiam intransigentemente a honra de Portugal e do seu exército!*

Talvez, mais ainda, êle tivesse lembrado, ao leviano govêrno, — que a aceitação da proposta inglesa traria a Portugal dificuldades de ordem interna gravíssimas, aconselhando sempre e de novo uma attitude de maior firmeza, porque essa attitude não envolvia qualquer agravo ao govêrno inglês ou ao exército inglês, nem aumentaria por qualquer forma os sacrifícios de Portugal!

Foi esta a resposta de Londres? Que o digam, se assim não foi, os interessados.

Porque o general Garcia Rosado e o mi-

nistro Augusto de Vasconcelos eram de uma categoria patriótica diferente da dos membros do govêrno dezembrista de então. Mas isto já vai longo, hoje. Continuaremos àmanhã.

## XII

### **Ainda as invencíveis dificuldades <sup>(1)</sup>**

Vimos qual era, num assunto que importava à honra do exército e da Pátria, a opinião do govêrno dezembrista em 16 de Agosto de 1918. A vibrante resposta do ministro portuguezês em Londres devia ter deixado as faces dezembristas a escaldar de despeito.

Essa resposta que honra o ministro que a fez, é um dos numerosos pelourinhos em que a História há-de amarrar os dementados detentores dos nossos destinos no ano, trágico e funesto ao País, de 1918.

---

(1) De *A Vitória*, de 18 de Agosto de 1919.

Veremos agora, na seqüência dos documentos, verão quantos o puderem vêr para lá do que os documentos hábilmente escondem na confusa hesitação intencional que o govêrno dezembrista neles marca, — verá o país até que ponto vai a *veemência dos desejos* de repatriar o C. E. P. e enviar reforços à França, nas horas em que nos Calvários da Flandres se vivem as mais duras horas, e a Pátria bebe, pelos lábios indignados dos seus filhos abandonados, o mais amargo fel da mais amargurada taça.

E verá o País, aliadófilo e patriota, como o govêrno dezembrista entendia valorizar-se por *serviços* à Causa. E verá a Marinha de Guerra como dela dispunham e para que serviços gloriosos!

Prossigamos:

Em 19 de Agosto o general Rosado recebe do Delegado do Chefe de Estado Maior Imperial uma carta propondo a reconstituição do C. E. P. com uma divisão na frente incorporada num corpo de exército britânico e outra à rectaguarda para substituição periódica da primeira, ficando as

funções de comando do Corpo e das unidades do Corpo como estavam até então. Suprimiam-se as exigências do comando por oficiais ingleses, mas o govêrno britânico declarava não garantir repatriamento mensal de 4.000 homens. De Londres pedem ao govêrno português, em 19, digam se pode ser comunicada ao *Foreign Office* a aceitação da proposta tam excelente quanto o permitia a transigência criminosa de 21 de Janeiro de 1918. Faltavam transportes, mas se o govêrno dezembrista resolvesse favoravelmente as propostas inglesas sôbre transportes marítimos, o caso ficaria de pronto resolvido a nosso favor, dizia o nosso ministro em Londres!

A seguir, em 21 de Agosto o Ministério da Navegação, dava a certeza ao nosso representante de que não poria nenhuma dificuldade à repatriação das nossas tropas e à sua substituição se houvesse pleno acôrdo entre os dois governos na questão dos transportes marítimos. E a 23, Lord Robert Cecil, então ministro dos Estrangeiros, declara ao general Rosado que a repa-

triação e a substituição das nossas tropas depende agora exclusivamente de acôrdo entre o general Rosado e o alto comando inglêz.

**Consequira pois**, nesta altura, a legação portuguesa em Londres quanto lhe fôra, em tempos, ordenado pelo govêrno português. *Que faz êste govêrno porêem — que faz o govêrno dezembrista de então?*

É tal a veemência do seu desejo de enviar reforços que manda ao nosso ministro em Londres, em 25 de Agosto, o telegrama seguinte:

«Rogo a V. Ex.<sup>a</sup> dar-me conhecimento pormenores propostas a que se refere seu telegrama de 19 de Agosto antes de declarar sua aceitação. Propostas autoridades militares inglesas no início, conferências com general Rosado e apreciações sôbre defeitos organização do C. E. P., constantes do ofício de V. Ex.<sup>a</sup> confidencialíssimo 31 que V. Ex.<sup>a</sup> me diz em telegrama 232 terem sido repetidas pelo próprio Rei, tornam ainda mais imperioso dever govêrno de não

ajustar sem cuidadoso exame novo plano nossa colaboração guerra. É indispensável que o que se ajustar possa ser cumprido de parte a parte sem deficiência nem intermitências e que comando superior nossos aliados não encontre de futuro razões para propostas inaceitáveis como as que apresentaram. *O que fôr ajustado tem que ser combinação proposta desejada expressamente declarada útil pelo govêrno inglês não em transigência ou aquiescência a desejos ou oferecimentos nossos (!!!)*

Não podemos deixar de ter em conta observações aliados, pois se elas não tivessem fundamento teríamos que as reputar acintosas. Se o govêrno inglês experimenta ou pode vir a experimentar dificuldades como tem havido para regresso de tropas doentes e cansadas, se tropas que estão França se ressentirem sempre das deficiências organização que govêrno inglês aponta, é necessário examinar lialmente com Inglaterra até que ponto é possível colaborar em melhores condições, pois govêrno inglês sabe, e negar-lho seria mentir que,

por maior que seja mérito do novo comandante do C. E. P. *nos faltam materiais e equipamentos para realizar de pronto completa reorganização.*

Devemos ter coragem moral de tratar com máxima franqueza esta questão com nossa aliada; o contrário seria govêrno faltar ao seu dever para com a Inglaterra e com o país. **No actual momento tanto melhor falar com franqueza que nossa cooperação na frente ocidental não é o único serviço que estamos prestando. Na Africa Oriental estamos anuindo a todos os pedidos de carregadores e tropas indígenas desejadas por comando britânico e calorosamente agradecidas pela legação britânica. Ainda há poucos dias OFERECEMOS mais fôrças indígenas enquadradas com brancos e batalhão de marinha!!! — Acedemos a recrutamento para King's African Rifles. No continente acabamos anuir ao pedido govêrno americano para saída de milhares de trabalhadores para França, pedido apresentado como o mais apreciável serviço que, neste momento, poderíamos prestar. Vamos**

responder favoravelmente pedido legação britânica para saída de trabalhadores para Inglaterra. Declarações comando inglês seu telegrama 197 que preferia renunciar nossa cooperação se não fôsse aceite a sua proposta, impressionou muito o govêrno porque mostra que apesar esfôrço e bravura nossos soldados e justiça que se lhes faz, o que estava não satisfazia desejos ingleses. Por outro lado temos recomendação de que devemos praparar-nos militarmente aqui e estar sempre prontos...!!!... (*Em Agosto de 1918!!!*) — Tudo isto se conjuga e exige ponderação. Devemos cuidar em que serviços que temos feito sejam tidos como de valor e utilidade para os aliados.

Por tôdas estas razões que não terá dúvida em expôr lialmente e abertamente ao govêrno inglês, govêrno deseja conhecer pormenores proposta inglesa, que prende com questão essencial substituição, transportes, *roulement*, e deseja-o porque aquilo a que se obrigar quer cumpri-lo.»

Eis a veemência dos desejos do govêrno

dezembrista em mandar tropas para França quando as **invencíveis** dificuldades se se tornam mais brandas. Em diplomacia escreve-se êsse miserável, miserável documento, essa lamúria de impotentes e desertores. Em conversas particulares e aos amigos, sorrindo um riso cínico, falava-se com maior franqueza e clareza e decisão. O que teria sido ela em Março, em Abril, em Maio e até à ofensiva dos aliados em Julho, a veemência dos desejos do govêrno dezembrista para mandar reforços de Portugal?

Que responderia a legação de Londres? Não consegui ainda comprar ao detentor do *dossier* reclamado no miserável artigo de 27 de Julho, na *Época*, uma cópia do telegrama em 27 de Agosto enviado pelo nosso ministro em Londres ao govêrno dezembrista de então.

**Mas eu adivinho e juro sôbre a minha palavra de honra que o sr. Augusto de Vasconcelos deve ter comunicado ao seu govêrno que o govêrno de S. M. Britânica por motivos de ordem moral e politica desejava**

a continuação da nossa colaboração na guerra e garantia ao mesmo governo dezembrista que a retirada das nossas tropas da Flandres, em consequência de qualquer motivo de ordem interna ou externa, seria uma verdadeira catástrofe para a nossa situação na Inglaterra, além de colocar o nosso exército na mais desgraçada situação perante seus camaradas de todo o mundo. O sensato e patriótico ministro, represando palavras mais ásperas e justiceiras, declarou talvez ainda peremptóriamente ao govérdo dezembrista que o govérno inglês, quaisquer que fôsem outros serviços que lhe prestássemos, nunca nos perdoaria termos deixado de cumprir até ao fim «o que, em Londres, é considerado um dever de honra», motivo porque o «Foreign Office» acolhera muito bem a atitude dos srs. general Rasado e Augusto de Vasconcelos. — (Hurrah! pela Inglaterra!)

O sr. Augusto de Vasconcelos dirá se respondeu ou não nêstes termos. Eu faço-lhe a justiça de acreditar que sim.

A 27 de Agosto, tanto o telegrama mi-

serável de 25 de Agosto era a expressão sem coragem das intenções dezembristas, que o secretário da guerra, telegrafa ao general Rosado, (telegrama n.º 270) e lhe diz: «*Ministro dos estrangeiros enviou de acôrdo comigo à Legação Portuguesa em Londres um telegrama (o de 25) de que vou transcrever maior parte para conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>.*»

E transcrevia!

\*

Em 27 de Agosto o ministro da Inglaterra em Lisboa, comunica ao govêrno dezembrista as propostas de reorganização em que se encontra a alínea:

«Uma divisão portuguesa para ser empregada *como divisão de segunda linha* e para ocupar um sector calmo da linha durante os meses de inverno sob o comando de um comandante do corpo britânico.»

Em 31 de Agosto o Govêrno da República, criminosa ou levianamente, concorda.

E recebe o telegrama do sr. Garcia Rosado, em que êste senhor diz:

«Peço licença para lembrar que enquanto não fôr definido por V. Ex.<sup>a</sup> *se govêrno aceita ou não propostas chefe Estado Maior como ponto de partida para conferência com comandante em Chefe, e se quer ou por motivos que me não compete apreciar não quer manter aqui o C. E. P. — não posso conferenciar com Comandante em Chefe sôfre reconstituição C. E. P. e roulement sendo recear que da demora resulte completo esgotamento C. E. P. cujo efectivo está reduzido a 26:800 homens. — Rosado, general.»*

Em 1 de Setembro, o Secretário da Guerra, envia o seguinte telegrama n.º 276. M. (1 Setembro 1918). General Comandante C. E. P. Referência telegrama de V. Ex.<sup>a</sup> de 29 devo dizer-lhe que propostas Govêrno Inglês relativas reorganização C. E. P. foram apresentadas por Ministro Inglês ao Secretário Estado Negócios Estran-

geiros nos termos seguintes: Uma divisão Portuguesa para ser empregada como divisão de 2.<sup>a</sup> linha e para ocupar um sector calmo da linha durante os meses de inverno sob comando de um comandante do Corpo Britânico. Uma 2.<sup>a</sup> divisão Portuguesa para ser organizada como uma divisão de substituição com unidades suficientes para rendição periódica da divisão na linha. As funções do Quartel General ficarão como no presente.

A estas propostas respondeu o Governo por intermédio do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros que o Governo da República, inspirado sempre no propósito que anima a Nação Portuguesa de prestar lialmente a sua colaboração pela fôrma que os aliados entendam necessário e útil, *aceita em princípio aquelas propostas para reorganização do C. E. P.* A clausula de ocupação de um sector calmo «altera as necessidades relativas ao *roulement* visto que achando-se a primeira divisão num sector calmo em 2.<sup>a</sup> linha não será necessário que a substituição ou rendição

*dos nossos homens se faça com a intensidade que tinha sido prevista. Bastará talvez utilizarmos os dois navios de transporte que possuímos «Pedro Nunes» e «Gil Eanes», mas sendo para isso antes de tudo indispensável que o Govêrno Inglês não ponha objecção ao envio dos nossos soldados para França, o que até agora não tem sido alcançado. Quanto aos pormenores e execução do plano proposto aguardo o resultado das suas conferências com o Comandante em Chefe. (a) Mota.*

— É vêr até onde vai a veemência dos desejos! Aceitam a proposta que nos humilharia, a ser como o Dezembrismo a interpretou, porque a substituição ou rendição dos nossos soldados pode diminuir de intensidade, graças a ela!...

Em 4 de Setembro o general Rosado telegrafia ao ministro da guerra; fala da ordem dada pelo Quartel General Inglês para a reorganização de uma divisão portuguesa, pede transportes, substituição de tropas, e termina:

«Demora regularização transportes ou quaisquer dificuldade reorganização da divisão inutilizam resultados obtidos minhas negociações Londres e colocam país numa má situação.»

— Em 5 de Setembro pede o general Rosado 5000 homens, enviados imediatamente e 5000 homens nos meses consecutivos.

Em 7 de Setembro novo telegrama do general Rosado.

Pergunta quais propostas deve considerar válidas. As de Lisboa ou as de Londres?

E o tempo corre!

O secretário da guerra envia por fim o telegrama n.º 284 de 11 de Setembro de 1918:

«Referência seu telegrama V. Ex.<sup>a</sup> n.º 559 de 4 devo explicar que telegramas V. Ex.<sup>a</sup> 19 mês passado em que me dava conhecimento da proposta inglesa para reorganização C. E. P. vinha truncado como lhe disse meu telegrama 270 de 27. Poste-

riormente porêm apresentou ministro inglês em Lisboa proposta que dei conhecimento a V. Ex.<sup>a</sup> bem como da nossa aceitação. Esta proposta segundo diz nosso ministro em Londres é inteiramente idêntica à que foi aí apresentada a êle e a V. Ex.<sup>a</sup>. Vou reproduzir textualmente palavras ministro em Londres. «Proposta inglesa está completamente conforme com negociações aqui efectuadas. Reserva referente colocação nossa divisão na segunda linha foi apresentada pelo general Wilson e é razoável enquanto não estiverem trenadas e reorganizadas nossas tropas.» São os pormenores desta proposta dos quais o *roulement* é mais fundamental que V. Ex.<sup>a</sup> com sua reconhecida competência deverá tratar com comando em França dando-lhe conhecimento dos termos dessa proposta e aceitação govêrno português. V. Ex.<sup>a</sup> declara seu telegrama 559 que foram feitas negociações Lisboa sem seu conhecimento. Nenhumas negociações nem sugestões nem indicações se fizeram em Lisboa. Sómente ministro inglês enviou ministro negócios

estrangeiros proposta inglesa que foi aceite nos termos que dei conhecimento a V. Ex.<sup>a</sup> e como resultado das negociações feitas em Londres, que como atrás dito nosso ministro em Londres julga conformes com o que tinha ali sido negociado. Vejo todavia pelo que me diz haver qualquer confusão inexplicável. Há contudo necessidade rendição e para ela se obter muito útil poderá ser acção V. Ex.<sup>a</sup> junto comando em chefe procurando conseguir antes tudo, como já disse, govêrno inglês não ponha objecções ao envio nossos soldados para França o que até agora não tem sido alcançado. Fica rectificado o telegrama 742 de 10 do corrente. — (a) *A. Mota.*»

Em 17 de Setembro, segue o seguinte telegrama (290, M.):

Ao general comandante C. E. P. França — Recebi relatório de V. Ex.<sup>a</sup> que mostra proposta reorganização C. E. P. não está conforme com a apresentada pelo govêrno inglês. Sendo conveniente harmoni-

zar essas propostas e prestar esclarecimentos que só V. Ex.<sup>a</sup> poderá dar torna-se necessário vinda urgente V. Ex.<sup>a</sup> Lisboa. —  
(a) *Mota*.

O sr. general Rosado não veio. Nessa altura já êle não tinha esperanças de reforços. Pedia-os, limitava-se a pedi-los, que é como quem diz: *a acusar!*

Não veio.

... asseio vinda urgente V. Ex. Lisboa —

(a) Nota

... não venha ...

Não venha

... (faint text)

... (faint text)

... (faint text)

### XIII

## **Sempre as invencíveis dificuldades... <sup>(1)</sup>**

Vamos à terceira *étape*. Que isto vai longo e ao que parece incomodando muitos.

Dizíamos que o ministro da guerra chamára a Lisboa o sr. general Rosado.

Por qualquer motivo o general não veio. Entretanto, a 18 de Setembro, o ministro inglês em Lisboa *pede uma decisão sobre as suas propostas aceites em 31 de Agosto, de modo que algumas tropas portuguesas, num futuro muito breve, possam render na linha tropas britânicas.*

Apesar disso o govêrno aguarda as...  
calendas gregas...

---

(1) De a *Vitória*, de 19 de Agosto de 1919.

E o tempo corre. Os *boches* fogem como coelhos em tôdas as frentes. O silêncio e a inacção do govêrno dezembrista nem com isso se modificam. Conforme o costume, e a com mais pacífica das intenções, em 21 de Setembro o ministro da guerra dezembrista, conversa com o sr. major general chefe da Missão Militar Britânica, N. N. Barnardiston. Contra o costume, porém, o general inglês comunica ao secretário de Estado que os reforços portuguezes podiam já ser recebidos em França. A surprêsa não fôra demasiado viva. Em 17 o general Barnardiston oficiára de forma a levar o mesmo sr. secretário de Estado a crêr «estavam removidas as dificuldades que, por parte do govêrno inglês, eram aqui levantadas ao envio das nossas tropas.» Antes da conversa, porém, enviára o ofício do mesmo dia que um desavergonhado mestre de chicanas publicou na *Época* de 4 de Agosto. E a 22 o general Barnardiston escrevia assim, depois de informado na legação inglesa:

Ex.<sup>mo</sup> Sr. — Com referênciã à minha conversa de ontem com V. Ex.<sup>a</sup> quando eu disse que os reforços portuguezes poderiam agora ser recebidos em França, fi-lo na convicção que as propostas do Govêrno Britânico tinham sido aceites pelo Govêrno da República.

Acho contudo que isto ainda se não deu, como o Govêrno Portuguêz diz no offício que sôbre o assunto enviou a sir Lancelot Carnegie, informando-o de que, conquanto as propostas fôsem aceites em princípio, estava esperando informações sôbre os detalhes, os quais deveriam ser combinados entre o general Garcia Rosado e sir Douglas Haig, afim de apresentar uma decisão definitiva. As minhas instruções são para que reforços das tropas portuguezas, exceptuando officiais, não sejam enviados para França até que chegue uma decisão. **Rogo pois urgentemente a V. Ex.<sup>a</sup> para que a informação que o govêrno portuguêz está esperando seja fornecida com a menor demora possível, de modo que seja tomada uma solução definitiva e o embarque de tropas possa recommençar.**

Desejo acrescentar julgo que sir Lancelot Carnegie pediu ao govêrno da República uma decisão breve, pois que foi informado que o Govêrno Britânico está desejoso de empregar brevemente uma divisão portuguesa, na linha, para substituir algumas tropas britânicas. Isto prova que a explicação que dei a V. Ex.<sup>a</sup> sôbre a expressão «2.<sup>nd</sup> line Division», é simplesmente um termo de classificação e não implica que estas não possam ser empregadas em primeira linha, mas meramente que elas são utilizadas em sectores calmos.

Tenho a honra de ser de V. Ex.<sup>a</sup> o mais obediente servidor.

*N. N. Barnardiston*

Major General Chefe de M. M. B.

«Até que chegue uma decisão!» O govêrno dezembrista apoiou-se, interpretou mal, aproveitou-se sempre das mal interpretadas intenções do general Barnardiston e quedou tranqüilo. O general Rosado

pedia angustiosamente reforços, e o govêrno estava à espera de uma decisão!... Que mais querem? E o tempo corria!...

**Só em 28 de Setembro responde** o govêrno dezembrista à nota de sir Carnegie, de 18: «Que ao notificar a V. Ex.<sup>a</sup> que o govêrno da República aceitava as propostas contidas na nota de 27 de Agosto acrescentando que aguardava as informações necessárias sôbre o que fôsse ajustado entre o general Rosado e o alto comando britânico, entendera que respondia precisamente às mesmas propostas apresentadas em Londres. E que as comunicações posteriores do general Rosado fazem porêr vêr que entre as propostas que lhe foram presentes em Londres e os termos da nota de 27 de agosto existem diferenças de forma.

Nestas condições o govêrno julga-se sómente informado das linhas gerais do plano de reorganização à semelhança do que em Janeiro fôra proposto...

*E o tempo corre, e os batalhões de França insubordinaram-se, o general Rosado*

*perde a esperança do mínimo refôrço, diz-nos que não contemos com êles, que manobremos como se nem um homem pudesse vir de Portugal!*

*O veemente desejo abrandára! O que seria êle nas horas de Chateau Thierry?*

E o general Rosado pede reforços sempre, como um acusador implacável! E o govêrno dezembrista à espera duma decisão! Entretanto os soldados da Flandres chamam traidores aos que governam em Portugal. Os batalhões revoltam-se. É o fim de tudo!

A Vitória vai à frente dos exércitos aliados em que apenas combatem, humilhados mas soberbos de valentia, alguns artilheiros de Portugal!

O calvário da Flandres tem as suas horas mais dolorosas. A nossa honra afunda-se quási no torvelinho da revolta que o dezembrismo propagou. E só as almas fortes, alumiadas de uma grande fé e de uma sagrada cólera, correm à beira do general abandonado pelo seu govêrno!

Em 24 de Setembro em nota urgentíssi-

ma n.º 778 M o chefe do Estado Maior comunica ao Ministério da Guerra:

«Envio a V. Ex.<sup>a</sup> a adjunta cópia de um telegrama recebido do comando do C. E. P. Faz-se nêle referênciã a pedidos já feitos para tropas a embarcar em navios portuguezes, cumprindo-me informar que neste Estado Maior apenas há conhecimento do pedido de reforços a enviar para o batalhão de caminhos de ferro a que se referiam as minhas notas n.º 753 M e 764 M e as de V. Ex.<sup>a</sup> n.ºs 46 e 4526 de 11 e 21 do corrente. O total de praças agora pedido ascende a 4.010 homens. Não sabendo que tempo poderá mediar até à chegada dos transportes ingleses, rogo a V. Ex.<sup>a</sup> se digno dizer-me o que S. Ex.<sup>a</sup> o secretário da guerra entender dever comunicar-me sôbre o assunto, e bem assim se por êste Estado Maior se deverá proceder já à organização dêste contingente. (a) *Garcia Guerreiro*, coronel.»

O telegrama do comando do C. E. P. era

o seguinte e tinha a data de 23-9-918:

«Além de pedidos já feitos para tropas a embarcar navios portugueses, *S. Ex.<sup>a</sup> o general pede estejam preparados embarcar transporte inglês tropas seguintes: Infantaria* dôze companhias a duzentos vinte homens num total de dois mil seiscentos e quarenta homens e mais cento e oitenta homens especializados em sapadores. Engenharia: uma companhia de sapadores mineiros de duzentos e vinte homens, um contingente de trinta homens de telegrafistas de praça, um contingente de vinte homens, de telegrafia sem fios. Artilharia duas baterias de posição (?) num total de quatrocentos homens e mais oitenta soldados serventes e oitenta condutores. Serviço de saúde: noventa serventes das companhias de saúde e trinta enfermeiros.

Administração militar: cento e vinte homens serventes das companhias de subsistências. Guarda republicana 40 homens de cavalaria e 50 de infantaria.»

Eram ao todo 4.000 homens, aproximadamente.

Até 19 de Outubro de 1918 a Secretaria da Guerra não respondeu ao Estado Maior do Exército!

Nem uma palavra! O assunto era de uma urgência formidável!

A honra do exército, os atraíçoados da Flandres, desde o mais humilde soldado ao mais alto chefe, clamavam alto, suplicavam, e de desespero, acusavam o govêrno de covardia, de traição ou criminosa negligência.

Que fez o govêrno até 19 de Outubro de 1918?

Aí vai a resposta! Aí fica o pelourinho de expiação!

A nota que a seguir vai publicada na íntegra, é da 1.<sup>a</sup> Direcção, 4.<sup>a</sup> Repartição, do Estado Maior do Exército, e diz:

Serviço da República, Lisboa, 19 de Outubro de 1918.

Ao Sr. Chefe da Repartição do gabinete da Secretaria da Guerra — Lisboa.

Em 17 de Julho do corrente ano, em minha nota n.º 1802 da 1.ª Repartição da 1.ª Direcção deste Estado Maior do Exército, expus, para conhecimento de S. Ex.ª o Secretário de Estado, que julgava possível poderem embarcar mensalmente 4.000 homens com destino ao C. E. P. e que supunha asseguradas as primeiras duas expedições (a realizar em Setembro e Outubro), ponderando, nessa nota, que seria de vantagem conhecer-se a data dos embarques com uns 20 dias de antecedência e, sendo possível, concentrarem-se os contingentes a embarcar em locais não distantes de Lisboa, para se evitarem quaisquer incidentes imprevistos.

Com a mesma nota remeti a essa Repartição uma cópia dum telegrama que me propunha enviar ao Ex.º chefe do Estado Maior do Exército, comandante do C. E. P., no caso do Ex.º Secretário de Estado me autorizar a enviá-lo, o que efectivamente fiz, em virtude de autorização verbal, telegrama em que informava do número de homens cuja expedição se podia garantir mensalmente.

A esta minha cópia respondeu essa Secretaria em 8 de Agosto que S. Ex.<sup>a</sup> o Secretário de Estado concordava com o que eu havia exposto, mas que não se podendo ainda prevêr quando os novos reforços embarcariam, os trabalhos de mobilização deveriam limitar-se a uma simples preparação, não se fazendo transferências de pessoal, chamamento de licenciados, etc.

Entretanto, já antes de recebida esta nota havia êste E. M. começado a preparar a mobilização de um contingente de 7.000 homens afim de, atendendo às quebras, poder ter garantido, à data do embarque, o efectivo de 4.000 a que acima aludi; sendo dado conhecimento dêste assunto a essa repartição do Gabinete em minhas notas n.º 537 M de 18 de Julho e 589 M de 23 do mesmo mês, acompanhadas de cópias das circulares que êste E. M. remeteu às Divisões e ao C. T. G. L. para aquele fim.

O contingente seria constituido, em cumprimento do D. n.º 3.836 de 9 de Fevereiro último, por praças (cabos e soldados)

das classes mais modernas, de preferência da de 1918.

Em vista do determinado na nota n.º 3.773 dessa Repartição a que acima aludi, prosseguiu-se na **preparação** da mobilização do contingente acima referido.

Em nota n.º 753 M de 10 de Setembro último, informei essa Repartição de que acabava de receber um telegrama do chefe do Estado Maior do C. E. P., que na mesma nota transcrevi, relativo a um pedido de oficiais, sargentos, cabos e soldados para preenchimento de faltas no batalhão do S. C. F. que está em França e para reconstituir uma companhia de construção, solicitando eu autorização para se proceder à mobilização dêste refôrço.

Essa Repartição em nota n.º 46 de 11 de Setembro e 4.523 do mesmo mês, **determinou que apenas se previsse a mobilização daquele refôrço**, e comunicou que, todavia, ia nomear alguns dos oficiais solicitados para irem para França.

Êste E. M. procedeu em harmonia com aquela determinação. Em nota n.º 778 M

de 24 de Setembro remeti cópia de um telegrama cifrado do C. E. P., datado de 23, solicitando para ser embarcado *no transporte inglês* um contingente de refôrço cuja composição indicava no efectivo total de 4.010 homens. Perguntei naquela nota, se se podia proceder à organização daquele contingente e informava que conquanto o *telegrama aludisse a pedidos já feitos de tropas a embarcar em navios portugueses*, êste E. M. só tinha conhecimento do pedido relativo aos reforços de S. C. F. Ainda sôbre o assunto acima solicitei, em 30 de Setembro (nota n.º 785 M), autorização para preparar a mobilização da fôrça da guarda republicana indicada no telegrama visto para esta nada haver em preparação.

Sôbre o assunto do telegrama cifrado a que aludiram as minhas supracitadas notas n.º 778 M e 786 M, aguarda ainda êste estado Maior resolução de S. Ex.<sup>a</sup> o Secretário de Estado, pelo que rogo se digne informar-me sôbre o que o mesmo Ex.<sup>mo</sup> Sr. haja resolvido, e, bem assim, se nessa Secretaria do Estado há já mais pedidos de

contingentes (assunto a que parece aludir o último telegrama cifrado), e se êste E. M. pode proceder à sua mobilização ou tão sómente prevê-la ou tê-la preparada.

Outrosim, rogo a V. Ex.<sup>a</sup> se digne dizer-me se se pode contar com a Companhia de Sapadores Mineiros, já mobilizada, para fazer parte do contingente a que acima aludo, assunto a que já se referiu a minha nota n.º 626 M de 30 de Junho último.

(a) pelo chefe do Estado Maior *António J. Garcia Guerreiro*.

Qual foi a resposta do Secretário de Estado dezembrista? Estávamos já a 19 de outubro.

E que fez até então o govêrno?

Em 4 de Outubro, Barnardiston envia o ofício publicado na *Época* de 31 de Julho.

Em 8 de Outubro, o ministro da guerra responde-lhe com o ofício (publicado na *Época* de 31 de Julho), que promete o que não pode deixar de prometer e êle realizará (!) haja o que houver (!) mesmo contra sua vontade, e embora não tenha um

homem mobilizado, instruído e equipado, embora deixe sem resolução as notas enviadas pelo Estado Maior do Exército (n.ºs 778-M e 786-M), de 24 e 30 de Setembro!...

Que os homens honrados do meu país classifiquem o crime!

Eu passo adiante.

Em 10 de Outubro o sr. Carnegie, em nota ao govêrno, corrige, conforme instruções do sr. Balfour, a discrepância havida entre as propostas que fez em 27 de Agosto e as apresentadas em Londres ao general Rosado. Subsistem estas:

«Uma divisão portuguesa será empregada na linha sob o comando dum comandante do Corpo Britânico.»

Em 21 de Outubro, o major general Barnardiston comunica:

«Tenho a honra de informar V. Ex.<sup>a</sup> que no dia 10 do corrente comuniquei ao ministério da guerra britânico existir em Portugal uma séria epidemia de *influenza pneumónica*.

Recebi então uma comunicação de Londres dizendo que não se podiam tomar medidas para obter transportes para reforços sem que a epidemia esteja debelada.

Muito grato ficarei a V. Ex.<sup>a</sup> se me informasse quando se desse e julgasse possível concentrar tropas para embarque. Tenho a honra de ser, etc. — (a) *N. Barnardiston*, M. general.)»

Vejam bem: *influenza pneumónica!*

Entretanto os batalhões fieis da Flandres metiam na ordem os batalhões insubordinados pelo decreto do «roulement», pela convenção de Janeiro, pela revolução de 5 de Dezembro e pelos tristissimos fracassos da politica exterior do dezembrismo. O bosque de Pacaut viu correr sangue que tingiu e tinge ainda, e há-de marcar, como um estigma, na História, a politica nascida do oportunismo idiota ou criminoso que levou o dezembrismo ao poder, com a colaboração de germanófilos, traidores e covardes que arrastaram ao crime crianças e moços ingénuos, quando sabiam que a disso-

lução ia ser um facto e estava iminente um ministério unionista!



Em 21 de Outubro o general Rosado, telegrafava sôbre os inúmeros telegramas enviados pedindo reforços e expondo a situação do C. E. P. as conseqüências desastrosas do *Roulement*, as insubordinações havidas, o estado deprimido, físico e moral, da maioria das tropas. (Êsse telegrama foi publicado no *Mundo* de 15 de Agosto), — as conseqüências da falta de reforços e rendição das fôrças do C. E. P. que poderia dar lugar a actos de indisciplina que deslustrarão o nosso exército acarretando ao país uma situação difícil perante a política internacional. Não lhe respondem. *O general Rosado pede a demissão que lhe negam. Não lhe respondem ao resto! Não lhe respondem! Nada!... Nada!*

Criminosos, miseráveis, desonra do meu país!

À hora do armistício ignoram que os

inimigos do dezembrismo tinham conseguido salvar a honra da Pátria levando tropas de infantaria à formosa Romagem da Vitória, renovando as almas, fazendo dos pobres soldados abandonados, atraíçoados e odiados, almas vibrantes de ímpeto guerreiro...

Soldados, àvante,  
Àvante, sem temer,  
Pela Pátria, pela Bandeira,  
Para a Frente, até morrer!

Cantavam pelas estradas da Bélgica!

\*

Aqui, naturalmente, continuava-se a cega-rega dos transportes e não se utilizavam os nossos. Continuavam, decerto, postas de parte as sugestões do sr. Augusto de Vasconcelos, *para a bôa solução das propostas inglesas na questão dos transportes marítimos*, aferrolhavam-se os soldados da Flandres. Jaime Cortesão, Cruz de Guerra, agonizava num cárcere, Sá Cardoso estava

em Elvas. Alguns camaradas da guerra apodreciam, asfixiavam nos *segredos* infames das prisões, matava-se nas ruas, preparavam-se os ferros da tortura com que no Pôrto, no Éden, se renovariam os horrores da Inquisição.

Em 30 de Outubro o sr. coronel Sinel de Cordes, chefe do E. M. do C. E. P. — sugere ainda como poderão ser enviados reforços apesar da epidemia... Em vão. Que lá tinham o documento que supunham bastante e... a influenza pneumónica!

Para pôr um fêcho de imbecilidade a tanta miséria ou a tanto crime, em 7 de Novembro o Secretário de Estado dos Estrangeiros manda perguntar ao director geral de saúde *se já cessou completamente a epidemia de tifo em Portugal.*

Em 8 o sr. dr. Ricardo Jorge, divertidíssimo de-certo, — consegue responder com a mais imperturbável serenidade burocrática:

Ao director geral dos serviços políticos e diplomáticos:

«Tenho a honra de comunicar a V. Ex.<sup>a</sup>, em resposta ao seu ofício de ontem, que não há desde há muito epidemia de tifo exantemático. Saúde e Fraternidade. — (a) *Ricardo Jorge*».



Homens honrados de Portugal, meus camaradas de África e da Flandres:

— Fiz política? Fiz literatura?

Irmãos artilheiros, meus irmãos infantes, raros cadetes de Couceiro nas incursões da Galiza, que bem vos batestes junto ao meu coração lusíada, republicanos que fostes, com êles, os únicos irmãos puros ao serviço da Pátria, frente à Morte, — todos quantos se deram e foram puros e fortes e se sacrificaram, — ó mortos da nossa guerra, ó prisioneiros — vítimas dos campos da Alemanha, ó mortos de fome e de abandôno, ó encarcerados das prisões portuguesas, fuzilados do Bosque de Pacaut, e vós, rapazes do C. E. P., ó crucificados da Flandres, — única falange viva ao

meio desta pobre terra enlouquecida e envenenada, — vós que não fostes traidores, ditadores sómente para nossa honra e mal do inimigo, sem viltá para a Pátria, — falai vós, dizei vós!

Dizei que as lágrimas que choro neste momento de sagrada cólera fremente, são irmãs das que nós choramos, todos, durante o ano em que a Pátria andou escarnecida, vendida, cuspidá pelos ditadores de Portugal!

---



## COMO FALARAM OS SOLDADOS...

Os artigos que aí ficam sofrem das condições em que fôram escritos, dia a dia, para o jornal que mais corajosamente varreu a infâmia iniciada com o artigo «Sidónio Pais».

Releio-os, sem modificá-los quási, desejoso de não magoar, ferir, ofender os que, na sinceridade da sua insuficiência, pecaram sem crime. Deixei em paz os mortos. Limitei-me a acusações de que os documentos fixam o indiscutível fundamento.

Á liça desceram, porém, na mesma indignação, outros, todos camaradas e irmãos nas amarguras e nas alegrias dolorosas da Flandres.

Vinham de todos os lados e do dever cumprido. Fortes do seu prestígio, dos seus serviços, da sua glória e da sua honra.

António Granjo, soldado das linhas, rude como o orgulho dos cimos na sua terra natal, pa-

triotista e honrado, artista na sua prosa forte, implacável na sua lógica de acusador;

Major Ribeiro de Carvalho, o mais joven dos nossos officiaes superiores, com galões de oiro ganhos em combate, o peito constelado de medallas e o espirito ennobrecido por uma alta cultura de arte;

Vêlhinho Correia, infatigável e valente, rude trabalhador, patriota e, como nós, da Flandres;

Pina de Moraes, soldado e poeta, que fez o *Ao parapeito*, e viveu a Flandres no idílico amor das almas da sua terra e serranias;

Lapas de Gusmão, jornalista e soldado, talento fortalecido pelo longo Calvário que viveu com honra, ao lado dos seus homens... E todos eram o amor pátrio, a dôr dos sacrificios realizados, o orgulho das almas que se haviam dado, a honra dos soldados que haviam combatido, — o sentimento puro que as marés de vasa não haviam prostituido, o sentido portuguezes que as traições de tantos, as misérias políticas e a cegueira sectária, não haviam entenebrecido ou manchado.

E vinham de cabeça alta, em nome da Pátria, com um azorrague implacável nas mãos...

\*

Dos seus artigos, todos publicados na *Vitória*, jornal da República e da Pátria, ousou recortar os períodos que seguem, para compensar a pobreza do que aí fica e é meu:

## AS SANÇÕES DOS SOLDADOS

Não sei se há provas documentais sôbre os sentimentos germanófilos de Sidónio Pais; ignoro se existem testemunhos materiais que lancem luz, favorável ou desfavorável, sôbre a atitude que manteve em relação ao C. E. P. Mas o que sei é que há provas morais, as mais absolutas, as mais concludentes, e se, por vezes, as provas morais não bastam para condenar perante a lei, elas certamente condenam sempre perante as consciências. E a minha consciência diz-me que Sidónio Pais foi culpado, um grande culpado, por êrro ou por fraqueza, ou por êrro e fraqueza conjuntamente, porque, convencido como talvez estivesse do triunfo da Alemanha, não quis, não soube, nem pôde vencer a onda de lama e de cobardeia que subia, alastrava, inundava as *élites* do país e delas descia aos quarteis.

É dêsses que o sr. Cunha e Costa se faz eco; são os sentimentos dêsses que êle interpreta quando procura fazer insinuações desprimorosas para os que cumpriram o seu dever de homens e de militares, classificando de «*multidão*, sem feitio algum de *tropa*», aqueles milhares de portugueses que sofreram tudo o que de pior se podia sofrer na guerra, e lutaram e combateram sempre com tenacidade e com brilho e muitas vezes com grandeza. Devia o sr. Cunha e Costa lêr cartas de soldados, escritas durante o período dezembrista, e veria como êles sabiam castigar, na sua linguagem franca e áspera, o que se estava consumando em Portugal e o crime, disfarçado, hipócrita e cobarde que para com êles, os mártires, se estava perpetrando à sombra das mais rissonhas promessas.

*Alferes Lapas de Gusmão.*

**DOS HOMENS DA GUERRA...**

Não sei se alguêm duvida do patriotismo e da competência dos governos que fizeram a nossa política de guerra; se alguma dúvida existia, o sr. Cunha e Costa fez bem, embora contra a sua vontade, em a desfazer. Creio bem que êsses estadistas passassem terríveis horas, verdadeiros transes, para resolver as dificuldades de toda a ordem, não só diplomáticas, financeiras, mas militares e políticas, que resultaram da nossa intervenção armada. O sr. Cunha e Costa lembra êsses transes, lançando-os à cara dos republicanos como se fôsem erros e crimes. Os republicanos teem, porém, outra concepção da justiça. Os momentos dolorosos que êsses homens passaram, deverão lembrar-se para lhes retribuir em carinho e affecto — e não para lhes lançar nos rostos ainda contraídos por essas horas dolorosas, o escarro da nossa ingratição.

*Antônio Granjo.*

**A ESPONJA DE FEL...**

Afirmou o snr. Cunha e Costa que ainda no período de organização do C. E. P. em França, às nossas tropas faltavam fardamentos, calçado, etc.

Santo Deus! Ainda hoje a alma se me confrange de dôr e sinto as faces tingidas de vergonha ao lembrar-me do espectáculo lamentoso, deplorável, humilhante que as nossas tropas ofereceram às populações francesas e aos aliados, durante o último período da guerra, até cêrca do mês de março dêste ano. Simplesmente um pavôr!

Se o sr. Cunha e Costa quisesse, poderia mostrar-lhe

a farda que comigo andou em França e comigo deu entrada em Portugal, simplesmente porque lá nunca conseguí um pedaço de pano para me vestir decentemente!

Guardo-a como uma reliquia.

Há mais: Quando se procurava reorganizar os batalhões que deveriam tomar parte na perseguição do inimigo que estava retirando activamente, mil dificuldades surgiram no fornecimento de fardamentos a essas tropas, ou porque os não havia, ou porque não queriam fornecê-los, até que, por fim, algumas dessas unidades, entre elas o meu batalhão, que também compartilhou da honra dos eleitos, tiveram de marchar tal qual estavam, isto é, deploravelmente fardados e miseravelmente calçados. Pois, sr. Cunha e Costa, deu-se o movimento monárquico, e, sufocado êle, rápidamente, quási como numa mutação de scena, tudo começou aparecendo no C. E. P. Os soldados puderam fardar-se e calçar-se convenientemente e até o vinho que, de raro em raro, se mostrava, passou a ser mais assíduo, o que levou os próprios soldados na sua por vezes cruel rudeza e ignorância a dizerem: «Foi preciso que o Sidónio Pais morresse para o vinho se apresentar».

*Alferes Lapas de Gusmão.*

## ENTENDIMENTOS COM O ALEMÃO?

b) O ponto exacto do artigo — é o ponto militar. Quer provar que o govêrno sidonista não fez a guerra porque não pôde. Contradizendo-se, a seguir, porque quer provar que os que levaram Portugal à guerra fizeram mal. E por fim critica a organização, a acção, emfim o C. E. P.

Vejamos: O govêrno sidonista não fez a guerra por-

que teve dificuldades invencíveis? Não. O govêrno sidonista não fez a guerra senão à guerra, o que eu concluo dos seguintes factos. (Quando tenho factos ponho de lado documentos). Porque é que no dia 9 de dezembro, 4 dias depois da revolução, na primeira linha de Neuve Chapelle — os alemães nos escreveram amistosos papelinhos dizendo — que tinha acabado a guerra para nós, que éramos amigos, que nos iríamos embora? Porquê? Havia entendimentos? Era a natural habilidade do alemão em servir-se das desgraças dos inimigos? Podia ser, mas também podia ser outra coisa.

*Tenente Pina de Moraes.*

### ABAIXO A GUERRA!

Os primeiros três números do longo articulado, são inteira, completa, redondamente falsos. E se o não são intencionalmente, revelam da parte do seu autor um tal desconhecimento dos factos que lhe tiram tôda a autoridade para escrever uma só palavra sôbre o assunto. As provas?

Partiram ininterruptamente até Novembro de 1917, os contingentes a cujo envio nos obrigáramos pela convenção militar. E em Dezembro — sabe-o bem e não o confessa o articulista — encontravam-se já em Lisboa as tropas que deveriam embarcar, entre as quais o *bravo* 33, que tomou parte no movimento feito com gritos de *Abaixo a guerra*; e aqui estavam também barcos que os deviam conduzir.

*Capitão Américo Olavo.*

## O DEZEMBRISMO

O sidónismo baldeou a Nação como uma tempestade baldeia uma fôlha.

As prisões atulharam-se; fez-se o espírito de ódio e retaliação; dividiram-se as classes e os homens; reduziu-se a opinião pública ao critério policial; consagrou-se a delação; cultivou-se a violência; animaram-se os sentimentos de cobardia e defecção; e, quando estávamos em guerra com país estrangeiro, refreou-se a impulsividade heróica da raça. O sidónismo foi, sob o ponto de vista interno, a aliança com os monárquicos; sob o ponto da guerra, a aliança com os germanófilos. A primeira aliança só podia conduzir-nos a êste resultado — a restauração monárquica; a segunda só nos podia trazer esta consequência — a derrota.

Efectivamente, a monarquia foi restaurada no Pôrto; efectivamente, sofremos o desbarato *de la Lys*.

Não são, porventura, êstes os *factos*? A restauração monárquica no Pôrto será uma invenção dos demagogos? O combate de Monsanto será porventura uma vé-lha lenda que os cegos cantem pelas feiras?

*António Granjo.*

\*

Vejamos serenamente:

Assaltar o poder em 5 de Dezembro, congregando para isso tôdas as fôrças que em Portugal contrariavam a nossa intervenção militar...

Assaltar o poder com o auxílio tácito e expresso de quantos em Portugal prégavam contra a guerra e afirmavam que a nossa intervenção militar ao lado dos alia-

dos era o maior crime da nossa história, dada a força invencível dos impérios centrais... De posse do poder, fazer a *sabotage* metódica e sistemática do C. E. P., não reprimindo, antes favorecendo, a propaganda germanófila e defectista que se fazia no país e designadamente no mesmo C. E. P., agindo de forma que a sua força combativa diminuísse e se anulasse...

E no fim, na hora terrível do ajuste de contas, quando em torno do pano verde se fizesse a pesagem e a contagem do esforço de cada um, quando chegasse a hora tremenda das desilusões, dizer ao país que os culpados do desastre nacional tinham sido todos aqueles que tinham lançado o país na aventura da guerra!...

Eis o dezembrismo!

Estamos assistindo à última parte da tragédia!

A derrota militar, felizmente, não se deu graças ao valor reconhecido dos nossos soldados. A *débacle* do C. E. P., não se chegou a dar graças ao patriotismo de alguns portugueses que não quiseram ser comparsas dêsse acto tenebroso.

O C. E. P., a despeito de tudo, honrou Portugal!

*Capitão Vêlhinho Correia.*

### SOBRE O 9 DE ABRIL...

E é também um facto que durante um ano guarneceamos e defendemos um sector de mais de déz quilómetros, tendo não só repellido todos os ataques dos alemães mas até realizado algumas operações ofensivas coroadas do mais completo êxito. Os serviços que prestámos são atestados pelas distinções concedidas pelo comando inglês a oficiais e praças portuguesas e as honrosas citações que muitas das nossas unidades mereceram.

Mas isto para o sr. Cunha e Costa nada vale. Para êle em tôda a nossa acção militar há apenas o 9 de abril — miséria das misérias! — e vê apenas o número incontestavelmente elevado dos prisioneiros, para concluir dêle, com o seu costumado descaro, a nossa falta de preparação.

Ora muito bem. Creio que ninguém pôs ainda em dúvida a admirável preparação militar dos alemães, que os admiradores do sr. Cunha e Costa não se cansam de gabar. Pois vamos citar o número de prisioneiros perdidos por êles nalguns dos ataques aliados, apontados ao acaso :

Ataque francês de 7 de Maio de 1915, numa frente de 10 quilómetros entre Neuville-Saint-Vaast e Notre-Dame-de-Lorete, 8:000.

Ofensiva francesa de 25 de Setembro de 1915, no Champagne e no Artois, 20:000.

Ofensiva francesa de 1 de Julho de 1918, em frente de Péronne, numa extensão de 6 quilómetros, no primeiro élan 5:000 prisioneiros; em 10 o número de prisioneiros era de 10:000.

Ofensiva inglesa de 14 de Julho de 1916, numa frente de 6 quilómetros, 2:000 prisioneiros, ao primeiro dia; ao fim de 3 dias 11:000.

Ataques franceses de 20 de Julho de 1916, numa frente de 3,5 quilómetros, 3:000.

Ataque francês de 3 de Setembro ao S do Somme, 3:000.

Ataque inglês de 15 de Setembro de 1916, em Ginchy, 4:000 prisioneiros; entre Bonchavesnes e Thiépval, 5:000.

Contra-ofensiva francesa de 18 de Julho de 1918, ao N de Soissons, frente de 20 quilómetros, em 19 à tarde, 20:000 prisioneiros.

Ofensiva franco-belga de 13 de Outubro de 1918, contra o exército de Von Arrim, 12:000.

Ataque inglês de 5 de Novembro, entre Valenciennes e Guisi, 13:000 prisioneiros.

E... j'en passe.

Poderia citar também o número de prisioneiros feito pelos alemães aos aliados em várias datas; e por êsses números veriam que sempre que se deu a ruptura da frente por um ataque de surprêsa foi de alguns milhares o número de prisioneiros feito pelos atacantes. Não se conclúe daqui que isso era uma conseqüência inevitável dos processos de defesa adoptados nas trincheiras? O sr. Cunha e Costa sabe muito bem que sim, mas convem-lhe dizer o contrário.

*Major Ribeiro de Carvalho*

### A NOSSA FESTA DA VITÓRIA...

Quando o sr. Cunha e Costa publicou os seus primeiros artigos na *Época*, acabava eu justamente de chegar de Paris. Nos ouvidos trazia ainda o éco das carinhosas e entusiásticas aclamações com que o contingente português que tomou parte no desfile da vitória, ali foi saudado. Em todo o percurso percorrido pelos destacamentos aliados as nossas bandeiras e os nossos soldados foram continuamente vitoriados; e por tôda a parte onde apareciam os nossos, logo reconhecidos por tôda a gente, eram as mesmas manifestações calorosas, espontâneas e sentidas de amizade e de gratidão.

O mesmo succedeu em Londres e em Bruxelas; e, segundo me contou um dos officiais que esteve em Londres, foi tal o entusiasmo com que as nossas tropas ali foram aclamadas desde a estação de chegada até ao campo que lhes foi destinado, que os populares e os marinheiros, abraçando-se aos nossos soldados e misturando-se com

êles, completamente destruíram a ordem e a regularidade da formatura.

E afinal de contas, vejam lá, êsses soldados, cujo esforço admirável Paris, Londres e Bruxelas, acabam de consagrar, não foram, na opinião do sr. Cunha e Costa, mais do que um *empecilho* para os Aliados...

E pode escrever-se isto em Portugal, neste momento em que a nossa delegação procura lá fora fazer valer os nossos serviços, sem que um movimento geral de indignação levante o país em péso !

*Major Ribeiro de Carvalho*

### O "ROULEMENT"

Aida não falei do *roulement*.

A êste respeito devo perguntar : Se o sr. Sidónio Pais considerava a falta de transportes uma dificuldade insuperável, com que sinceridade o concedeu êle ?

A concessão do *roulement*, só no papel, serviu apênas para dar uma *base legal* ao descontentamento das praças. Até ali a rendição fôra para elas apenas uma *vaga aspiração*; de então em diante passou a ser um *direito* que não era respeitado.

Os únicos militares a quem foi aplicado foram os permissionários que se encontravam em Portugal, a grande maioria dos quais tinham menos tempo de serviço de campanha do que aqueles que se encontravam em França.

Os officiaes que tiveram responsabilidades de comando nos meses atribulados que se seguiram ao 9 de Abril, sabem bem que o *roulement*, tal como na verdade foi, foi um dos mais importantes factores na desmoralização das tropas.

*Major Ribeiro de Carvalho.*

\*

E vem o sr. Cunha e Costa falar do *roulement* prometido em 28 de Março de 1918.

De duas uma: ou Sidónio Pais decretou semelhante medida, na boa fé e na confiança segura de a executar, e então essa tal *invencível* dificuldade que, diz o sr. Cunha e Costa, desde Agosto de 1917, se erguia como um irremovível escolho, impedindo o envio de mais tropas nossas para França, não existia e nesse caso trata-se de uma afirmação gratuita do sr. Cunha e Costa, ou essa tal *invencível* dificuldade existia realmente, e embora conhecendo-a e considerando-a inamovível, Sidónio Pais não exitou em prometer uma medida que elle sabia inexecutável, não passando por isso de uma farça, aparentemente generosa, mas que ocultava os mais perversos propósitos, os quais seriam desmoralizar e indisciplinar o soldado, acenando-lhe com tentadoras promessas, que afinal não poderiam ser cumpridas.

António Granjo.

### O ARTIGO "SIDÓNIO PAIS"

A campanha iniciada na *Época* tem, segundo o sr. Cunha e Costa, um duplo objectivo:—provar que a nossa participação na guerra, na frente ocidental, foi um desastre tremendo; — provar que o sr. Sidónio Pais quis manter essa participação enviando para isso os reforços necessários.

Há entre êstes dois pontos uma contradição manifesta. Não se comprehende que os admiradores de Sidónio Pais, estando convencidos de que a nossa participação na guerra foi um crime e os seus promotores uns crimi-

nosos, se mostrem tam empenhados em provar que êle foi cúmplice dêsse crime, fazendo tudo quanto humanamente lhe era possível para enviar tropas para França.

*Major Ribeiro de Carvalho.*

\*

Quero conter-me e não deixar cair dos bicos da pena alguma expressão que tenha sequer a aparência duma ofensa. Mas em que país do mundo, quando ainda o Tratado de Paz não está ratificado por tôdas as nações beligerantes, nem mesmo por nós, e quando ainda as negociações continuam em Paris, e continuarão por bastante tempo — a publicação de um tam triste documento como a carta do sr. Cunha e Costa, destinado a diminuir o nosso esforço e valor de combatentes, a nossa posição e interêsse de partes contratantes.

A carta, em si, pouco importa. É uma ordenação de factos de fórmula a tirar uma conclusão preestabelecida. À parte as referencias pessoais e as divagações políticas, os factos são agrupados, seriados e interpretados num evidente sentido tendencioso.

O que importa salientar é que a publicação da carta reavivou as nossas divisões a respeito da intervenção na guerra, e que o sr. Cunha e Costa, tendo fermentado essa divisão com inteira e perfeita consciência do que fazia, parece estar seguro da sua impunidade. O govêrno fingiu que não leu, como um dia fingiu que ignorava o jôgo em Lisboa. Nem sequer convidou em regra o sr. Cunha e Costa a apresentar no logar próprio o seu fanstástico *dossier*. A opinião pública, ou por cansaço e indiferença, ou por confusão e perplexidade, deixou passar o caso como se se tratasse apenas de um réclamo pessoal.

A imprensa, salvo excepções honrosas, faz o mesmo que fizeram certos officiaes quando da tentativa restaurista — mantiveram-se neutrais.

Continua assim a dar-se ao grande problema da nossa intervenção na guerra um carácter partidário! Reincide-se no êrro político mais crasso que ainda políticos cometeram em Portugal.

A campanha tem apenas por fim tirar à nossa intervenção na guerra o carácter nacional.

*António Granjo.*

### O JUÍZO DA HISTÓRIA

O sr. Cunha e Costa, nesta hora em que tôdas as Pátrias procuram concentrar os seus fins e sublimar as suas fôrças, tem o privilégio de haver denegrido a pessoa e os serviços da delegação da sua Pátria. Em parte nenhuma do mundo appareceu outro Cunha e Costa.

Démos os piores exemplos de patriotismo em tempo de guerra; continuamos a dá-los em tempo de paz.

O sr. Cunha e Costa é um nome no país. Grande advogado, grande orador, grande jornalista, o seu saber, a sua palavra, a sua pena, contudo, de pouco tem servido à sua Pátria e à sua gente.

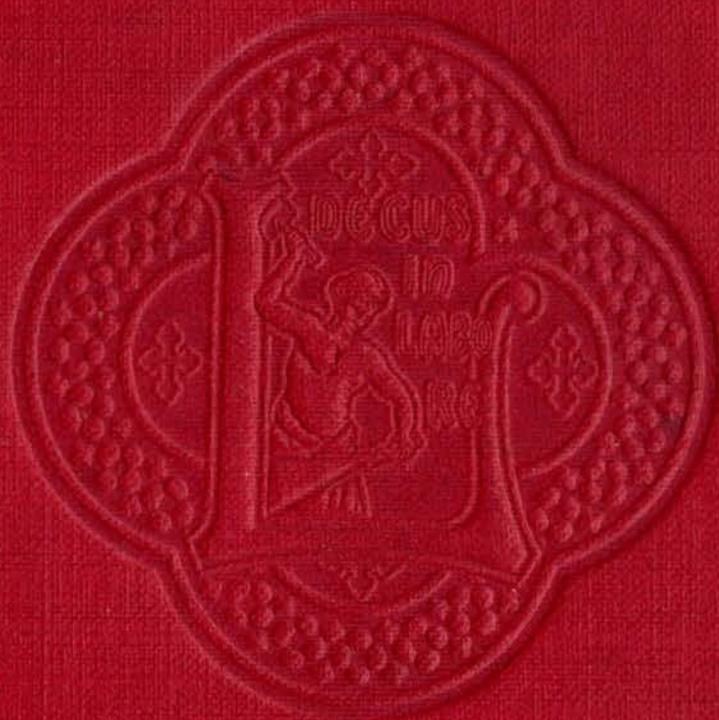
É possível que êsse homem insigne entre definitivamente na História com esta sua última campanha. Eu sou uma criatura obscura e humilde, que nunca pensei em ir além das minhas fôrças, dando o pouco que valho à República, porque é êsse o meu dever.

Mas, digo-o com altivez, o meu nome não subscreveria jâmais cartas como essas do sr. Cunha e Costa, porque, se o fizesse, me sentiria degradado até às mais profundas raízes da minha alma de patrióta e republicano.

Sim, é possível que o sr. Cunha e Costa, como outros tantos, tivesse forçado as portas da História. Mas quando a História o fitar, com os seus olhos incorruptíveis, certamente desviará a face.

*António Granjo.*





1412189



SIDONIO PAIS